

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LINGÜÍSTICA APLICADA**

ELIANE ROSA PEREIRA DE MOURA

**LEITURA DE TEXTOS DC:
O RECONHECIMENTO DE ESTRATÉGIAS DO DISCURSO DA DIVULGAÇÃO
CIENTÍFICA**

São Leopoldo
2008

ELIANE ROSA PEREIRA DE MOURA

**LEITURA DE TEXTOS DC:
O RECONHECIMENTO DE ESTRATÉGIAS DO DISCURSO DA DIVULGAÇÃO
CIENTÍFICA**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em
Linguística Aplicada

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Eduarda Giering

São Leopoldo

2008

ELIANE ROSA PEREIRA DE MOURA

**LEITURA DE TEXTOS DC:
O RECONHECIMENTO DE ESTRATÉGIAS DO DISCURSO DA DIVULGAÇÃO
CIENTÍFICA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Comissão Examinadora

Prof^ª Dra. Telisa Furlanetto Graeff - UPF

Prof^ª Dra. Terezinha Marlene Lopes Teixeira – UNISINOS

Prof^ª Dra. Maria Eduarda Giering – UNISINOS (orientadora)

São Leopoldo

2008

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, prof^a Dr^a Maria Eduarda Giering, pela paciência e consideração ao longo deste trabalho; a Loysa e ao Antônio pela constante confiança; ao meu marido pela parceria; aos familiares e amigos por entenderem as ausências; e a Deus, por colocar todas essas pessoas no meu caminho.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação ao meu filho Davi,
um jovem e curioso leitor.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo demonstrar a complexidade de fatores envolvidos na produção e na leitura de textos de divulgação científica (doravante textos DC). O *corpus* da pesquisa é constituído por textos DC veiculados pela revista Ciência Hoje on-line. A metodologia utilizada está baseada na teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau (2008). A análise se centra não só no modelo de competência da linguagem idealizado pelo lingüista, mas também nas características do contrato de comunicação em que se situam os textos estudados. Assim, foi possível compreender que a leitura de textos DC depende de um conjunto de estratégias de reconhecimento de que o leitor desses textos precisa dispor para a produção do sentido. O estudo permitiu fundamentar a crítica de que a dimensão lingüística da alfabetização científica requer muito mais do que o domínio de um vocabulário básico da ciência. A relevância deste estudo está em contribuir, no que diz respeito à linguagem, tanto para a leitura de textos DC quanto para o cumprimento das orientações dos PCNs para o ensino da Língua Portuguesa.

Palavras-chave: alfabetização científica – divulgação científica – competência de linguagem – contrato de comunicação – estratégia

ABSTRACT

This paper aims at demonstrating complexity of factors engaged on the production and reading of Scientific Publicizing texts (from now on SP texts). *Corpus* for this study is made up of SP texts published in online magazine *Ciência Hoje*. Method applied is grounded on Semiolinguistic theory, by Patrick Charaudeau (2008). Analysis focuses not only on language competence model conceived by this linguist, but also on characteristics of the communication contract within which studied texts occur. Thus, it has been possible to realize that reading SP texts depends on a set of recognition strategies the reader of these texts needs to apply for making sense. This study allowed to ground the criticism according to which linguistic dimension of scientific literacy demands much more than knowing basic scientific vocabulary. Relevance of this study lies on contributing, as far as language is concerned, both to reading SP texts and to complying with PCNs instructions for Portuguese Language teaching.

Key-words: scientific literacy – scientific publicizing – language competence – communication contract – strategy

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA.....	14
2.2 A TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA.....	19
2.3 A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA.....	34
2.3.1 O contrato acadêmico-científico.....	36
2.3.2 O contrato midiático.....	41
2.3.3 O artigo DC na intersecção dos contratos acadêmico-científico e Midiático.....	50
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	54
4 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>.....	56
4.1 ANÁLISE DO TEXTO 1.....	56
4.2 ANÁLISE DO TEXTO 2.....	69
4.3 ANÁLISE DO TEXTO 3.....	77
4.4 ANÁLISE DO TEXTO 4.....	84
4.5 BREVE CONCLUSÃO DAS ANÁLISES.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	98
ANEXOS.....	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Espiral da cultura científica.....	16
Figura 2 – O duplo processo de semiotização do mundo – relação de interdependência.....	23
Figura 3 – O fazer situacional.....	24
Figura 4 – Situação de comunicação.....	27
Figura 5 – Competência de linguagem.....	28
Figura 6 – Modos de organização do discurso.....	33
Figura 7 – O movimento geral-específico da estrutura global.....	38
Figura 8 – Contrato de comunicação midiático.....	45
Figura 9 – Pirâmide invertida.....	48
Figura 10 – Unidades básicas da notícia.....	49

1 INTRODUÇÃO

Uma pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), publicada no jornal O Estado de S. Paulo em 11 de junho de 2007, que entrevistou brasileiros quanto ao interesse por ciência, mostra que 41% dos entrevistados têm interesse por ciência. Os resultados apresentados por essa pesquisa muito alegraram especialistas, pois evidenciam que o interesse por ciência está em pé de igualdade com o interesse por esporte ao mesmo tempo que ultrapassa o interesse por política. Por outro lado, dos 59% que disseram ter pouco ou nenhum interesse pela área de ciência, a maioria justificou que não entende o assunto, o que muito preocupou os organizadores da pesquisa, que apontam a existência de poucos museus no país e a deficiência no ensino de ciências como algumas das causas para esse desinteresse. “O país tem uma péssima tradição em só começar a tratar de ciência nos últimos anos do ensino fundamental. Mas é já com os pequenos que esses preconceitos têm de ser trabalhados”, explica Jorge Werthein, ex-representante da UNESCO no Brasil, no mesmo jornal.

Os resultados apresentados em pesquisas como essa alertam alguns professores, convidando-os à reflexão e motivando-os à pesquisa. A opção pela presente investigação, realizada por uma professora de Língua Portuguesa, tem motivação nos resultados comentados e baseia-se em três pressupostos principais. Primeiramente, considera-se que os estudos da linguagem podem auxiliar na aproximação do aluno com a ciência, alterando a concepção daquilo que seria estar alfabetizado para ler e entender textos científicos. Em segundo lugar, acredita-se que a reflexão sobre a situação de comunicação é condição para o ensino de língua. E, finalmente, considera-se a possibilidade de uma ação pedagógica interdisciplinar em que o professor de língua materna, trabalhando com textos de domínios interdisciplinares, seja responsável pelos conhecimentos que pertencem à sua disciplina.

Segundo alguns estudiosos, como será possível constatar ao longo do trabalho, o interesse por ciência só viria após uma mudança provocada pela alfabetização científica, capaz de assegurar ao cidadão habilidade para atuar num mundo cada vez mais científico e tecnológico. Miller (*apud* SABBATINI, 2007) aponta que estar alfabetizado cientificamente implica quatro dimensões. A primeira delas consiste em ter um vocabulário básico de conceitos científicos que seja suficiente para que possa ser percebida a existência de visões contrapostas em uma notícia de jornal ou um artigo de revista. Segundo o autor, seria uma

espécie de “vocabulário científico mínimo”, com a inclusão de alguns termos básicos, como “átomo”, “molécula”, “célula”, “gene”, “gravidade”, “radiação”. A segunda dimensão diz respeito à compreensão da natureza do método científico, permitindo a distinção entre ciência e pseudociência e o acompanhamento de controvérsias científicas. A terceira trata da compreensão do impacto da ciência e da tecnologia sobre os indivíduos e a sociedade. Por último, em quarto lugar, uma dimensão não muito explorada diz respeito à existência de uma atitude científica, ou seja, a disposição para mudar de opinião com base em novas provas.

No entanto, no que diz respeito à primeira dimensão, que chamaremos de dimensão lingüística, o domínio de um vocabulário básico de conceitos científicos não parece ser suficiente para a alfabetização científica. A leitura e o entendimento de um texto compreendem não apenas o domínio de um vocabulário básico, mas também, entre outras estratégias, a mobilização de conhecimentos prévios, adquiridos ao longo da vida do leitor.

Independentemente das dimensões propostas por Miller para garantir a alfabetização científica, o que se percebe é que, no ensino de ciências, conforme constata Nigro (2007), a leitura e a escrita têm sido relegadas a um segundo plano, de acordo com o entendimento corrente de que a leitura consiste num processo simples e automático, como se fosse um simples processo de decodificação de palavras. Porém, ao contrário, ler é um procedimento estratégico, como ressalta Nigro (2007, p. 63): “ler estrategicamente quer dizer que o leitor, no ato de leitura, procura inferir o significado a partir do texto, integrando informação textual com conhecimento preexistente”. É por isso que se considera, neste trabalho, o pressuposto de que os estudos da linguagem, ao permitirem a compreensão de como se dá o processo de leitura e escrita de textos, podem contribuir para a alfabetização científica.

Porém, a dimensão lingüística da alfabetização científica, mediante o trabalho com leitura e produção de textos, não pode ser desenvolvida sem a consideração da relação intrínseca que há entre texto e situação de comunicação. É por isso que adota-se, neste trabalho, o pressuposto de que a reflexão sobre a situação de comunicação é condição para o ensino de língua. Esse pressuposto é legitimado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que estabelecem que uma das habilidades a serem desenvolvidas em Língua Portuguesa é a de

Analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção, recepção (intenção, época, local, interlocutores participantes da criação e propagação das idéias e escolhas, tecnologias disponíveis) (BRASIL, 1999, p. 17).

Sendo assim, a conscientização do fazer dialógico da linguagem, sobretudo em relação às condições de produção e recepção de textos, parece garantir de forma mais eficaz a competência para a leitura e a compreensão desses mesmos textos.

O questionamento que leva a este estudo advém da afirmativa de Miller (*apud* SABBATINI, 2007), enfocando a dimensão lingüística, de que a alfabetização científica consiste basicamente no domínio de um vocabulário básico de conceitos científicos, os quais permitiriam verificar a existência de visões contrapostas em uma notícia de jornal ou um artigo de revista. Não nos parece que apenas o domínio de vocabulário seja suficiente para o desenvolvimento da dimensão lingüística da alfabetização científica. Na verdade, muitas outras competências lingüístico-discursivas são necessárias. O objetivo desta dissertação é apontar uma complexidade de fatores que estão envolvidos na produção e na leitura de artigos DC, assumindo a idéia de que produzir e ler textos implica um posicionamento estratégico do sujeito (individual e coletivo), que é conduzido a escolher (de modo consciente ou não) certo número de operações languageiras. Para isso, pretende-se analisar um *corpus* de textos de divulgação científica, e opta-se, no estudo dos textos, pela teoria semiolingüística, em que a noção de estratégia tem papel crucial.

A escolha por artigos de divulgação científica midiáticos justifica-se pela motivação de uma professora de Língua Portuguesa que acredita no desenvolvimento das capacidades do aluno em contexto, como também pela contribuição que o professor de Língua Portuguesa pode dar para redimensionar o conceito de alfabetização científica, contribuindo para a alteração de resultados nas pesquisas sobre educação.

A relevância deste trabalho está em contribuir, como pesquisa acadêmica, para o entendimento de que a leitura e a escrita, sobretudo dos textos de divulgação científica, por serem constitutivas das ciências, precisam ser reconhecidas como meta fundamental, não só no ensino de ciências como também no que diz respeito aos conhecimentos que concernem à disciplina de Língua Portuguesa. Além disso, a relevância também está em contribuir para o trabalho de docentes que buscam orientação junto aos PCNs para o ensino da leitura do texto em contexto.

O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico deste trabalho, iniciando com considerações acerca da alfabetização científica. Parte-se da noção de Miller (*apud* SABBATINI, 2007) sobre a alfabetização científica, assim como da noção de cultura científica como uma expressão que engloba a alfabetização.

Esse primeiro capítulo prossegue com a apresentação da teoria semiolingüística. Dentro dessa teoria, é central a noção de contrato de comunicação, que garante a construção

de sentido. A semiolinguística define o ato de linguagem como sendo dependente de um conjunto de condições que determinam, em parte, tanto o processo de produção quando o de leitura de um texto. Patrick Charaudeau (2001) postula que a noção de contrato é constitutiva da comunicação linguística.

Na seqüência do referencial teórico, apresenta-se a divulgação científica como um discurso que se dá na intersecção de dois contratos preexistentes: o contrato acadêmico-científico e o contrato midiático. Essa seção objetiva especificar características de cada um dos contratos, além de apresentar o artigo de divulgação científica (DC) como uma notícia científica a ser divulgada ao público, o que implica, em relação a textos pertencentes apenas ao domínio científico, mudança dos interlocutores e das condições de comunicação. A competência para a leitura do artigo DC implica um conjunto de variáveis, decorrentes do contrato de comunicação que se estabelece entre os interlocutores.

A metodologia para a análise do *corpus* de artigos DC é apresentada no segundo capítulo deste trabalho. Essa metodologia baseia-se no *Modelo de Competência de Linguagem* postulado por Patrick Charaudeau (2001), composto por níveis nos quais o linguista acredita se dar a construção de sentido: o situacional, o discursivo e o linguístico.

No capítulo em que se procede à análise, são apresentados quatro artigos DC, veiculados pela Ciência Hoje on-line. Para fins de análise, esses textos encontram-se segmentados segundo a “estrutura do artigo científico” (FELTRIM et al, 2000) com observações sobre sua semelhança em relação à “estrutura do texto midiático” (SILVA, 2001)

Nas considerações finais deste trabalho, apresentam-se as conclusões a que foi possível chegar neste estudo, por meio das quais é possível observar o que está em jogo na leitura e na produção de artigos DC.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ter pouco ou nenhum interesse pela área de ciências, como apontou a pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) apresentada na introdução deste trabalho, pode ter uma relação muito forte com a idéia de que ciência é para cientistas, de preferência dentro de um laboratório e fazendo uso de um vocabulário muito específico. Essa relação é corroborada pelo físico e educador da Universidade de São Paulo Luís Carlos Menezes (2007), ao afirmar que “a primeira barreira a ser derrubada é a idéia de que ciência é algo difícil. A alfabetização científica tem de ser pensada como uma linguagem para ser falada e discutida por todos, não só pelo cientista”. Quando o educador e físico propõe pensar a alfabetização científica, pode-se fazer uma associação entre a alfabetização científica e a alfabetização em geral, conceito com o qual se está acostumado.

O conceito de alfabetização científica é pensado neste trabalho levando-se em consideração aspectos da cultura científica, como será apresentado a seguir.

2.1 ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA

Resultados como os da pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) sobre o interesse por ciência, apresentados na introdução deste trabalho, já preocupam especialistas há muito tempo. Segundo Sabbatini (2004), em 1983, a falta de interesse da população por assuntos de ciência e de tecnologia ganhou destaque por meio de uma iniciativa da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, intitulada *Ciência para todos*. Essa iniciativa visava a dar uma nova abordagem à alfabetização científica destinada ao público em geral e o fazia com três objetivos básicos: a) proporcionar o crescimento pessoal e o desenvolvimento contínuo, b) melhorar o papel de um indivíduo como cidadão em uma sociedade democrática e c) preparar o cidadão para as obrigações desse papel. Toda a evolução científica e tecnológica vivida naquela época tornou obsoletas algumas profissões e novos profissionais foram necessários para o mercado. Esses “novos” profissionais, conforme Sabbatini (2004), necessitavam de formação contínua, de auto-aprendizagem e de incentivo para cada vez mais buscarem a informação. Dessa forma, a escola também, por sua vez, precisou instituir nos alunos hábitos que os auxiliassem em suas atividades informativa e formativa, com o objetivo último de consolidá-los como cidadãos funcionais. Entretanto, nem tudo foi resolvido no que diz respeito à consolidação do cidadão como alfabetizado funcional.

Ainda hoje, vive-se um período em que as pessoas ora se beneficiam com os avanços tecnológicos e científicos, ora os ignoram por não compreenderem a ciência, seus avanços e suas mudanças. Há uma especialização muito crescente e cada vez mais específica em ciência, o que, corroborado pela linguagem utilizada e por outras características que são próprias da atividade investigadora, constitui, segundo Perdomo (2001), uma dificuldade para a aproximação entre a sociedade e os cientistas. Essa possível aproximação requer um esforço muito grande que nem o cidadão nem o cientista estão dispostos a realizar.

De um lado, estão as comunidades de cientistas, na convivência entre pares, no interior de instituições de pesquisa, universidades, laboratórios. De outro lado, está a passividade de parte da sociedade, que não pratica o pensamento científico e prefere a confortável posição de resistir à ciência. Há ainda aqueles que se sentem atraídos por crenças pseudocientíficas, mesmo diante de uma sociedade extremamente tecnológica. É o que fica evidente em alguns jornais ou revistas mais populares que priorizam, por exemplo, a previsão de horóscopo, sem dedicar espaço algum à ciência, de forma a divulgá-la.

A alfabetização científica é uma exigência da cultura científica pelo simples fato de que a vida comum de qualquer cidadão requer alguns conhecimentos básicos que a facilitem ou que, simplesmente, permitam a inclusão desse cidadão em discussões acerca da ciência, como, por exemplo, a discussão sobre a sustentabilidade do planeta. Esses conhecimentos básicos, conforme lembra Perdomo (2001), poderiam até mesmo possibilitar aos governantes a tomada de posições políticas, já que esses políticos não consideram nem operacionalizam pesquisas com fundamentação científica para melhor tomar suas decisões. A sociedade precisa buscar uma alfabetização científica eficaz e permanente, tanto individual quanto coletiva, capaz de ser um componente importante de cultura, para que, por meio dela, consiga a integração cultural, étnica, lingüística, social e econômica, o que contribuiria para uma melhor qualidade de vida.

Para Vogt (2004), a cultura científica, na sua complexidade, engloba a alfabetização, a popularização/vulgarização, a percepção e a compreensão pública da ciência, além de conter a idéia de que há um processo cultural, seja do ponto de vista de sua produção, de sua difusão entre pares, seja na dinâmica social do ensino e da educação ou, ainda, de sua divulgação na sociedade. A essa complexidade o cidadão não pode mais responder com uma atitude passiva. Realmente, não há como negar a relação permanente e necessária do cidadão com a ciência e com a tecnologia. E, para isso, urge que a sociedade esteja diretamente envolvida com o processo de produção, difusão, ensino e aprendizagem da ciência, reconhecendo a cultura

científica como um fenômeno de inserção no dia-a-dia do cidadão, por meio dos temas da ciência e da tecnologia.

Ao apresentar o conceito de cultura científica, Vogt (2004) deixa claro que as interações possíveis entre os cidadãos e a ciência são muitas. O autor apresenta três possibilidades de sentido para a estrutura lingüística da expressão, que tentam elucidar a complexidade do termo *cultura científica*: a) cultura da ciência: cultura que é gerada ou própria da ciência; b) cultura pela ciência: cultura por meio da ciência ou em favor da ciência; c) cultura a favor da ciência: diz respeito à produção e à socialização. Essa última possibilidade de sentido será mais bem tratada ao longo desta seção, no que diz respeito à divulgação científica. Ela abrange a difusão científica e a formação de pesquisadores e de novos cientistas, assim como abrange também o ensino médio, a graduação e museus. Para o autor, a cultura científica poderia ser mais bem compreendida na medida em que fosse visualizada na forma de uma espiral, a “espiral da cultura científica”, representada em duas dimensões, evoluindo sobre dois eixos: um horizontal, o do tempo, e o outro vertical, o do espaço, conforme a figura que segue:

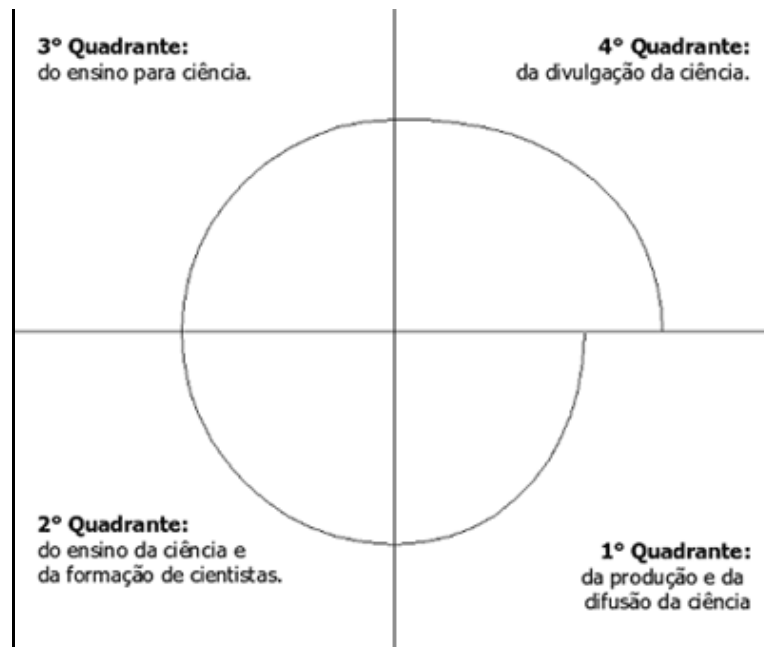


Figura 1: Espiral da Cultura Científica.

Fonte: Vogt (2004, p. 5).

A espiral requer um entendimento que parta da dinâmica da produção e da circulação do conhecimento científico entre os pares, passando pelo ensino da ciência e pela formação de

cientistas, voltando então ao ponto de partida. Vogt (2004) explica que cada um dos quadrantes da espiral se vê fortalecido pelo anterior, o que favorece o entendimento da dinâmica da chamada cultura científica. No primeiro quadrante, há um movimento inicial entre os próprios cientistas, que escrevem sobre seus experimentos e suas descobertas aos seus próprios pares, no espaço das universidades, dos centros de pesquisa, dos órgãos governamentais, das agências de fomento, dos congressos, das revistas científicas. Na evolução da espiral, tem-se o segundo quadrante, no qual, segundo Vogt (2004), cientistas e professores transmitem a cultura da ciência para seus alunos, no espaço ainda da educação básica, da universidade e dos cursos de pós-graduação. Já no terceiro quadrante, cientistas, diretores de museus ou animadores culturais de ciência executam o ensino para ciência a estudantes e ao público jovem, o que é possível exemplificar com o grande número de universidades que dispõem de museus tecnológicos para visitação de estudantes. O quarto quadrante, por sua vez, apresenta a divulgação da ciência realizada por jornalistas e cientistas com a finalidade de atingir a sociedade em geral. Essa divulgação é feita por meio de revistas de divulgação científica, páginas de editoriais de jornais voltadas para o tema, assim como alguma programação de TV.

Ao se pensar na cultura a favor da ciência, é preciso pensar também na importância da escola nesse processo, uma vez que especialistas do Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio dos dados da pesquisa apresentada na introdução deste trabalho, atribuem a deficiência do ensino de ciência ao pouco ou nenhum interesse do cidadão por ciência. E é nessa perspectiva que Vogt (2004) fala em alfabetização científica. Não há como se pensar em cultura sem observar sua inserção em uma determinada sociedade, pois uma não existe sem levar em conta aspectos da outra. Com a alfabetização ocorre o mesmo: sua definição sempre estará associada à sociedade que a utiliza, sua diversidade de sistemas sociais e econômicos existentes no mundo, conforme Miller (*apud* SABBATINI, 2007).

Alguns especialistas defendem que, para estar alfabetizado, o indivíduo precisa apresentar habilidades mínimas para leitura e escrita, ou seja, conhecimentos mínimos necessários para estabelecer funcionalidade mínima, o que garante ao indivíduo a possibilidade de operar na sociedade contemporânea. Da mesma forma, a alfabetização científica implica nível mínimo de compreensão em ciência e tecnologia. A falta de interesse pela ciência e pela tecnologia tem relação com o analfabetismo científico e consiste em um forte obstáculo para a compreensão nessa área, o que pode representar falta de condições mínimas para operar na sociedade com um mínimo de funcionalidade.

A história mostra que houve um tempo em que o cientista e suas descobertas não despertavam o interesse da sociedade, uma época em que a ciência não fazia falta para a vida das pessoas, que a viam de longe e com, no máximo, curiosidade. Hoje, o público está envolto pela ciência e pela tecnologia, e já não é possível estar alheio a esse universo que adentra a vida dos cidadãos. São estudos científicos que propõem melhorias na qualidade de vida. Mas como conquistá-los? Para Vogt (2006), é só por meio da divulgação científica que o cidadão não envolvido com a produção da ciência poderá ter essa participação efetiva. Para ele, a divulgação científica promove

A participação efetiva do cidadão nesse amplo e dinâmico processo cultural em que a ciência e a tecnologia entram cada vez mais em nosso cotidiano, da mesma forma que a ficção, a poesia e arte fazem parte do imaginário social e simbólico de nossa realidade e de nossos sonhos, multiplicando em nossa existência única, e provisória, a infinitude de vidas e vivências que vivemos sem jamais tê-las vivido (VOGT, 2006, p.25).

A divulgação científica tem o papel de divulgar a ciência. Apesar disso, não garante ao público leigo entendimento e apropriação do fazer científico, pois, para isso, é preciso, antes, pensar em alfabetização científica.

Independentemente das dimensões atribuídas à alfabetização científica, os pesquisadores não deixam de relacionar ao menos uma delas com a dimensão lingüístico-discursiva, a exemplo de Miller (*apud* SABBATINI, 2007), quando apresenta a necessidade de um vocabulário básico de conceitos fundamentais como uma das dimensões para a alfabetização científica. Entretanto, conforme dito anteriormente, acredita-se que essa dimensão vocabular por si só não corresponde à possibilidade de uma leitura e uma compreensão eficazes, ou seja, à construção de sentido do texto.

Kleiman (1991) assegura que a compreensão do texto escrito implica o conhecimento prévio do leitor e é evidente que a compreensão, por ser um processo cognitivo, não pode ser ensinada. O que é possível, segundo a autora, é criar oportunidades que permitam o desenvolvimento desse amplo processo, o que está muito longe de ser contemplado apenas com o domínio de um léxico específico. Compreender um texto, na verdade, implica processos cognitivos múltiplos, numa ação interativa que envolve, além de conhecimentos lingüísticos e textuais, conhecimento prévio, isto é, um conhecimento de mundo que, segundo Kleiman (1989), permite ao leitor fazer as inferências necessárias para relacionar partes discretas de um texto num todo coerente. Para a autora,

[...] o conhecimento adquirido determina, durante a leitura, as inferências que o leitor fará com base em marcas formais do texto. O conhecimento lingüístico, o conhecimento textual, o conhecimento de mundo devem ser ativados durante a leitura para poder chegar ao momento da compreensão; esse momento, que passa despercebido, em que as partes discretas se juntam para fazer um significado. O mero passar de olhos pela linha não é leitura, pois leitura implica uma atividade de procura pelo leitor, no seu passado de lembranças e conhecimentos, daqueles que são relevantes à compreensão de um texto que fornece pistas e sugere caminhos, mas que certamente não explicita tudo o que seria possível explicitar (KLEIMAN, 1989, p. 26).

Para contribuir para o entendimento da relação entre a leitura eficaz de um texto e a alfabetização científica, apresenta-se, a seguir, a teoria semiolingüística de Patrick Charaudeau. Acredita-se que há muitas variáveis em jogo quando o assunto é *estar alfabetizado* para a leitura de textos de divulgação científica. Estar apto para a leitura de textos DC compreende saber reconhecer variáveis manipuladas pelo enunciador e escolhidas de forma estratégica.

A teoria semiolingüística permite abarcar essas variáveis por apresentar a noção de contrato, segundo a qual o ato de linguagem não existe fora do contexto e só toma sentido numa situação de comunicação, ou seja, toma sentido ao levar em consideração as condições nas quais se realiza o intercâmbio entre sujeitos e seus propósitos.

2.2 A TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA

Assumindo-se a noção de estratégia que envolve a leitura dos textos, é preciso que se adote uma base teórica que tenha como pressuposto uma concepção interativa de linguagem, na qual os sujeitos são vistos como atores, como “sujeitos ativos que – dialogicamente¹ – se constroem e são construídos no texto, considerando o próprio lugar de interação e da constituição dos interlocutores” (KOCH; ELIAS, 2007, p. 10). Assim considerando, adota-se a idéia de que a leitura “é uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentido” (idem, ibidem, p.11).

Do leitor, espera-se, conforme Solé (1998), que seja ativo, que processe e examine o texto, já que é ele que constrói o significado do texto. Isso pressupõe, como salienta Solé (idem, p. 22), que “o significado que um escrito tem para o leitor não é uma tradução ou réplica do significado que o autor quis lhe dar, mas uma construção que envolve o texto, os conhecimentos prévios do leitor que o aborda e seus objetivos”.

¹ No sentido bakhtiniano.

Na verdade, conforme Koch (2003, p. 19), a atividade sócio-comunicativa da linguagem compreende,

[...] da parte do produtor, um “projeto de dizer”; e da parte do interpretador (leitor/ouvinte), uma participação ativa na construção de sentido, por meio da mobilização do contexto [...] a partir de pistas e sinalizações que o texto lhe oferece. Produtor e interpretador do texto são, portanto, “estrategistas”, na medida em que, ao jogarem o “jogo da linguagem”, mobilizam uma série de estratégias – de ordem sociocognitiva, interacional e textual – com vistas à produção do sentido.

Dessa forma, para a lingüista, os componentes desse jogo são:

1. o produtor/planejador, que procura viabilizar o seu “projeto de dizer”, recorrendo a uma série de estratégias de organização textual e orientando o interlocutor, por meio de sinalizações textuais (indícios, marcas, pistas) para a construção dos (possíveis) sentidos;
2. o texto, organizado estrategicamente de dada forma, em decorrência das escolhas feitas pelo produtor entre as diversas possibilidades de formulação que a língua lhe oferece, de tal sorte que estabelece limites quanto às leituras possíveis;
3. o leitor/ouvinte, que, a partir do modo como o texto se encontra lingüisticamente construído, das sinalizações que lhe oferece, bem como pela mobilização do contexto relevante à interpretação, vai proceder à construção dos sentidos (KOCH, 2003, p. 19).

A consideração desses componentes leva à adoção da teoria Semiolingüística, idealizada por Charaudeau, na qual o texto é visto como uma “manifestação material (verbal e semiológica: oral/gráfica, gestual, icônica, etc) da encenação de um ato de comunicação, numa situação dada, para servir ao projeto de fala de um determinado locutor” (CHARAUDEAU, 2008, p. 77). Nesse contexto, a noção de estratégia (de discurso, diz Charaudeau, 2008) pressupõe a existência, segundo o lingüista, “de um quadro contratual que assegura a estabilidade e previsibilidade dos comportamentos, de maneira que possa intervir um sujeito que joga seja com os dados do contrato, seja no interior desses dados” (CHARAUDEAU, 2004, p. 219).

Para Charaudeau, (2004), a definição contratual do ato de linguagem implica

[...] a existência de dois sujeitos em relação de intersubjetividade, a existência de convenções, de normas e de acordos que regulamentam as trocas languageiras, a existência de saberes comuns que permitem que se estabeleça uma intercompreensão, o todo de uma certa situação de comunicação (idem, ibidem, p. 131).

Para o lingüista, isso explica que a comunicação seja bem-sucedida não quando os ouvintes reconhecem o sentido lingüístico do enunciado, mas quando inferem o “querer-dizer” (SPERBER; WILSON *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 131).

Conforme Charaudeau (2001), o termo *discurso*, em si, precisa ser definido pela própria teoria na qual ele se insere, tamanho o seu emprego nas mais diversas acepções. Na teoria semiolingüística, o discurso é o lugar da encenação da significação, utilizando-se de um ou vários códigos semiológicos. E toda a encenação discursiva depende das características desses códigos e dos outros que possam estar envolvidos.

Segundo o lingüista, a linguagem comporta algumas dimensões: a cognitiva, a social, a psico-social e a semiótica. A dimensão cognitiva da linguagem sustenta a percepção e a categorização do mundo, independentes da ação da linguagem. Já a dimensão que é social e psico-social apresenta questões que remetem ao valor de troca dos signos e ao valor de influência dos fatos de linguagem. Por fim, a dimensão semiótica está nas construções de sentido e nas construções de forma.

Independentemente da dimensão com a qual se trabalhe, a linguagem é multidimensional. No entanto, muitas teorias circulam pelos diferentes domínios dessas dimensões e cada ponto de vista teórico também apresenta vários domínios. É natural que as teorias apresentem certos postulados em comum, assim como conceitos e hipóteses que acabam por dificultar a classificação.

Ao teorizar sobre a linguagem, Charaudeau (2001) conecta alguns domínios, integrando-os numa problemática global por julgar, por um lado, que ao se inserir em apenas um dos domínios abordaria a linguagem de forma inconsistente e incompleta, e, por outro lado, que ao criar um novo domínio incorreria no mesmo erro.

Conectar alguns domínios foi uma opção arriscada, segundo o lingüista, entretanto foi considerada por ele a mais adequada, justamente por tratar de alguns questionamentos do fenômeno da linguagem, como a lógica das ações e a influência social, numa abordagem mais externa, assim como a construção do sentido, numa abordagem mais interna.

A posição que Charaudeau (2001) assume é da teoria semiolingüística: *semio-* pela construção de sentido, partindo de um sujeito intencional, com projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *-lingüística* por destacar a matéria principal da forma em questão, a das línguas naturais. Para o lingüista, essa dupla articulação das línguas naturais e a particularidade combinatória de suas unidades impõem um procedimento de semiotização do mundo.

Charaudeau (2001) postula que, para semiotizar o mundo, são necessários dois processos: o processo de transformação e o de transação. O processo de transformação é aquele pelo qual “um mundo a significar” é transformado em um “mundo significado” sob a ação de um sujeito falante. O processo de transação diz respeito a esse “mundo significado” passando a ser um objeto de troca com um outro sujeito que desempenha o papel de destinatário desse mesmo objeto.

No processo de transformação, Charaudeau (2005) postula a inserção de quatro operações. A primeira delas, a *identificação*, diz respeito à apreensão dos seres materiais ou ideais, reais ou imaginários, pois é preciso conceituá-los e nomeá-los para que se possa falar deles; ou seja, o autor esclarece que os seres do mundo são transformados em identidades nominais. A segunda operação é a *qualificação*, por meio da qual os seres do mundo são transformados em seres descritíveis, uma vez que possuem propriedades e características que discriminam, especificam e motivam sua maneira de ser. A *ação*, terceira operação, diz respeito a esses mesmos seres enquanto agentes e pacientes da ação, inscritos em esquemas de ação conceituados que lhes conferem razão de ser, ao fazerem alguma coisa. A *causação* é a quarta operação do processo, pois esses seres, então qualificados, agem ou sofrem a ação em razão de certos motivos que os inscrevem numa cadeia de causalidade.

O segundo processo de semiotização, o de *transação*, é a base para o contrato de comunicação e compreende quatro princípios que estão na estrutura sócio-linguagem. O primeiro princípio é o de *alteridade*, que garante no contrato um reconhecimento recíproco entre dois parceiros², que precisam se reconhecer como semelhantes ou diferentes,

[...] semelhantes porque, para que a troca se realize, é necessário que tenham em comum universos de referência (saberes compartilhados) e finalidades (motivações comuns) e diferentes porque cada um desempenha um papel particular: de sujeito emissor-produtor e de sujeito receptor-interpretante (CHARAUDEAU, 2005, p. 15).

É nesse princípio que se encontra o fundamento de todo o aspecto contratual do ato de comunicação, pois implica que os parceiros se reconheçam e assim se legitimem.

O segundo princípio do processo de transação é o de *pertinência*, princípio pelo qual os parceiros do ato de comunicação reconhecem os universos de referência que constituem o objeto da transação linguagem; isto é, eles devem compartilhar os saberes implicados no ato de linguagem – saberes do mundo, valores psicológicos e sociais, comportamentos.

O princípio de *influência* diz respeito à intenção que todo sujeito tem ao produzir um ato de linguagem a fim de atingir o seu parceiro para fazê-lo agir, para afetá-lo

² Pessoas associadas em uma relação recíproca e de reconhecimento mútuo (CHARAUDEAU, 2001).

emocionalmente ou para orientar seu pensamento. Na verdade, todo sujeito interpretante sabe que é alvo de influência. Isso confere aos sujeitos a interação, mas os obriga a levar em conta algumas restrições.

Por fim, o quarto princípio do processo de transação é o princípio de *regulação*, que, ligado ao princípio de influência, faz parte daquilo que os parceiros sabem a respeito do ato de linguagem do qual participam. A regulação se dá por meio da busca por estratégias, no interior do quadro situacional, que assegurem uma intercompreensão mínima, para que se efetive a troca. No processo de transação, os princípios confirmam o aspecto contratual da troca languageira.

O duplo processo de semiotização do mundo compreende, portanto, os processos de transformação e transação. Ambos são interdependentes, embora diferentes, uma vez que as operações do processo de transformação não são realizadas de forma livre, por estarem sob o controle do processo de transação e seus princípios. E é isso o que confere às operações um sentido. Charaudeau (2001) afirma que essa dependência entre o processo de transação e o processo de transformação é o que estabelece uma mudança significativa nas orientações nos estudos sobre a linguagem. Para o lingüista, essa mudança busca conhecer o sentido comunicativo dos fatos de linguagem, aquilo que nesses fatos diz respeito ao seu valor semântico-discursivo. A partir disso,

[...] já não é mais possível contentar-se com as operações de transformação isoladamente, também é necessário considerá-las no quadro situacional imposto pelo processo de transação, quadro que serve de base para a construção de um contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2005, p. 16).

Esse posicionamento hierárquico proposto por Charaudeau (2005) em relação ao duplo processo de semiotização do mundo possibilita que se complete o esquema, conforme o que segue:

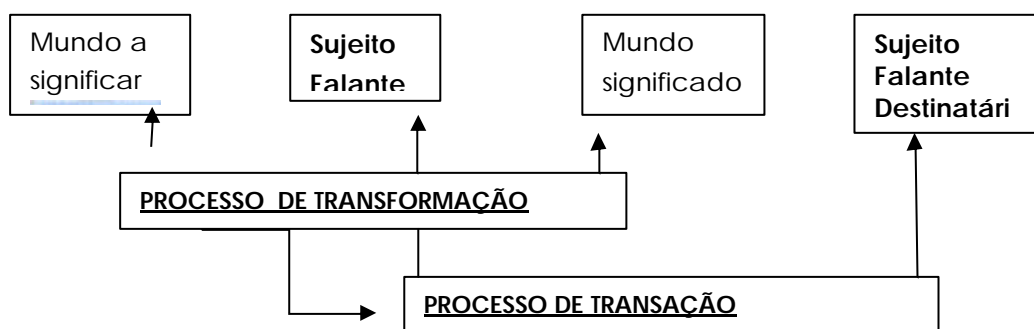


Figura 2: O duplo processo de semiotização do mundo – relação de interdependência.

Fonte: Charaudeau (2005, p. 14).

Um ato de linguagem pressupõe uma intencionalidade – a dos sujeitos falantes, parceiros de uma troca. Para o autor, em decorrência disso,

[...] esse ato depende da *identidade* dos parceiros, visa a uma *influência* e é portador de uma *proposição* sobre o mundo. Além disso, realiza-se num tempo e num espaço determinados, o que é comumente chamado de *situação* (CHARAUDEAU, 2005, p. 17).

Ao mostrar os princípios de alteridade e de pertinência, Charaudeau (2001) constata que, para que um ato de linguagem tenha validade, é necessário que os parceiros reconheçam um no outro o direito à fala, além de terem em comum um mínimo de saberes postos em troca durante o ato.

E, ao mesmo tempo, em função dos princípios de influência e regulação, os parceiros têm uma certa margem de manobra que lhes permite usar estratégias. A partir disso, o lingüista sustenta que a estruturação de um ato de linguagem é formada por dois espaços: um *espaço de restrições*, que compreende as condições mínimas que é preciso atender para que o ato de linguagem seja validado, e um *espaço de estratégias*, que corresponde às escolhas possíveis à disposição dos sujeitos na *encenação*³ do ato de linguagem, um fenômeno que combina o dizer e o fazer, como é possível observar na Figura 3:

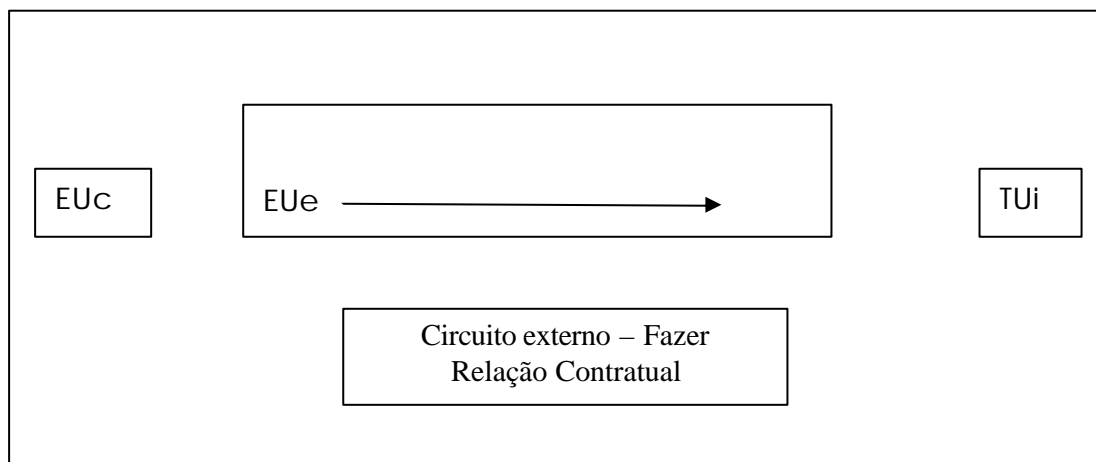


Figura 3: O fazer situacional.

Fonte: Charaudeau (2001, p.29).

Charaudeau (2001) afirma que o ato de linguagem se realiza num duplo espaço de significância, o externo e o interno, determinando assim dois tipos de sujeitos da linguagem:

³ Mise-en-scène.

os *parceiros*, que são os interlocutores, sujeitos da ação, seres sociais que têm intenções, os chamados EUc – sujeito comunicante - e TUi – sujeito interpretante; e os *protagonistas*, que são os intra-locutores, sujeitos de fala, responsáveis pelo ato de enunciação, os quais chamamos de EUe – sujeito enunciador – e TUd – sujeito destinatário. Essas considerações levam Charaudeau (2001) a definir o ato de linguagem como

[...] originário de uma situação concreta de troca, que depende de uma intencionalidade, organizando-se num espaço de restrições e num espaço de estratégias, produzindo significado a partir da interdependência destes dois espaços, o que nos leva a sugerir um modelo de estruturação em três níveis (CHARAUDEAU, 2001, p. 29).

O sucesso do ato de linguagem depende do compartilhamento que os interlocutores têm em relação às circunstâncias em que determinado discurso ocorre. Por sua vez, tal compartilhamento depende das condições de produção e das condições de interpretação desse ato de linguagem. Essa idéia defendida por Charaudeau (2008, p. 44) é adversa à idéia de que o ato de linguagem se dê de forma simétrica entre emissor e receptor da mensagem, assegurando comunicação. Nessa mesma linha manifesta-se Maingueneau (2002), quando diz que:

Todo o ato de enunciação é fundamentalmente *assimétrico*: a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciador (MAINGUENEAU, 2002, p. 20).

A teoria semioligüística apresenta os parceiros da comunicação: EU – o sujeito que produz o ato de linguagem; TU – o sujeito interlocutor desse ato de linguagem. A assimetria entre os interlocutores se dá na medida em que esse TU não é apenas um receptor da mensagem, mas alguém em condições de dar a essa mensagem uma interpretação em função de seus saberes prévios, sobre as circunstâncias tanto do discurso quanto do EU, apurando as intenções dele. Assim sendo, o TU a quem o EU se dirige não é o mesmo TU que interpreta a mensagem. Conseqüentemente, ao fazer sua interpretação, o TU reflete uma imagem do EU diferente daquela que o próprio EU queria ter passado. Em suma, Charaudeau (2008) explica que

O EU dirige-se a um TU – destinatário que o EU acredita ser adequado ao seu propósito linguageiro (a “aposta” contida no ato de linguagem). No entanto, ao descobrir que o TU interpretante não corresponde ao que havia imaginado, acaba por descobrir-se como um outro EU, sujeito falante suposto pelo TU interpretante (CHARAUDEAU, 2008, p. 44).

O ato de linguagem, por assim dizer, deve ser visto, de acordo com o lingüista, como um encontro dialético entre dois processos: de um lado, o processo de *produção* – criado por

um EU e dirigido a um TU destinatário –; de outro lado, o processo de *interpretação* – criado por um TU interpretante, que constrói uma imagem do EU.

Algumas especificações são necessárias para que se compreenda a Figura 3, no que diz respeito à definição dos sujeitos da linguagem. Inicia-se pela especificação dos sujeitos da recepção: TUD e TUi. O TUD é o interlocutor fabricado pelo EU como se fosse um destinatário ideal, adequado ao seu ato de enunciação. O EU tem sobre o TUD um total domínio, já que o coloca em um lugar onde supõe que sua intenção de fala será totalmente transparente para TUD. Por outro lado, o TUi age fora do ato de comunicação produzido pelo EU. É responsável pelo processo de interpretação, que escapa do domínio do EU. Ao passo que o TUD está em relação de transparência com a intencionalidade do EU, o TUi, ao contrário, encontra-se em uma relação de opacidade com essa intencionalidade. O TUi só depende dele mesmo, instituindo-se apenas no instante em que opera um processo de interpretação.

Para melhor ilustrar essas especificações do TU, Charaudeau (2008) lança mão de alguns exemplos:

Vejamos, enfim, algumas reações de TUi diante do aviso “Entre sem bater” colocado em uma porta. Pedimos a algumas pessoas que respondessem à pergunta “o que significa, para você, esta placa na porta de um lugar público?” Eis algumas das respostas que pudemos obter: “É uma sala de recepção”; “Se batermos, incomodaremos as pessoas que se encontram no escritório”; “Na sala de recepção não há secretária nem funcionário”; “Será que vai ter alguém para me atender?”; “Deve ser um lugar muito freqüentado”; “Vou dar uma batidinha e entrar” (CHARAUDEAU, 2008, p. 47).

A partir desses exemplos, é possível constatar que os TUi construíram interpretações em função das suas experiências pessoais.

Continuando com as especificações, abordam-se os sujeitos da produção: o sujeito enunciador (EUE) e o sujeito comunicante (EUC). Como dito anteriormente, o TUi remete ao EU uma imagem diferente daquilo que o EU acreditava que o TU fosse. Para Charaudeau (2008), esse desdobramento do lugar do EU implica dois sujeitos. O sujeito percebido pelo TUi é o *sujeito enunciador*, doravante EUE; em oposição, Charaudeau (2008) apresenta o *sujeito comunicante*, doravante EUC, produtor de fala. O EUE é uma imagem de enunciador construída pelo sujeito que é produtor da fala, o EUC, representando sua intenção nesse ato de produção. Visto pelo lado da interpretação, o EUE é uma imagem de enunciador construída pelo TUi como uma hipótese sobre a intenção do EUC.

Como já visto, para Charaudeau (2008), o ato de linguagem não é apenas o resultado de uma única intenção do emissor, nem mesmo o resultado de um duplo processo simétrico

entre emissor e receptor. O ato em si resulta de um jogo entre o implícito e o explícito, e por isso

Vai nascer das circunstâncias de discurso específicas; vai se realizar no ponto de encontro dos processos de produção e interpretação; será encenado por duas entidades, desdobradas em sujeito de fala e sujeito agente (CHARAUDEAU, 2008, p. 52).

Assim, o ato de linguagem e seus sujeitos passam a ser representados pelo seguinte esquema:

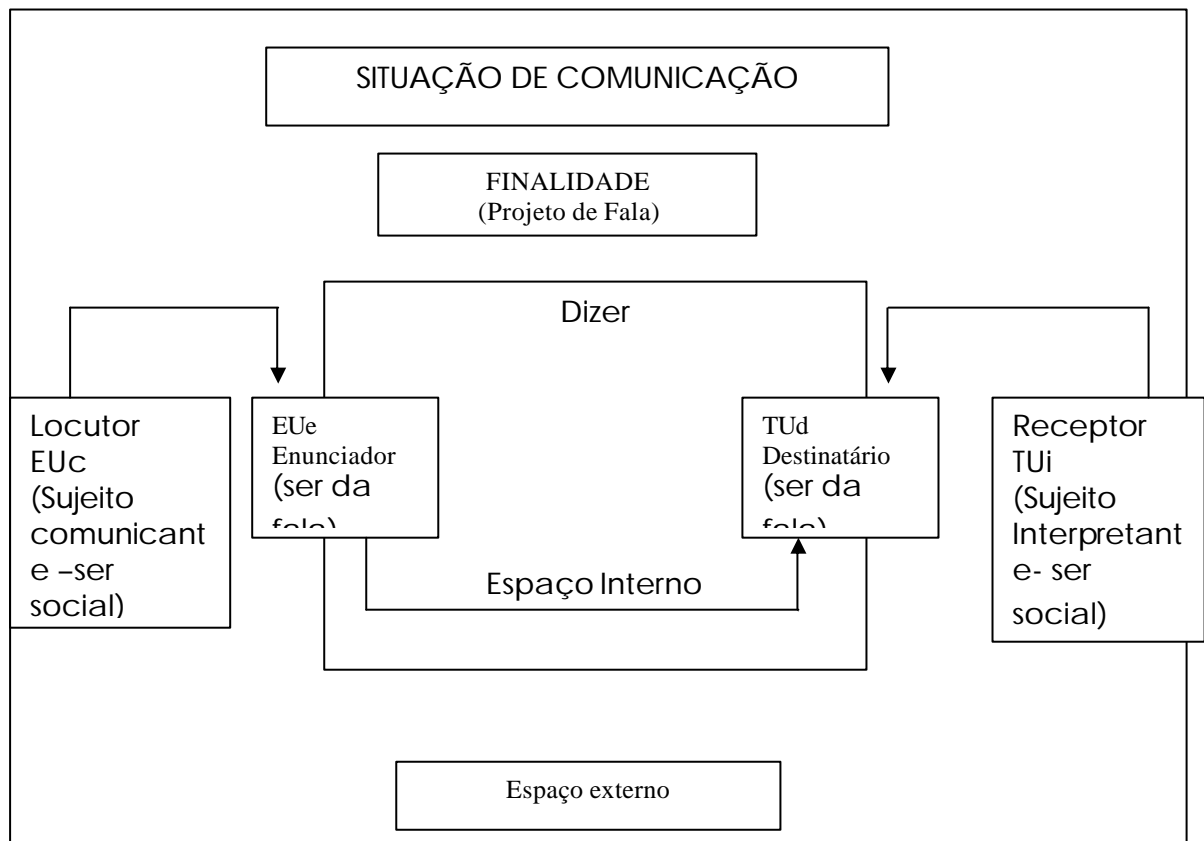


Figura 4: Situação de comunicação.

Fonte: Charaudeau (2008, p. 52).

Charaudeau (2001) considera o ato de linguagem como uma expedição ou aventura, dado o seu aspecto intencional. E, para garantir o sucesso, o sujeito fará uso de *contratos* e *estratégias*. A noção de *contrato* apresentada por Charaudeau (2001, p. 33) pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo social estejam em condições de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras desse grupo. Já a noção de *estratégia* se dá na hipótese de que o EUC organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados efeitos, que podem ser de persuasão ou de sedução, sobre o TUI.

Conforme Charaudeau (2001),

A construção de sentido, mediante qualquer ato de linguagem, procede de um sujeito que se dirige a outro sujeito, dentro de uma situação de intercâmbio específica, que sobredetermina parcialmente a eleição dos recursos de linguagem que possa usar (CHARAUDEAU, 2001, p. 13).

Com base nisso, Charaudeau (1982) propõe um modelo de competências que o sujeito precisa desenvolver para a leitura e a produção de textos, construindo sentidos, o que foi evidenciado nesta seção a partir da teoria dos sujeitos da linguagem. Esse modelo consta de três níveis, com três tipos de competência que correspondem ao sujeito: nível situacional, para a competência situacional; nível discursivo, para a competência discursiva; nível semiolinguístico, para a competência semiolinguística.

A seguir, são apresentadas as competências das quais o sujeito precisa se valer para a leitura e a interpretação de textos, conforme o modelo postulado por Charaudeau (2001), a partir do qual a Prof^ª Dr^ª Maria Eduarda Giering (2006) organiza a Figura 5:

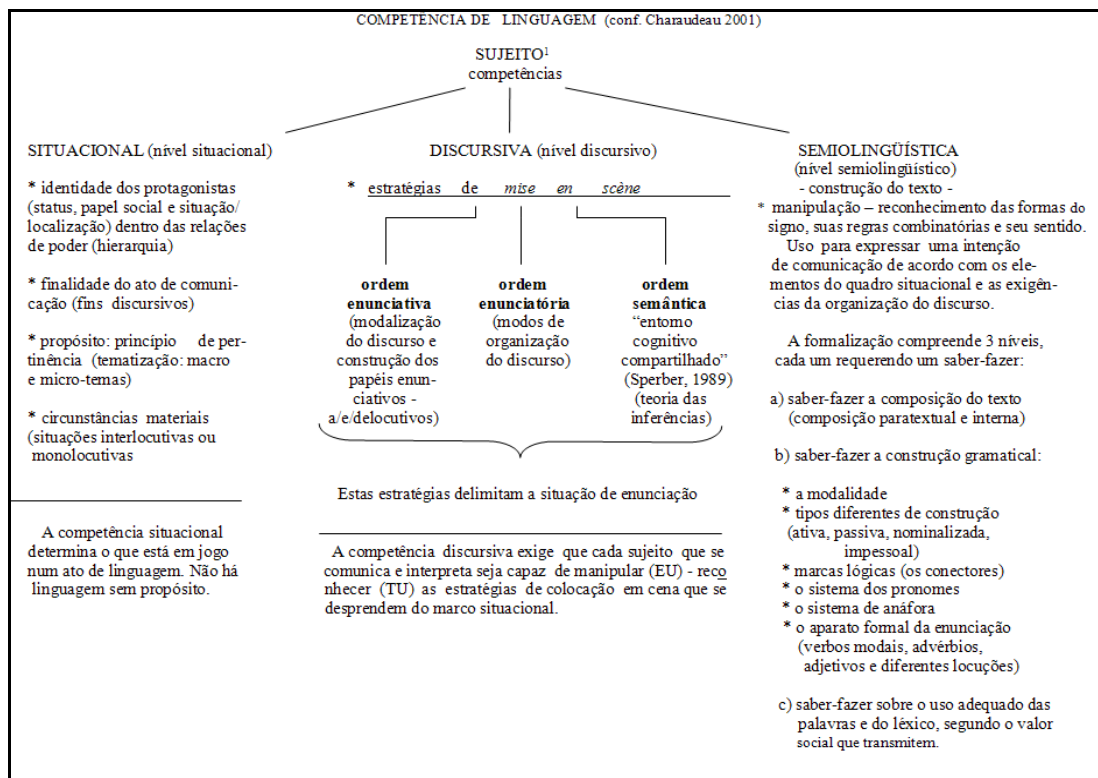


Figura 5: Competência de linguagem.

Fonte: Giering (2006)⁴.

⁴ Quadro apresentado em sala de aula pela Professora Maria Eduarda Giering.

No esquema da Figura 5, têm-se as especificações das competências. A *competência situacional* diz respeito à construção do discurso com base na identidade dos protagonistas, na finalidade do ato de comunicação, no propósito e nas circunstâncias materiais.

A **identidade** dos protagonistas determina quem está falando a quem, o *status* dos protagonistas, o papel social desempenhado dentro da situação. É essa identidade do sujeito falante que vai dar a ele o direito à palavra.

A **finalidade** do ato de comunicação é o que poderia responder ao questionamento “estamos aqui para dizer o quê?”; ou seja, ela expressa os fins discursivos da troca. Há atitudes enunciativas que revelam a intenção psico-sócio-discursiva do sujeito falante. Essas atitudes correspondem às *visadas*⁵. As visadas devem ser consideradas do ponto de vista da instância da produção, que tem uma determinada perspectiva em relação ao sujeito destinatário ideal. Mas, segundo Charaudeau (2001), é preciso que esse sujeito destinatário, ou seja, a instância de recepção, reconheça a visada em questão. O que define o tipo de visada é a intenção pragmática do *eu* em relação, ao mesmo tempo, à posição que ele ocupa como enunciador e à posição que da mesma forma o *tu* ocupa. Há seis principais visadas, segundo postula Charaudeau (2004, p.23):

- a) a visada de “prescrição” revela a intenção do *eu* em “mandar fazer” e, como ele tem autoridade para sancionar, o *tu* se encontra em posição de “dever responder” à solicitação do *eu*;
- b) a visada de “solicitação”, em que o *eu* quer “saber”, o que revela sua posição de inferioridade de saber em relação ao *tu*, mas legitimado em sua demanda, por isso *tu* está em posição de “dever responder” à solicitação;
- c) a visada de “incitação”, em que o *eu* quer “fazer fazer”, mas, se não está em posição de autoridade (no caso de uma prescrição, por exemplo), deverá incitar a fazer, fazendo o *tu* acreditar que, se fizer, será beneficiário do fazer;
- d) a visada de “informação”, em que o *eu* quer “fazer saber”, o que legitima a ele sua posição de saber, já o *tu* se encontra na posição de “dever saber” alguma coisa sobre a existência dos fatos;
- e) a visada de “instrução”, em que o *eu* quer “fazer saber fazer”, além de estar na posição de autoridade ao ponto de fazer saber, tem legitimação para transmitir esse saber, e o *tu* está em posição de dever saber fazer, de acordo com as instruções do *eu*; e, por fim,
- f) a visada de “demonstração”, na qual o *eu* quer “estabelecer a verdade e mostrar a provas”, de acordo com certa autoridade de saber, o *tu* está em posição de ter que receber e “ter que avaliar”, para então ter capacidade de fazê-lo.

Essas visadas são todas importantes para definirem as situações de troca. Essas situações de troca é que selecionam, a fim de definir sua finalidade, uma ou mais visadas, embora uma delas sempre esteja em posição dominante. Charaudeau (2004) alerta que a finalidade discursiva e a(s) visada(s) que ela seleciona não correspondem ao todo da situação

⁵ As visadas “correspondem a uma intencionalidade psico-sócio-discursiva que determina a expectativa do ato de linguagem do sujeito falante e da própria troca linguageira” (CHARAUDEAU, 2004, p. 23).

de comunicação, mas são um dos seus elementos essenciais, combinando-se com outras características de outros componentes.

Ainda dentro da competência situacional, o **propósito** diz respeito ao princípio de pertinência, à tematização. A idéia, segundo o lingüista, é que todo ato de linguagem se insere dentro de uma área temática.

As **circunstâncias materiais** são aquilo que permite distinguir variantes dentro da situação global de comunicação, dando a essas variantes dimensões específicas; isto é, as circunstâncias materiais determinam se as interações se dão de forma interlocutiva ou monolocutiva. Na situação interlocutiva, os interlocutores estão em presença física, o que possibilita a troca no contrato de fala. Nessa situação também se observa que o canal de transmissão oral permite a ambiência física perceptível pelos dois parceiros. Essa circunstância garante ao interlocutor perceber imediatamente as reações de seu interlocutor, o que possibilita antecipar o seu dizer, reforçar sua expressão com gestos, mímicas, e, ainda, valer-se do princípio de regulação, que, com base em manobras, lhe permite certas estratégias. Por outro lado, na situação monolocutiva, o contrato de comunicação não permite troca, uma vez que os parceiros não se apresentam fisicamente, o que permite ao locutor apenas imaginar as reações do interlocutor, além de organizar suas idéias. Nesse caso, o canal de comunicação se dá de modo oral ou escrito. Pode-se observar, segundo Charaudeau,

En términos generales, que el sujeto de la interlocución es un sujeto que debe defender permanentemente su derecho de hablar, mediante adecuada regulación de las reacciones de aceptación o rechazo del otro, cuando, en cambio, el sujeto de la monolocución es un sujeto que solicita al otro y le impone su universo y su organización temática. (2001, p.13)

O que determina o que está em jogo num ato de linguagem é, fundamentalmente, a competência situacional, com todos os elementos apresentados: identidade, finalidade, propósito e circunstâncias materiais.

Por sua vez, a competência do sujeito no *nível discursivo*, conforme postula Charaudeau (2001, p. 14), “exige que cada um dos sujeitos, que se comunica ou interpreta, seja capaz de manipular ou reconhecer as estratégias de colocação em cena que se desprendem do marco situacional”. Essas estratégias são de três ordens: enunciativa, enunciatória e semântica, como apresentado a seguir:

1. as estratégias de ordem *enunciativa* são responsáveis pelas atitudes enunciativas que o sujeito constrói, em função dos elementos de identificação e de inter-relação da situação de

comunicação, assim como em função da imagem que quer transmitir de si ou atribuir ao outro;

2. as estratégias de ordem *enunciatória* dizem respeito aos *modos de organização do discurso*, que, para Charaudeau (2008, p. 74), são procedimentos que consistem em utilizar determinadas categorias da língua para ordená-las em função das finalidades discursivas do ato de comunicação. Tais modos de organização podem ser agrupados em quatro: o Enunciativo, o Descritivo, o Narrativo e o Argumentativo. Cada um desses modos de organização possui um princípio de organização. O ato de comunicação é representado como um dispositivo cujo centro é ocupado pelo sujeito falante em relação a um outro parceiro, seu interlocutor. Esse dispositivo é composto pela situação de comunicação, pelos modos de organização, pela língua e pelo texto. Assim, para Charaudeau (2008, p. 68), conforme já foi mencionado neste trabalho, comunicar é muito mais do que transmitir uma informação. É, antes, proceder àquilo que, em sua teoria, o autor chama de *encenação*. Afinal, assim como na encenação teatral o diretor utiliza espaços cênicos, cenário, luz, sonorização etc. para, assim, produzir *efeitos de sentido* visando a um público que é imaginado por ele, na encenação do ato de comunicação também o locutor utiliza componentes do dispositivo da comunicação em função dos efeitos que pretende produzir em seu interlocutor.

O *modo de organização enunciativo* tem seu foco voltado para os protagonistas, seres da fala, internos à linguagem, o EUE e o TUD. O enunciativo é uma categoria do discurso, conforme postula Charaudeau (2008), que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age durante a encenação. Enunciar, no âmbito da análise do discurso, refere-se à organização das categorias da língua de modo a dar conta das posições que o sujeito ocupa em relação ao seu interlocutor, considerando tanto o que ele diz quanto o que o outro diz. Dessa forma, há três funções distintas para o modo enunciativo: a) *Alocutiva* – quando há uma relação de influência entre locutor e interlocutor; b) *Elocutiva* – quando é revelado o ponto de vista do locutor; e c) *Delocutiva* – quando o locutor retoma a fala de um terceiro. A construção enunciativa se dá: a) por meio de procedimentos que podem ser da ordem lingüística, explicitando os diferentes tipos de relações do ato enunciativo, através dos processos de modalização do enunciado; b) por meio de procedimentos que podem ser de ordem discursiva, contribuindo para pôr em cena os outros modos de organização do discurso, a saber, *descritivo, narrativo e argumentativo*.

Para definir o *modo de organização descritivo*, Charaudeau (2008) explica que descrever corresponde a uma atividade de linguagem que, embora se oponha às duas outras atividades, contar e argumentar, combina-se com elas, pois os três modos contribuem

igualmente para a construção de textos. O descritivo é um modo de organização que conta com três tipos de componentes, que são, ao mesmo tempo, autônomos e indissociáveis: nomear, localizar-situar e qualificar. O lingüista ressalta que, apesar de algumas regularidades discursivas, não existe percurso obrigatório para a construção do descritivo.

Para definir o *modo de organização narrativo*, Charaudeau (2008) explica que contar não é somente descrever uma seqüência de fatos ou acontecimentos, pois, para que haja narrativa, é necessário que haja um *contador*, investido de uma intencionalidade, e um *destinatário*; isto é, é necessário inventar um contexto. O modo narrativo leva-nos a descobrir um mundo que é construído à medida que se desenrola uma sucessão de ações que se influenciam umas às outras, num encadeamento progressivo. Dessa forma, ele organiza o mundo de maneira sucessiva e contínua, numa lógica cuja coerência é marcada por seu próprio fechamento (princípio e fim). A lógica narrativa apresenta três componentes: os actantes, os processos e as seqüências, todos estritamente ligados, definindo-se reciprocamente, passíveis de inúmeras combinações.

Por fim, apresenta-se o *modo de organização argumentativo*, que, para Charaudeau (2008), é bem mais difícil de ser tratado do que os anteriores; afinal, enquanto o narrativo e o descritivo se ocupam com aquilo que é tangível e visível, o argumentativo está em contato com um saber que tenta levar em conta a experiência humana, por meio de certas operações do pensamento.

Para Charaudeau (2008), além de os textos, às vezes, não apresentarem marcas explícitas de operações lógicas, muitas vezes o aspecto argumentativo pode estar naquilo que está implícito. Portanto, para o lingüista, a argumentação “é o resultado textual de uma combinação entre diferentes componentes que dependem de uma situação que tem uma finalidade discursiva” (CHARAUDEAU, 2008, p. 207). Toda relação argumentativa se compõe de, pelo menos, três elementos: uma asserção de partida (uma premissa), uma asserção de chegada (a conclusão) e algumas asserções de passagem que permitem passar de uma a outra (inferências, prova, argumento). A lógica argumentativa não é o único elemento da argumentação; por isso, para o lingüista, à *razão demonstrativa* deve unir-se ainda uma *razão persuasiva*, que depende do *sujeito* que argumenta e da *situação* do sujeito diante de seu interlocutor, ligados por um *contrato de comunicação*. Para justificar sua posição, tomada ao longo da argumentação, o sujeito que argumenta poderá utilizar determinados procedimentos, a saber, *semânticos*, *discursivos* e de *composição*.

Segue o resumo dos modos de organização do discurso na Figura 6:

MODOS DE ORGANIZAÇÃO	FUNÇÕES DE BASE	PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO
ENUNCIATIVO	Relação de influência (EU – TU) Ponto de vista situacional (EU – ELE) Testemunha do mundo (ELE)	Posição em relação ao interlocutor Posição em relação ao dito Posição em relação aos outros discursos
DESCRITIVO	Identificar e qualificar seres de maneira objetiva/ subjetiva	Organização da construção descritiva (Nomear – Localizar – Qualificar) Encenação descritiva
NARRATIVO	Construir a sucessão das ações de uma história no tempo, com a finalidade de fazer um relato.	Organização da lógica narrativa (actantes e processos) Encenação narrativa
ARGUMENTATIVO	Expor e provar causalidades numa visada racionalizante para influenciar o interlocutor	Organização da lógica argumentativa Encenação argumentativa

Figura 6: Modos de organização do discurso.

Fonte: Charaudeau (2008, p. 75).

Além das estratégias de ordem enunciativa e de ordem enunciatória, dentro da competência discursiva do modelo de competência para a linguagem, proposto por Charaudeau (2008), há:

3. as estratégias de *ordem semântica*, que remetem, segundo postula Charaudeau (2008; 2001), ao “entorno cognitivo compartilhado”; é o que acontece com os interlocutores quando estes apelam para conhecimentos compartilhados, seja por discernimentos, seja por crenças. Para Sperber e Wilson (apud Charaudeau; Maingueneau, 2006), o que torna o enunciado relevante é a possibilidade para o interpretante de construir inferências a partir de

dados do enunciado, colocando-os em relação com outros dados já registrados em sua memória. Para Charaudeau (2006),

O princípio de relevância implica que existe, por parte dos parceiros do ato de comunicação, um reconhecimento recíproco de aptidões-competências para falarem *sobre* e terem direito à palavra. É preciso, portanto, por um lado, que esses parceiros possam supor que eles tenham uma intenção, um projeto de fala que dará ao ato de linguagem sua motivação [...] (CHARAUDEAU, 2006, p. 429).

Para finalizar a descrição do quadro da Figura 5, da competência de linguagem, apresenta-se a *competência semiolinguística* para a construção do texto. Segundo Charaudeau (2001), essa competência garante a todo sujeito que se comunica ou interpreta a habilidade de reconhecer a forma dos signos, suas regras combinatórias e seu sentido. Na formalização do texto, há diferentes níveis, cada um requerendo um “saber-fazer”, tanto em relação à composição do texto quanto em relação à construção gramatical e também ao uso adequado das palavras e do léxico.

Charaudeau (2001) salienta que as três competências de linguagem formam uma só e estão constituídas por três atitudes do fazer. Há um movimento de ida e volta permanente entre a atitude de reconhecer as condições sociais, a atitude de reconhecer e manejar as estratégias do discurso e a atitude de reconhecer e manejar os sistemas semiolinguísticos.

Essas atitudes de reconhecimento e manejo dos sistemas social, discursivo e semiolinguístico corroboram para o entendimento de que ler e interpretar textos requer conhecimentos prévios dos contratos envolvidos – no caso dos textos DC, os contratos midiático e acadêmico-científico.

É preciso entender que, se é impossível ler e produzir textos independentemente do contexto no qual eles estão inseridos, da mesma forma ocorre com os textos DC. Há demandas contextuais que vão desde as exigências do contrato até as escolhas linguísticas, que precisam ser levadas em consideração.

2.3 A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Cabe esclarecer aqui o que se entende por divulgação científica. De um modo genérico, essa atividade é de difusão, pois é dirigida para fora de seu contexto originário, mobilizando diferentes recursos para a veiculação de informações científicas para o público em geral. A difusão científica, segundo Bueno (apud ZAMBONI, 2001), se encontra na posição de é um gênero que se desdobra em *divulgação*, *disseminação* e *jornalismo* científico.

O conceito de *difusão*, na verdade, abrange

Os periódicos especializados, os bancos de dados, os sistemas de informação acoplados aos institutos e centros de pesquisa, os serviços de alerta das bibliotecas, as reuniões científicas [...], as seções especializadas das publicações de caráter geral, as páginas de ciência e tecnologia dos jornais e revistas, os programas de rádio e televisão dedicados à ciência e tecnologia, o cinema dito científico e até mesmo os chamados colégios invisíveis (BUENO *apud* ZAMBONI, 2001, p. 46).

Percebe-se que o conceito de difusão engloba: 1) a difusão para especialistas e 2) a difusão para o público em geral; ou seja, disseminação e divulgação científica, respectivamente.

A *disseminação* científica comporta dois níveis, conforme Bueno (*apud* ZAMBONI, 2001, p. 46): a disseminação intrapares e a disseminação extrapares. A *disseminação intrapares* diz respeito à circulação de informações científicas e tecnológicas entre especialistas de uma área e de áreas conexas. Esse nível da disseminação científica tem um público especializado, um conteúdo específico, além de um código fechado. Já a *disseminação extrapares* se dá para especialistas que se encontram fora da área objeto, em revistas que podem ser consumidas por diferentes especialistas.

No que diz respeito à *divulgação* científica propriamente dita, esta inclui o jornalismo científico, dada sua característica de divulgação, e ainda os livros didáticos, as aulas de ciências do Ensino Médio, os cursos de extensão para não-especialistas, as histórias em quadrinhos, os suplementos infantis, os fascículos de ciências e tecnologia produzidos por grandes editoras etc.

Com a ciência e a tecnologia entrando cada vez mais no cotidiano dos cidadãos, urge que sejam conquistadas por meio da divulgação científica, o que Vogt (2004) tão bem ilustrou no quarto quadrante da *espiral da cultura científica*⁶, proposta para mostrar a dinâmica que envolve a cultura científica.

Para Vogt (2007), a divulgação científica tem como destinatário final a sociedade em geral, o cidadão, por meio de “revistas de divulgação científica, páginas de editoriais dos jornais voltados para o tema e programas de TV”, cumprindo assim, segundo corrobora Zamboni (2001, p. 40), “a função social de aproximar o homem leigo dos saberes e conhecimentos excluídos da laicidade, restritos a comunidades fechadas”. Trata-se de divulgar um conhecimento já produzido, mas que circula apenas no interior de uma comunidade restrita.

⁶ Ver Figura 1, *Espiral da Cultura Científica*.

O modo como se organizam as comunidades de cientistas presentes no interior das instituições de pesquisa, das universidades, dos centros de pesquisa privada e dos laboratórios apresenta uma ligação com o modo de funcionamento do discurso da própria ciência dessas comunidades, no que diz respeito ao rigor. Quanto maior o crescimento da ciência, maior é a publicação científica, assim como o valor de prestígio atribuído ao cientista com maior número de publicações em seu currículo, o que gera ainda mais prestígio ao cientista em relação às instituições de fomento à pesquisa.

Para que o discurso utilizado pela comunidade científica passe à comunidade leiga de forma acessível é preciso que o discurso pertinente ao contrato científico passe por uma recodificação. Conforme Zamboni (2001, p. 84), a divulgação científica para leigos passa por especialistas em comunicação, que, na recodificação, transpõem a linguagem especializada para a linguagem não-especializada. Conforme Authier-Revuz (1998), na “transmissão de um discurso existente em função de um novo receptor, a divulgação científica dá-se, então, imediatamente, como uma prática de reformulação de um discurso-fonte [...] em um discurso segundo [...]” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 108).

Nesta dissertação, focar-se-á a divulgação científica midiática. Para tanto, será ativada a noção de contrato da Semiolingüística. Salienta-se que os artigos DC encontram-se na intersecção de dois contratos, o midiático e o acadêmico-científico, apresentando características de ambos. Na seqüência desta exposição, serão apresentados o contrato acadêmico-científico, que interfere na organização desses textos DC, e o contrato midiático, no qual estão inseridos.

2.3.1 O contrato acadêmico-científico

Quando um pesquisador produz o discurso científico, não tem como intenção apenas o fazer-saber. Para Maingueneau (1997, p. 57), há a intenção maior da “troca de notoriedade existente no interior do meio científico visado”, haja vista o grande número de textos escritos aos pares, de modo a não levar em consideração se o receptor leigo está ou não em condições de entendimento.

A linguagem tem presença permanente no fazer científico, pois “ciência, teoria e expressão lingüística se entrelaçam na constituição do discurso” (CORACINI, 2007, p. 37). Esse fazer não se esgota apenas em suas descobertas, mas também na sua comunicação, para que ele possa, afinal, ter seu reconhecimento. Esse reconhecimento se valida na medida em que o texto produzido comunique de forma eficiente, o que só é possível a partir de alguns

cuidados em relação ao conteúdo e à estrutura. Quando o cientista escreve a fim de divulgar sua pesquisa no interior de sua comunidade científica, faz isso por meio de um *paper*⁷, que é publicado posteriormente por revistas especializadas. E já que esse cientista escreve para outros cientistas, automaticamente a elaboração desse texto se caracteriza pelo uso de um jargão científico próprio, por algumas marcas modalizadoras⁸ e por uma estrutura específica, entre outras características.

Enfocando o contrato do discurso científico, Charaudeau (2006) afirma que o discurso científico atém-se fundamentalmente à prova, inscrevendo-se num programa de demonstração racional e diferindo, portanto, conforme o lingüista, do discurso informativo, cuja problemática da prova se relaciona à ordem da constatação, do testemunho, do relato de reconstituição dos fatos. Outra característica do discurso científico, de acordo com Charaudeau (2006), é o fato de que a

[...] tecnicidade do programa científico impede que ele seja desenvolvido num discurso informativo muito amplo. Com isso, o interesse principal do discurso demonstrativo reside na força argumentativa de seu conteúdo, como se o destinatário fosse secundário, ou melhor, como se houvesse o pressuposto de que o destinatário já é interessado de antemão pela proposta do cientista ou do especialista e de que possui um saber também especializado (CHARAUDEAU, 2006, p. 61).

O lingüista contrasta essas características do discurso científico com as do discurso informativo, que deve levar em conta a dessimetria entre o informador detentor do saber e o informado para o qual se supõe um estado de ignorância. Na maioria das vezes, ressalta o lingüista, o informador não tem conhecimento nem do teor do saber de seu destinatário, nem do que o afeta emocionalmente, nem dos motivos e interesses que o animam.

Quando se enfoca a composição do gênero textual *artigo acadêmico* do discurso científico, observa-se uma organização comum. Feltrim e colaboradores (2000), numa revisão bibliográfica sobre a estruturação de textos científicos, apresentam um esquema, que, segundo eles, “já se tornou clássico pela simplicidade, pelo desenvolvimento metódico e por abranger aspectos essenciais de uma comunicação científica” (p. 2).

⁷ Artigo científico.

⁸ Marcas modalizadoras são elementos lingüísticos que funcionam como indicadores das intenções, dos sentimentos e das atitudes do enunciador no que diz respeito ao seu discurso (GUIMARÃES, 2001, p. 68).

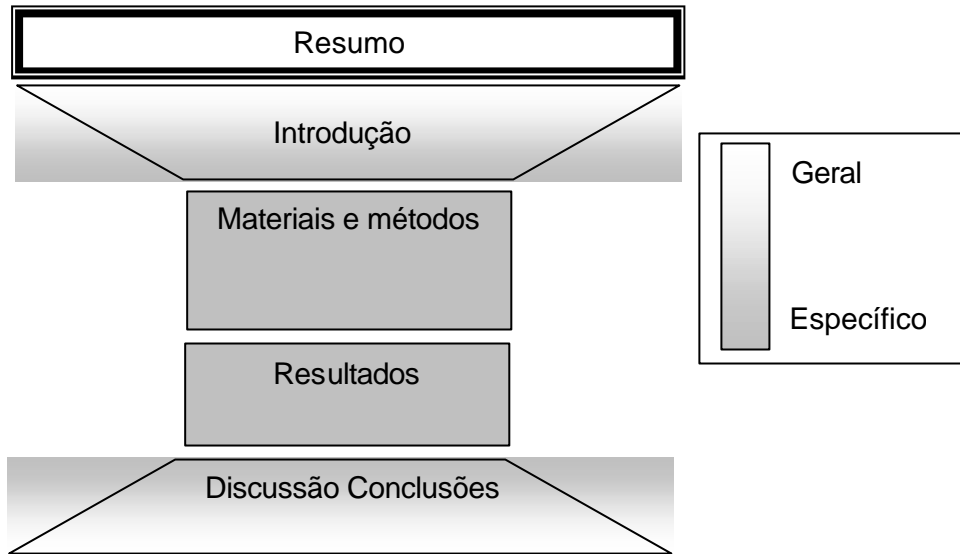


Figura 7: O movimento geral-específico da estrutura global.

Fonte: Feltrim et al. (2000, p. 4).

A Figura 7 indica como o leitor deve ser guiado dentro de uma estrutura global do texto científico, mostrando o movimento do geral para o específico, realizado a partir da introdução, e do específico para o geral, realizado na conclusão. Nos textos de divulgação científica, essa estrutura também pode ser observada de certa forma. Afinal, o profissional responsável pela recodificação do texto científico, embora transforme o discurso num discurso de divulgação, direciona a estrutura desse texto para a estrutura global pertinente à estrutura do texto científico, como será visto posteriormente.

Para melhor entender o movimento geral-específico e o motivo pelo qual ele guia o leitor, segue aquilo que compõe cada uma das seções da estrutura do trabalho acadêmico-científico. Algumas características são determinadas por razões culturais ou mesmo pela disciplina envolvida, mas, em suma, os trabalhos científicos compartilham uma mesma estrutura.

Na revisão bibliográfica de Feltrim e colaboradores (2000), o *Resumo*, que aparece de forma destacada na Figura 7, é a parte que contém informações de todo o texto, o que possibilita aos leitores um breve apanhado sobre o tema, a fim de que possam optar pela continuidade da leitura ou não. Para isso, a elaboração do resumo deve dar a idéia do trabalho, de forma interessante e informativa. E é por essa característica de abrangência que a escrita do resumo deve ser realizada ao final do trabalho, quando então é possível ter a visão do texto como um todo, embora o resumo seja a primeira parte do texto.

Após o *Resumo*, segue a *Introdução*, responsável por apresentar o assunto do trabalho com clareza, inscrito num quadro de referência teórica atualizada, deixando claro a que se

propõe a pesquisa em questão e em que quadro se situa a investigação. Feltrim e colaboradores (2000) apresentam as perguntas que precisam estar respondidas na introdução: qual a área e o tópico do trabalho? O que já foi feito de importante nessa área? Qual a lacuna existente na área? Quais os objetivos do seu trabalho? Qual foi a metodologia usada? Quais os principais resultados alcançados? Por que este trabalho deve ser feito? Como seu trabalho está organizado?

Os autores orientam que a *Introdução* precisa fazer o movimento do geral para o específico; assim o leitor é conduzido, primeiramente, ao contexto no qual a pesquisa está inserida, para, a partir disso, passar a uma subárea e então chegar ao ponto específico.

Quanto à revisão bibliográfica, também presente na *Introdução*, cabe o argumento de autoridade, familiarizando o leitor com outras pesquisas e com autores que devem ser devidamente referenciados no corpo do texto e ao final, aquele que, naquele momento, serve de suporte para o estudo.

Após contextualizar o leitor e apresentar-lhe a revisão bibliográfica, é hora de a *Introdução* conduzir a atenção do leitor ao ponto específico da pesquisa: a descrição da *Metodologia*, que deve ser breve, pois o “passo por passo” da metodologia utilizada é apresentado em seção própria no trabalho. Os principais resultados obtidos na pesquisa estão dispostos ao final da *Introdução*; porém, “um trabalho científico não deve fazer suspense”, conforme orientam Feltrim e colaboradores (2000, p. 6); portanto, esses resultados devem ser apresentados de forma clara e objetiva. Além disso, com o objetivo de conduzir o leitor, a *Introdução* ainda apresenta, por meio de um roteiro, aquilo que será encontrado ao longo do trabalho.

Dando seqüência à estrutura que o contrato acadêmico-científico estabelece para textos científicos, tem-se o *Desenvolvimento*. Nele são descritos os materiais, os métodos e os resultados do trabalho, esses últimos também podendo estar na conclusão. O leitor precisa compreender como o método utilizado influenciou os resultados, portanto é importante que cada passo esteja bem explicado. Os materiais também precisam estar bem especificados, por traduzirem o material utilizado na pesquisa. Essa parte do *Desenvolvimento* apresenta detalhes que asseguram que a repetição da pesquisa poderá chegar a dados similares.

Para tratar de *Resultados*, os autores orientam que essa seção deve apresentar uma exposição factual sobre o que foi observado, além de mostrar que foi desenvolvida apoiada em estatísticas. Isso pode ser feito por meio de tabelas e gráficos, todos elaborados no decorrer da análise de dados e apresentados como suporte ao entendimento dos resultados obtidos.

Na seqüência, tem-se a *Conclusão*, que, por constituir a última parte do texto, finaliza o assunto, devendo, portanto, fazê-lo de forma objetiva, conduzindo às principais conclusões ou discussões. Apesar de não dever trazer fatos novos ao trabalho, a conclusão pode fazer, se necessário, referência adicional aos problemas apresentados na *Introdução*. Feltrim e colaboradores (2000) alertam que essa seção deve proporcionar um resumo sintético, sem deixar de ser completo, relacionando as partes da argumentação, unindo as idéias desenvolvidas e servindo ainda como um despertar para possíveis futuras pesquisas na área. Estruturalmente, a conclusão apresenta uma visão do texto como um todo, examinando-o num contexto maior do que seu campo de estudo, muito semelhantemente ao que acontece na introdução, salvo que, na conclusão, a discussão parte do específico para o geral. Além disso, essa discussão presente na conclusão deve servir para abrir novos horizontes em pesquisas futuras.

Os artigos acadêmicos acabam por manter uma estrutura fixa, que lhes confere rigor e traduz a busca por um desejado índice de impessoalidade.

O cientista, ao produzir o texto científico, procura ser porta-voz da verdade, buscando atribuir inquestionabilidade a sua verdade, o que lhe é legitimado por seus pares. Ao tentar ser porta-voz da verdade, o cientista procura apagar o traço subjetivo em sua pesquisa, concedendo ao homem apenas o papel de mero observador diante da realidade, o que, na verdade, é impossível, segundo Guimarães (2001, p. 65). Para a autora, a subjetividade é o que caracteriza essencialmente o processo da modalização. O termo *modalização* diz respeito aqui aos elementos lingüísticos utilizados como fator argumentativo – constituindo, conseqüentemente, traços de subjetividade – presentes nos textos científicos. Conforme Guimarães (2001), o discurso científico necessita das funções argumentativas, uma vez que, além de apresentar uma tomada de posição, busca a aceitabilidade na comunidade científica, comunidade esta responsável por manter rigorosos métodos e padrões científicos. Para Charaudeau (2006, p. 171), na divulgação científica midiática, a modalização é o meio pelo qual o locutor relator, no caso, o jornalista, expressa sua atitude de crença para com o locutor de origem, no caso, o cientista. O autor afirma que “essa atitude se reflete na escolha dos verbos que descrevem o modo de declaração ou nas diversas marcas de distanciamento, e depende do que se pode chamar de posicionamento do locutor relator”.

Visto que no artigo científico estão presentes a modalização e o caráter argumentativo, entende-se que o público para o qual a publicação científica é direcionada não é um público passivo, e que o texto científico se constrói numa situação de interação, levando em conta as condições do seu receptor. Afinal, é esse receptor que precisa ser convencido da validade do

texto, um texto com um fazer persuasivo, conforme Coracini (2007). Apesar da tentativa dos cientistas de imprimir objetividade e racionalidade no discurso científico, é questionável o alcance dessas características, já que o enunciador, por meio da argumentação, se propõe como sujeito, e os modalizadores utilizados em maior ou menor grau são a prova disso. Até mesmo as escolhas às quais o enunciador tem direito, no momento de realizar um resumo, garantem o caráter subjetivo ao texto científico, conforme postula Coracini (2007, p. 73).

Esta dissertação tem como *corpus* artigos de divulgação científica midiáticos, que se dão na intersecção de dois contratos, conforme anunciado anteriormente: o acadêmico-científico e o midiático. A seguir, será apresentado o contrato midiático.

2.3.2 O contrato midiático

O texto de divulgação científica publicado na mídia busca divulgar a ciência, concedendo ao leitor leigo o contato com o universo restrito da ciência, por meio de uma linguagem que lhe seja familiar, sem deixar de manter aspectos característicos do discurso científico.

Antes de adentrar no discurso da divulgação científica e entendê-lo como uma forma de aproximar o cidadão da ciência e da tecnologia, é preciso observar o funcionamento da *máquina midiática*, por meio das características de seu contrato.

Toda situação de comunicação constitui um quadro de referências no qual se situam seus participantes. Esse quadro de referências é responsável pela “regulação das práticas sociais, instauradas pelos indivíduos que tentam viver em comunidade e pelos discursos de representação, produzidos para justificar essas mesmas práticas a fim de valorizá-las”, conforme orienta Patrick Charaudeau (2006, p. 67). A instância⁹ midiática apresenta um interlocutor nem sempre presente – o leitor. Por isso, no que se refere especificamente à mídia, é preciso que o interlocutor suponha que aquele que se dirige a ele tenha consciência de algumas restrições, ainda que as ignore, como por exemplo, o espaço, o tempo, as relações, as palavras. É o que o lingüista chama de quadro de co-intencionalidade, pois, segundo ele, “a troca linguageira se realiza num quadro de co-intencionalidade, cuja garantia são as restrições da situação de comunicação” (CHARAUDEAU, 2006, p. 68).

⁹ Entende-se por instância midiática a *instância global de produção que integra os diferentes atores que contribuem para determinar a instância de enunciação discursiva* (CHARAUDEAU, 2000).

Não é possível falar em comunicação midiática sem falar nas partes diretamente envolvidas nesse processo: aquele que produz e aquele que recebe a informação. São, segundo Charaudeau (2008), duas instâncias em plena relação.

A instância de produção tem o duplo papel de fornecer informação e de provocar no receptor o desejo de consumir a informação. Essa instância compreende, na verdade, um organismo de informação, composto por vários tipos de atores, que são responsáveis pela direção, pela programação, pela redação, todos representando uma ideologia, tratada conforme sua linha editorial. Essa engrenagem permite que a enunciação produza um discurso aparentemente homogêneo, conforme Charaudeau (2008).

Na comunicação midiática, o jornalista é a figura mais importante; tem a função de transmitir a informação, que, na verdade, já pré-existe antes de ser informada. Nessa perspectiva, pode-se dizer que o jornalista tem duplo papel: o de pesquisador-fornecedor e o de descritor-comentador. Quando o papel em evidência é o de pesquisador-fornecedor, o jornalista encontra um grande problema, que são as fontes, pois é grande o número de acontecimentos que podem vir a se tornar informação, e a escolha por uns ou por outros vem da necessidade de o organismo de informação manter a sua imagem. Daí alguns critérios para a seleção desses acontecimentos, conforme Charaudeau (2006). Enquanto alguns profissionais testemunham o fato, outros tratam de investigá-lo, pois a divulgação sem verificação pode acarretar perdas para a imagem de uma empresa midiática, uma vez que ela fica suscetível à falsidade. Quando o papel em evidência do jornalista é o de descritor-comentador, segundo o lingüista, não deixa também de ser um problema, pois o discurso de informação não corresponde às condições de captação do organismo midiático.

A instância de recepção da mídia será tratada a seguir. Porém, já se comentou neste trabalho a influência que essa instância tem naquilo que é dito, comentado, divulgado. É por isso que, ao passar pela mídia, a palavra é vulgarizada, destituída de sua especificidade, assim como acontece especialmente com a divulgação científica.

A instância de recepção – o TUi – mantém sua identidade como uma incógnita para a instância de produção – EUc. Afinal, não é possível à instância de produção o acesso imediato às reações de leitores, ouvintes, telespectadores, enfim, receptores de diferentes suportes de transmissão, pois, nessa relação de troca – produção/recepção –, não há presença física. Isso dificulta conhecer diretamente o ponto de vista do receptor, o que serviria como um reforço positivo ou para retificar o que foi informado. Assim, não há como saber o que realmente motiva o público. Apesar de algumas pesquisas tentarem conhecer o perfil de alguns

receptores, os resultados não deixam de ser apenas hipóteses sobre um público heterogêneo e instável.

Conforme Charaudeau (2006), mesmo nessa imprevisibilidade, a instância midiática aposta em algumas previsões a respeito da reação de seus possíveis receptores ao receberem uma informação. A instância de recepção, segundo o autor, contém um conjunto de valores éticos-sociais e afetivos-sociais que não se pode precisar, mas que, ainda assim, precisam ser levados em conta:

O alvo intelectual é considerado capaz de avaliar seu interesse com relação àquilo que lhe é proposto, à credibilidade que confere ao organismo que informa, a sua própria aptidão para compreender a notícia, isto é, ter acesso a ela. Um alvo intelectual é um alvo ao qual se atribui a capacidade de pensar (CHARAUDEAU, 2006, p. 80).

O receptor público, conforme postula Charaudeau (2006), é a instância exterior à zona de influência onde se encontra a instância-alvo; mas, apesar desse distanciamento, são dois lados da mesma instância de recepção, representando o consumo de um produto comercial: a mídia. Para o estudo dos efeitos da instância midiática sobre a instância de recepção, recorre-se às *visadas*¹⁰ de influência a que a instância midiática se propõe. Para o lingüista, a compreensão, mecanismo cognitivo que depende da capacidade do sujeito de interpretar, e a motivação, que representa os desejos e as necessidades psicológicas instáveis, são mecanismos que precisam andar lado a lado, mesmo que essa interação dificulte ainda mais o domínio daquilo que acontece na instância de recepção.

Charaudeau (2006) alerta que

Nenhuma informação pode pretender, por definição, à transparência, à neutralidade ou à factualidade. Sendo um ato de transação, depende do tipo de alvo que o informador escolhe e da coincidência ou não coincidência deste com o tipo de receptor que interpretará a informação dada. A interpretação se processará segundo os parâmetros que são próprios ao receptor, e que não foram necessariamente postulados pelo sujeito informador. Toda informação depende do tratamento que lhe é imposto neste quadro de transação (CHARAUDEAU, 2006, P. 42).

O contrato de comunicação midiático, de acordo com Charaudeau (2006), se instala entre duas visadas: a do *fazer-saber*, que tenta cumprir com a tarefa de informar o cidadão, e a do *fazer-sentir*, que busca captar as massas para sobreviver à concorrência. O predomínio fica por conta da visada do fazer-saber, ao contrário do que ocorre no contrato de comunicação publicitário, em que a visada do fazer-sentir é que domina.

¹⁰ Visadas são atitudes enunciativas que determinam a expectativa da troca languageira.

A instância midiática realiza a visada do fazer-saber por meio de dois tipos de atividade linguageira. A primeira, a descrição-narração, reporta os fatos do mundo, incidindo sobre essa ação a relação de verdade¹¹. Para Charaudeau (2000), o verdadeiro se dá quando fornece a prova das explicações, e o falso, quando fornece explicações sem prova, “um confronto permanente para o problema da credibilidade, pois a mídia baseia sua legitimidade no ‘fazer crer que o que é dito é verdadeiro’” (CHARAUDEAU, 2000, p. 90). A segunda atividade linguageira do fazer-saber é a explicação, que esclarece o destinatário da informação sobre as causas e as conseqüências do surgimento dos fatos. As mídias estão engajadas num jogo de verdade que tenta corresponder aos imaginários sociais que as questionam. Assim, buscam: a) dizer o exato: dando a impressão de controlar o mundo no exato instante em que surge; b) dizer o que aconteceu: construindo a memória dos homens, permitindo-lhes apropriar-se do passado; c) revelar a intenção oculta: buscando triunfar sobre a mentira e os segredos; d) fornecer a prova das explicações: fazendo manifestar o triunfo da razão, o poder da inteligência, a dominação do pensamento. As mídias buscam fazer tudo isso sem deixar de crer que tanto os fatos como seus comentários são importantes e que não existe um sem o outro.

Quanto à visada de *captação*, a do fazer-sentir, a instância midiática a orienta para o parceiro da troca, um parceiro instituído como destinatário, alguém capaz de realizar suas próprias interpretações e que careça de persuasão. Essa instância precisa mostrar-se credível, ora para sustentar-se entre a concorrência, ora em nome da posição social que ocupa diante do público, e isso não pode ser feito por meios racionalizantes.

A visada de captação, segundo Charaudeau (2000), acaba por influenciar o discurso da informação, com sutil encenação, observando os apelos emocionais da instância de recepção; isto é, o público influencia as estratégias de produção. Assim, conforme dito anteriormente, o contrato de comunicação midiático realiza-se na tensão entre as finalidades de fazer-saber e fazer-sentir, num compromisso com a credibilidade e a captação, fazendo, para isso, escolhas estratégicas para a **encenação** da informação.

Como já se viu, a construção de sentido de um discurso é o resultado de um duplo processo: *transformação e transação*¹². Para Charaudeau (2005), a construção de sentido se dá por meio de um duplo processo de semiotização¹³, por uma relação de forma e sentido, sob

¹¹ Verdade do ponto de vista lingüístico, sem abordagem filosófica, conforme Charaudeau (2006).

¹² Ver Figura 2, *O duplo processo de semiotização do mundo – relação de interdependência*.

¹³ A semiotização se dá na construção de sentido que se realiza por meio da intervenção de um sujeito, sendo o sentido relacionado aos fatos de linguagem e aos fenômenos psicológicos e sociais (CHARAUDEAU, 2005).

a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação, destacando a palavra, a frase e o texto como a matéria principal da forma em questão.

O *processo de transformação* se dá na transformação do mundo a significar em mundo significado, o que acontece quando o sujeito apropria-se dos seres do mundo, nomeando-os, qualificando-os, narrando, argumentando e modalizando. No ato de informar, o mesmo ocorre, pois a mídia se ocupa em descrever, contar e explicar os fatos.

Já o *processo de transação* consiste em fazer desse mundo significado um objeto de troca com um outro sujeito que desempenha o papel de destinatário. Esse processo se realiza de acordo com o objetivo dado ao ato de linguagem, com as hipóteses sobre a identidade do outro, com o efeito pretendido sobre o outro, com a relação que se pretende estabelecer com o outro e com a regulação que proporciona a verificação da influência e da contra-influência. Charaudeau (2006), quanto ao duplo processo de construção de sentido, observa que o processo de transação comanda o processo de transformação, uma vez que, quando o homem fala, não quer em primeiro lugar descrever o mundo, mas, sobretudo, relacionar-se com o outro.

O esquema da construção de sentido apresentado anteriormente merece uma reorganização, agora, com vistas a se tornar mais completo diante da comunicação midiática. Observe-se:

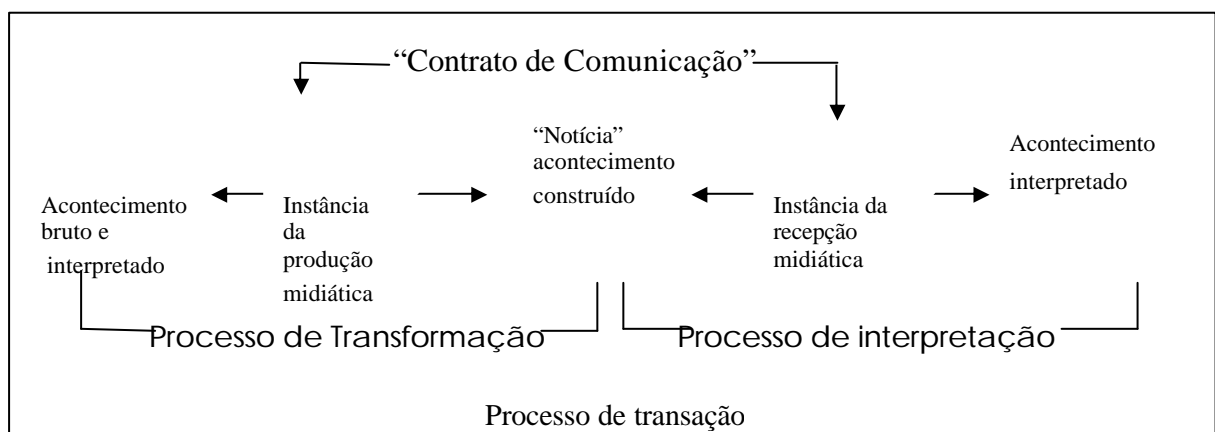


Figura 8: Contrato de comunicação midiática. Fonte: Charaudeau (2006, p.114)

Desta vez, o “mundo a descrever” é o lugar onde se encontra o que o autor chama de “acontecimento bruto”. O processo de transformação, para a instância midiática, é a passagem do acontecimento no seu estado bruto para o mundo midiático construído, ou seja, a “notícia”, um processo que depende do processo de transação. Na instância midiática, esse processo de transação consiste em construir a notícia levando em conta as condições da instância

receptora, ainda que ela vá interpretar essa notícia à sua maneira. Esse duplo processo, então, se inscreve num contrato que acaba por determinar as condições de encenação da informação, gerando um espaço público¹⁴ de informação, em cujo próprio quadro se constrói a opinião pública.

A instância midiática, no que diz respeito à comunicação, apresenta três grandes suportes de mídia: o rádio, a televisão e a imprensa escrita. Há para cada tipo de suporte diferentes materialidades com incidência sobre as representações do tempo, do espaço e das condições de recepção, conforme Charaudeau (2006, p. 106). O que interessa para a continuidade deste trabalho é o suporte de mídia escrita. Esse suporte se caracteriza por uma relação distanciada entre aquele que escreve e aquele que lê. Na verdade, a ausência física entre produtor e receptor impossibilita que o tempo de escritura e o tempo de leitura coincidam. Há um tempo para a fabricação do texto, depois um tempo para a distribuição do material e, ainda, um tempo para a leitura; todos esses passos tornam o fato em si, por vezes, defasado. A leitura é muito mais analítica quando se trata de um texto escrito, pois o leitor põe em funcionamento um movimento ocular discriminatório e organizador.

Como o discurso da ciência, o discurso midiático, sobretudo o da notícia, apresenta também elementos de subjetividade, que o jornalista tenta reduzir buscando um discurso impessoal, e o faz tentando concentrar a notícia apenas no fato.

Na ciência, as teorias se sustentam enquanto não se comprova sua falsidade. Já no jornalismo, os repórteres apuram e valorizam o fato, precisando muitas vezes assumir versões impostas pela ideologia da instância midiática; não trabalham de modo a se basearem na intuição ou na capacidade indutiva para obter afirmações conclusivas. Além disso, por destinar-se a um público diversificado e disperso, que pode ignorar ou omitir o fato (bastando não acessá-lo), o jornalismo se obriga a ser atraente, facilmente compreensível, atendendo às aspirações e aos anseios do possível público receptor. A esse processo Charaudeau (2006) chama visada de captação, em que o produtor fabrica um objeto de consumo, procurando seduzir para incitar as pessoas a consumirem. Essa visada, juntamente com a visada de fazer-saber, constitui a finalidade do contrato de comunicação midiático; contudo, enquanto esta última é a visada que domina no contrato de informação, a primeira domina no contrato publicitário, dada sua característica sedutora, segundo o lingüista.

¹⁴ Espaço público aqui entendido como um espaço de representação, de compartilhamento e de discussão da cidadania.

A linguagem jornalística apresenta algumas características próprias quanto ao uso de itens lexicais: escolha de palavras admissíveis no registro da linguagem coloquial, mas que também pertencem ao conjunto dos itens aceitos na linguagem formal; eliminação de expressões que possam manifestar algum tipo de preconceito; criação de neologismos a partir de atualizações acerca da política, da economia, do esporte, enfim, atualidades; opção pelo não uso de modismos, o que poderia criar uma situação constrangedora; opção pelo não uso de palavras estrangeiras, a menos que necessário, e também pelo não uso de gírias locais ou jargões muito técnicos; uso de gráficos, infográficos, ilustrações, sempre que necessários ao bom entendimento; opção pelo uso da gramática tradicional; etc.

Cabe ressaltar que o tratamento dispensado à linguagem no texto midiático dependerá essencialmente do alvo, do público ao qual o texto se dirige. De acordo com a teoria semiolinguística, esse tratamento dispensado permite a acessibilidade da informação ao leitor, um fator a ser observado pela instância de produção. Esse fator baseia-se na hipótese de que o grau de compreensão estará sempre ligado à simplicidade e à clareza com que o discurso é construído. Além disso, Charaudeau (2006) defende que a acessibilidade depende do imaginário lingüístico concebido pela instância da enunciação, um imaginário que o enunciador atribui ao receptor. É o que acontece, por exemplo, com o jornal *Zero-Hora*, que faz uso de um registro formal característico da modalidade escrita, diferentemente do jornal *Diário Gaúcho*, que tende para um uso mais coloquial da língua, com a presença de alguns elementos que provêm da oralidade, o que é característico da variante popular. Essa variação da linguagem dos jornais em relação ao público imaginado pela instância da enunciação é mais uma prova da subjetividade presente nos textos midiáticos, num movimento que ora aproxima ora afasta o leitor daquilo que está escrito.

A imprensa escrita mostra a existência de um acontecimento na medida em que o nomeia; é assim que surge a notícia. O termo notícia, em alguns casos, designa o que é novo. Charaudeau (2006) alerta para o fato de que algumas notícias se prolongam por algum tempo, como, por exemplo, os casos de corrupção na política. Assim, o lingüista conclui que limitar a notícia apenas àquilo que é novo seria confundir o acontecimento com o surgimento do acontecimento. O autor propõe “chamar notícia a um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma fonte e podendo ser diversamente tratado” (CHARAUDEAU, 2006, p. 132).

De acordo com Lage (2005, p. 73), o texto básico do jornalismo é a notícia. Para esse autor, a notícia expõe um fato novo ou desconhecido de um mesmo evento, bem como suas circunstâncias. Ao estruturar a notícia, o jornalista parte daquilo que é mais relevante na

informação, e o faz a partir do *lead*, a parte da notícia responsável por situar o leitor no tempo e no espaço do acontecimento. Lage (2005) denomina *lead* o primeiro parágrafo do texto noticioso, uma espécie de parágrafo tópico, que pode tanto ordenar os elementos da proposição, levando em conta a notação mais importante, como reunir muitas informações de modo a resumi-las. O *lead* também pode ser curto, como o recurso da retórica. No Brasil, ressalta o autor, a notícia ainda pode apresentar uma espécie de *sublead*, um parágrafo que traz informações secundárias.

Ao dar seqüência ao tratamento dispensado à notícia, abordam-se os elementos de sua estrutura. Essa abordagem tem sua importância na medida em que, ao ler o texto DC, o leitor precisa reconhecer as escolhas lingüístico-discursivas que faz o autor, considerando também a organização composicional do texto.

No que concerne à apresentação da notícia, há algumas possibilidades, observadas por Erbolato (2002). Entretanto, uma em particular interessa para este estudo; trata-se da técnica da pirâmide invertida, como se observa na Figura 9:

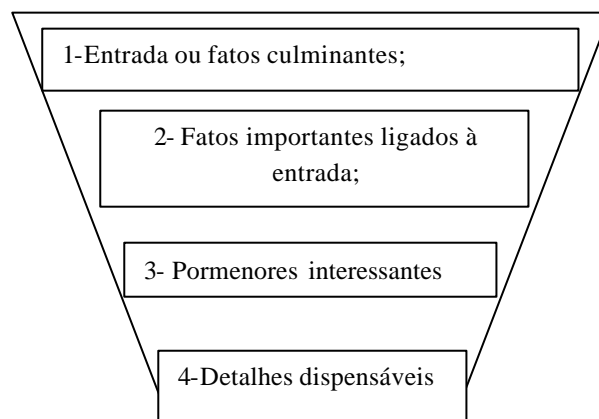


Figura 9: Pirâmide invertida.

Fonte: Erbolato (2002, p. 66).

A técnica da pirâmide invertida surgiu da necessidade de haver uma exposição dos principais fatos da notícia logo no primeiro parágrafo. Há algumas décadas, segundo Erbolato (2002), apenas algumas frases estereotipadas que buscavam atingir os sentimentos do leitor é que apresentavam as notícias ao público. Com os principais fatos apresentados logo no primeiro parágrafo, a pirâmide invertida, conforme se observa na Figura 9, parte do resumo da notícia, denominado *lead*, como já dito anteriormente.

A notícia apresenta elementos específicos do gênero. Esses elementos são unidades básicas, representadas conforme o esquema presente na Figura 1

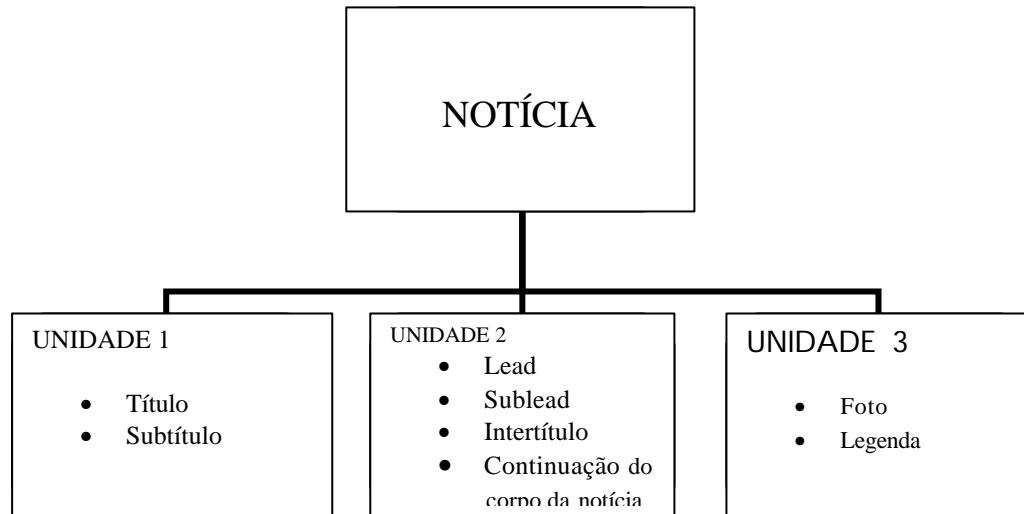


Figura 10: Unidades básicas da notícia.
Fonte: Silva (2001, p. 620).

A organização dos elementos da Figura 10 como representação da estrutura do gênero notícia é sugerida por Silva (2001, p. 620). Segundo o autor, há a identificação de três unidades básicas que se desdobram em subunidades. A primeira unidade é aquela na qual aparece o fato, a informação principal. Para dar conta desse anúncio, a unidade se divide em duas subunidades: o título, que traz a informação principal, e o subtítulo, de uso opcional, que serve para completar a informação anterior.

A unidade seguinte é o próprio corpo da notícia, que discorre sobre o fato. Divide-se em quatro subunidades: a subunidade 1 é obrigatória e corresponde ao *lead*; a subunidade 2 é o *sublead*, elemento opcional em que são acrescentados alguns outros dados relevantes; a subunidade 3 é o intertítulo, um recurso gráfico, com uma ou duas palavras, que visa a tornar o texto de fácil compreensão, além de dividir o tema da notícia; por fim, a última subunidade é a continuação da notícia, nos seus possíveis desdobramentos. É oportuno lembrar que, a esta segunda unidade básica da notícia, é possível comparar a pirâmide invertida de Erbolato (2002), conforme se observa na Figura 9.

A última unidade básica diz respeito à ilustração. Essa unidade nem sempre está presente na notícia; porém, suas subunidades, a saber, a foto e a legenda, auxiliam na compreensão, relacionando-se ao texto sem, contudo, parecerem redundantes.

Apresentadas as características do contrato midiático e do contrato acadêmico-científico, busca-se caracterizar a produção e o funcionamento do artigo de divulgação científica midiático.

2.3.3 O artigo DC na intersecção dos contratos acadêmicos-científico e midiático

A seção anterior apresentou as condições nas quais se dão os contratos que formam o discurso da divulgação científica: o contrato acadêmico-científico e o contrato midiático.

Os saberes de que um leitor precisa dispor para realizar a leitura com competência, como bem sustenta Charaudeau, estão tanto nos saberes partilhados sobre o mundo quanto no tratamento dispensado à informação. Isso também é confirmado por Adam (1990), que postula que saber ler é saber desenvolver estratégias e competências diversificadas e adaptadas.

Assim, é possível dizer que a competência para a leitura de textos DC está intimamente ligada à competência para a leitura de textos tanto do contrato midiático quanto do acadêmico-científico. Muitos leitores que lêem sempre textos de determinados gêneros, no que diz respeito à sua estrutura, só conseguem,

[...] para procurar compreender um texto, mobilizar um tipo único de situação de leitura. Em outras palavras, trata-se de leitores que terão, qualquer que seja o texto proposto ou qualquer que seja a situação de leitura na qual eles se encontrem inseridos, um só e único comportamento de leitura. Essa monovalência constitui uma desvantagem grave, pois ela acaba por excluí-los de um certo número de universos funcionais de leitura (BENTONLILA apud ADAM, 1990, p.11).

Ainda sobre a importância de oferecer uma variedade de gêneros textuais ao leitor, Solé (1998) ressalta que

A variedade não afeta apenas os leitores, seus objetivos, conhecimentos e experiências prévias. Os textos que lemos também são diferentes e oferecem diferentes possibilidades e limitações para a transmissão da informação escrita. Não encontramos a mesma coisa em um conto que em um livro de texto, em um relatório de pesquisa que em um romance policial, em uma enciclopédia que em um jornal (SOLÉ, 1998, p. 22).

O texto DC se dá no interdiscurso dos contratos midiático e acadêmico-científico. Há semelhanças entre os textos desses contratos. Ambos buscam objetividade e impessoalidade, o que nem sempre é possível, pois o ajuste realizado por quem escreve, seja o texto científico seja o midiático, busca levar em consideração as condições de um leitor específico. Além disso, tanto o texto do contrato midiático quanto o texto do contrato acadêmico-científico apresentam em suas estruturas elementos que, em muitos aspectos, se assemelham. Por exemplo, no texto acadêmico-científico, há o resumo, primeira parte do trabalho, que tem o compromisso de situar o leitor em relação à pesquisa, fornecendo as suas principais etapas. O resumo não difere muito do *lead*, que, na estrutura do texto midiático, também fornece ao

leitor as informações básicas da notícia. Porém, no contrato midiático, além da função resumitiva, o *lead* tem também a função de mostrar a notícia como credível, permeada de um apelo emotivo, por meio da visada de captação. Afinal, na busca pelo maior número de cidadãos consumidores de informação, a instância midiática procura mobilizar a afetividade de seu público, desencadeando assim interesse e paixão pela informação transmitida, conforme postula Charaudeau (2006, p. 92).

Ao escrever para seus pares, o cientista busca reconhecimento e validade para sua pesquisa. É exatamente isso que determina os critérios utilizados e os cuidados em seguir uma estrutura específica. O jornalista, no entanto, precisa agradar um público diverso e inconstante, e, para isso, preocupa-se em adotar critérios que tanto tornem o fato atraente quanto garantam credibilidade.

É nesta fusão – do contrato acadêmico-científico e do contrato midiático – que é produzida a divulgação científica midiática. Como manter, no mesmo texto, a informação precisa da ciência e sua estrutura aliadas à estrutura midiática, com seus apelos, aproximando o cidadão comum da ciência?

É importante ressaltar que, na produção de textos DC midiáticos, não se trata de traduzir um texto científico substituindo um léxico de especialidade por palavras mais simples, populares. Cabe ao divulgador transpor a língua especializada para uma língua não especializada para tornar o conteúdo acessível, numa tarefa de recodificação. Essa recodificação pode levar a uma comparação entre o discurso da divulgação científica e o discurso didático, já que muitas vezes a divulgação científica parece apresentar, como no discurso didático, um trabalho com a linguagem de modo a torná-la acessível ao destinatário. A diferença se concentra apenas nas condições de produção.

Para Zamboni (2001, p. 50), a divulgação científica se traduz na prática comunicativa na qual os agentes dissolvem os problemas da incompreensão entre cientistas e leigos. A autora se baseia num quadro de enunciação apresentado por Authier-Revuz em 1998, no qual aparece a dupla estrutura de enunciação da divulgação científica: a enunciação do discurso científico – com presença de discurso indireto, abundância e rigor quanto ao nome de enunciadores, ao seu estatuto e ao tempo de especialista, e abuso de nomes de prestígio, assegurando o argumento de autoridade – e a enunciação do discurso vulgarizador – associando jornalista e leitor.

Há uma dupla estrutura enunciativa sempre que uma reformulação é feita com um discurso relatado, ou melhor, quando alguém diz o que outro disse. Mas não é de se esperar que esse quadro da dupla enunciação seja característico apenas da divulgação científica; ele

está presente em diferentes gêneros do discurso. O próprio discurso científico se constitui de dizer o que o outro disse, buscando argumento de autoridade teórica. O nosso discurso cotidiano também traz, a todo instante, o discurso do outro. Zamboni (2001) afirma que mesmo o discurso direto presente nos textos de divulgação científica não pertence à formação discursiva da ciência, pois uma entrevista ou um depoimento dado pelo cientista (o que não deixa de ser também divulgação) já se trata de um discurso com falas vulgarizadas. Além disso, a autora lembra que o discurso da divulgação científica não é o mesmo da ciência, pois, ao contrário desta, que mantém sua preocupação primeira com a disseminação intrapares, a divulgação se constitui de um discurso que busca se adequar ao que Lage (2004) apresenta como *instância de recepção*.

Os textos DC podem ser direcionados tanto para o público adulto quanto para o juvenil. No que diz respeito ao vocabulário, os textos direcionados aos adultos comportam um léxico mais especializado, próximo ao do discurso científico, em linguagem denotativa. Já nos textos direcionados ao público juvenil, o vocabulário contempla termos mais cotidianos da criança e do jovem, que sejam de linguagem familiar; trata-se de textos fartamente explicados, assemelhando-se muito aos textos didáticos, com uma linguagem conotativa repleta de comparações e analogias.

Algumas estratégias observadas nos textos DC se devem a características próprias da instância midiática. Charaudeau (2001, p. 9) teoriza sobre as considerações realizadas por muitos autores acerca da instância midiática, no que diz respeito às condições de produção e de recepção. Alterando-se o destinatário, também se alteram todas as configurações daquilo que o lingüista postula na sua teoria como sendo o cenário, inclusive altera-se o canal de comunicação, a modalidade de linguagem empregada, as fontes de informação, o tratamento do assunto e até mesmo o formato do texto produto. Essas condições de produção e recepção são uma das preocupações da instância midiática, pois restrições editoriais também constituem, entre outros, grandes problemas aos divulgadores. Aliás, as questões relacionadas à rentabilidade que periódicos, jornais e revistas precisam dar aos organismos nos quais estão inseridos fazem com que alguns divulgadores lancem mão de estratégias e recursos textuais que, talvez, nunca um cientista tenha pensado em utilizar.

Zamboni (2001) afirma que a divulgação científica constitui um gênero discursivo específico, sujeito a condições de produção e recepção bastante diversas das do discurso científico, uma vez que a reformulação pela qual passa é realizada em função de um público específico. Cabe ressaltar que o discurso encontra-se em uma relação de dependência com o público ao qual é endereçado; o destinatário está presente no discurso que lhe é destinado,

além de interferir no processo de produção e constituição do discurso. Portanto, se o discurso de divulgação científica é produzido em função de um público específico, diferente do público do discurso científico, então ele constituirá um discurso próprio.

A autora afirma ainda que, diante do compromisso de tornar o discurso científico adequado ao leitor leigo, cabe ao divulgador agregar ao texto um caráter metalingüístico; isto é, o texto precisa se auto-explicar, utilizando uma linguagem mais coloquial, familiar ao público ao qual se destina. Isso é possível com a inserção de explicações, exemplificações, comparações, metáforas, nomeações, além da própria escolha lexical e da utilização de recursos visuais, como infográficos. A importância em contar com esses recursos está, principalmente, no fato de que esse público-alvo varia desde o público infantil até o adulto em nível universitário.

A notícia do jornal O Estado de S. Paulo mencionada na introdução do presente trabalho, sobre os resultados da pesquisa realizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, apresenta a opinião de Jorge Werthein, que atribui à deficiência do ensino de ciências o desinteresse que grande parte dos cidadãos tem pela ciência. Faz-se necessária uma abordagem que apresente os fatos e os métodos da ciência de forma a serem entendidos com prazer e interesse, o que gera uma demanda permanente de conhecimento.

A partir das características dos contratos que compõem o discurso dos textos DC e buscando aplicar o modelo de competência de linguagem apresentado por Patrick Charaudeau, este trabalho apresenta a seguir a metodologia, seguida das análises dos textos do *corpus*.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho se propõe a investigar as estratégias que estão em jogo ao se produzir ou ler um texto DC. Por se tratar de um texto cujo discurso se dá na intersecção do contrato midiático e do contrato acadêmico-científico, o texto DC se configura num novo discurso, com características e finalidades próprias, em que a mudança dos interlocutores, do veículo de transmissão e do fim discursivo influenciam as estratégias de produção e leitura dos textos.

Para investigar as estratégias em jogo nesses textos, parte-se para a análise, seguindo-se a teoria semiolinguística. Os textos DC compreendem atos de linguagem por tomarem sentido numa situação de comunicação, e, por isso, esse sentido depende das condições nas quais se realiza o intercâmbio. Como já se disse, a escolha da teoria semiolinguística, de Patrick Charaudeau, para sustentar teoricamente este trabalho se dá especialmente pela noção de contrato, na medida em que o linguísta postula que é essa noção que define o ato de linguagem como dependente de um conjunto de condições de realização que determinam, em parte, tanto o processo de produção quanto o processo de interpretação.

Assim considerando, analisam-se quatro textos DC: *Família influencia fumo na adolescência*, *Um olho na rua e outro em casa*, *Adiando o casamento* e *É dos barbudos que elas gostam menos*, todos veiculados pela Ciência Hoje on-line. O site da revista é uma iniciativa pioneira de divulgação científica na internet, do Instituto Ciência Hoje (ICH), uma organização social de interesse público, vinculada à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Além de disponibilizar parte dos conteúdos das publicações do ICH, o site publica notícias da atualidade científica no Brasil e no mundo. Quanto ao leitor da Ciência Hoje on-line, trata-se do público que acessa o site, apresentando um interesse prévio pelos temas. A escolha dos textos foi realizada levando-se em consideração temas de interesse e relevância social.

Cada um dos textos DC foi analisado nos três níveis propostos por Charaudeau: situacional, discursivo e semiolinguístico, aos quais correspondem os três níveis de competência do sujeito. Trata-se do Modelo de Competência de Linguagem em seus três níveis. Essa divisão entre níveis justifica-se por uma necessidade puramente didática, já que há um movimento de vai-e-vem entre os níveis. Segundo postula Charaudeau (2001), o reconhecimento das condições sociais (nível situacional) influencia o manejo das estratégias do discurso (nível discursivo) e, por conseguinte, as escolhas linguísticas (nível semiolinguístico). Diante disso, cada texto DC é entendido na sua complexidade, pois a

construção de sentido se dá por meio de um sujeito que realiza suas escolhas discursivas e lingüísticas levando em conta a situação de intercâmbio.

Cada um dos textos foi segmentado segundo a estrutura que compõe o artigo acadêmico-científico, a saber, *resumo*, *introdução*, *métodos*, *resultados*, *discussão* e *conclusão*, dada a semelhança entre a organização textual desses textos e a organização dos textos acadêmico-científicos. Durante a análise nos níveis de competência de linguagem, cada texto foi, também, analisado quanto às características de ambos os contratos que lhe servem de origem: o acadêmico-científico e o midiático.

4 ANÁLISE DO *CORPUS*¹⁵

4.1 ANÁLISE DO TEXTO 1

A seguir, inicia-se a análise do texto 1, *Um olho na rua e outro em casa*, veiculado pela Ciência Hoje on-line (<<http://cienciahoje.uol.com.br/3471>>) e acessado em março de 2006.

A análise se dá conforme o modelo de competência de linguagem, nos níveis situacional, discursivo e semiolinguístico. O texto na íntegra encontra-se em anexo. Para fins de análise, neste capítulo apresenta-se o texto segmentado, seguindo a estrutura do artigo acadêmico-científico.

Inicia-se esta análise pelo nível situacional, pois, conforme Charaudeau (2001), o sujeito organiza seu discurso e realiza suas escolhas discursivas levando em consideração a identidade dos protagonistas, a finalidade do ato de comunicação, o propósito ou tema e as circunstâncias materiais.

A primeira característica do nível situacional a ser abordada nesta análise é a finalidade do texto em questão. A exemplo dos textos DC do contrato midiático, o artigo em análise apresenta a finalidade discursiva de fazer-saber uma informação científica. Essa finalidade de fazer-saber pode ser observada no ato do produtor textual de divulgar resultados de uma pesquisa que pode redirecionar o tratamento dos dependentes químicos atendidos no Conselho Estadual Antidrogas do Rio de Janeiro.

Porém, como está inserido no contrato de comunicação midiático, este texto apresenta também, em menor grau, a finalidade do fazer-sentir. Essa finalidade se faz presente quando o enunciador faz escolhas estratégicas apropriadas à encenação da informação para o público leigo, o que é possível observar, por exemplo, no título (*Um olho na rua e outro em casa*) e no subtítulo (*Perfil do dependente químico indica envolvimento da família no uso de drogas*); esses elementos textuais captam o leitor pela curiosidade que parecem despertar.

No que diz respeito ao tema, o texto analisado trata de resultados de um estudo realizado por pesquisadores da UFRJ e da Fundação Osvaldo Cruz, que traça o perfil epidemiológico dos dependentes atendidos no Cead, de janeiro de 1999 a julho de 2004, e que revela que o problema do uso de drogas, ao contrário do que se imagina, pode estar junto à família.

¹⁵ Para fins de análise, optou-se por apresentar as retomadas do texto original em itálico.

Os parceiros deste ato de linguagem não estão presentes fisicamente. A situação, portanto, é monolocutiva, o que possibilitou à jornalista, Thaís Fernandes, organizar o texto de forma progressiva e constante. Afinal, em textos midiáticos como este, o princípio de regulação não se dá de forma imediata, o que exige do produtor uma antecipação da possível reação do leitor. Ou seja, não há interrupções durante a informação; é possível, no entanto, que elas aconteçam após, por meio de uma carta (carta do leitor), por exemplo. Os leitores são, enfim, parceiros distantes, múltiplos e inconstantes, o que caracteriza a instância de recepção do contrato midiático.

Os aspectos revelados pela análise do nível situacional deste texto sobredeterminam, em parte, as escolhas discursivas e lingüísticas realizadas pelo enunciador. Apresenta-se, a seguir, a análise do texto nos níveis discursivo e semiolingüístico. Cabe, no entanto, ressaltar que a divisão desses níveis para análise se dá por necessidade didática, apenas, já que um nível acaba por determinar o outro.

TÍTULO – Um olho na rua e outro em casa

RESUMO – Perfil do dependente químico indica envolvimento da família no consumo de drogas

INTRODUÇÃO –

(1) Quando o assunto é dependência química, a grande preocupação geralmente está nas ruas. Mas o perfil de usuários que procuraram atendimento no Conselho Estadual Antidrogas do Rio de Janeiro (Cead), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão que oferece tratamento gratuito completo ao dependente, revela que o problema pode estar mais perto do que se imagina: na maioria dos casos, existe uma história familiar de uso de drogas.

(2) O estudo, realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a pedido do Cead, mostra também que o álcool é a primeira droga a ser usada e a preferida dos dependentes, o que alerta para o perigo de seu consumo. A avaliação das características dos usuários, pioneira no estado do Rio de Janeiro, pode reorientar o tratamento e as estratégias de prevenção, garantindo sua maior eficácia.

O título, *Um olho na rua e outro em casa*, procura envolver o leitor, fazendo uma analogia com o ditado popular *Ao amigo que não é certo, um olho fechado e outro aberto*, que chama a atenção para algumas relações que podem despertar desconfiança. Tal analogia integra o procedimento lingüístico de qualificar, pertencente ao modo de organização descritivo, a ser observado na competência discursiva do enunciador.

Após o título, segundo o contrato midiático, o texto apresenta o subtítulo, *Perfil do dependente químico indica envolvimento da família no consumo de drogas*. Ambos, título e subtítulo, compreendem a primeira unidade básica da notícia (Silva, 2001), isto é, a apresentação do fato e a informação principal. No contrato acadêmico-científico, esse subtítulo corresponde ao *resumo*, parte do texto que mostra ao leitor uma prévia do estudo.

O segmento que inclui os parágrafos 1 e 2 corresponde tanto à introdução, no texto acadêmico-científico, quanto ao *lead*, no contrato midiático, pois busca situar o leitor no contexto no qual a pesquisa está inserida, ao revelar o principal resultado do estudo. Além disso, informa a instituição envolvida com a pesquisa. Os parágrafos apresentam informações que convidam o leitor a percorrer a notícia até o final.

Com a finalidade de contextualizar o estudo, o enunciador parte daquilo que é senso comum no que diz respeito ao uso de drogas. A presença do articulador *quando*, em *Quando o assunto é dependência química, a grande preocupação geralmente está nas ruas*, justifica-se por se tratar de uma proposição de caráter genérico, indicando uma generalização por parte do enunciador. Em seguida, o enunciador apresenta, então, a revelação que o estudo traz, a informação nova: *Mas o perfil de usuários que procuraram atendimento [...] revela que [...] na maioria dos casos, existe uma história familiar de uso de drogas*.

Nesse primeiro parágrafo do texto, observa-se o articulador *mas* relacionando dois conteúdos que se opõem: de um lado, o fato de a preocupação em relação à dependência química estar relacionada às ruas; de outro, o perfil dos usuários que procuraram atendimento revelando que a família pode influenciar no uso de drogas. A primeira asserção apresenta uma generalização quanto à preocupação com o uso de drogas e permite que, num primeiro momento, se chegue a uma conclusão, como: *portanto, em casa, na proximidade com a família, não há com o que se preocupar em relação ao uso de drogas*. Entretanto, esse raciocínio que decorre da primeira asserção é alterado com a introdução do articulador *mas*, que rompe com a conclusão esperada e apresenta um aspecto contrário: *[...] revela que o problema pode estar mais perto do que se imagina; na maioria dos casos há uma história familiar do uso de drogas*.

A análise no nível discursivo permite observar, ao longo do texto, a construção do papel enunciativo delocutivo, no qual “o locutor deixa que o propósito se imponha como tal, como se não fosse responsável por ele” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 309). Esse papel delocutivo é característico de ambos os contratos envolvidos, o midiático e o acadêmico-científico, pois eles buscam a objetividade, como se observa, no texto em análise, em *[...] o problema pode estar mais perto do que se imagina:[...]*.

O uso adequado do léxico é uma escolha do nível semiolingüístico, e, ao ser reconhecida pelo leitor, auxilia na construção de sentido do texto. Não há glossário acompanhando o texto; o enunciador fez algumas de suas escolhas lexicais observando a familiaridade que o destinatário pudesse ter com elas, assim como também fez uso de um léxico científico com o qual o leitor talvez não esteja familiarizado. Essas escolhas distintas podem ser observadas em *dependência química, usuário, drogas, prontuário, perfil e perfil epidemiológico*.

Para cumprir seu fim discursivo, ou seja, fazer-saber os resultados de uma pesquisa científica acerca do perfil do dependente químico, o enunciador apresenta as revelações que o estudo trouxe: [...] **revela** que [...]. *O estudo [...] mostra também [...]*. Percebe-se que o enunciador apresenta essas revelações apagando-se em seu ato de enunciação, pois os verbos destacados apresentam o enunciador apenas como um relator. Além disso, esses verbos mostram que essas revelações servem de base para futuras investigações. *A presença do verbo grifado, como em [...] pode reorientar o tratamento [...]* representa uma característica do texto acadêmico-científico, ou seja, uma orientação pelo eixo do possível. Esses verbos expressam modalidade de enunciação, na qual o propósito é um texto já produzido por outro locutor, neste caso, o pesquisador.

Enfocando-se os parágrafos em questão sob a perspectiva dos modos de organização do discurso, verifica-se o modo descritivo, num procedimento lingüístico de localizar-situar ou qualificar. Esse procedimento remete tanto ao contrato midiático quanto ao acadêmico-científico, ou seja, *lead* e introdução, respectivamente, como se observa em *Conselho Estadual Antidrogas do Rio de Janeiro (Cead), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão*, em que o enunciador denomina o órgão responsável, assim como em *pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a pedido do Cead*, em que o enunciador nomeia e localiza. Esse procedimento contribui para a descrição necessária à credibilidade pretendida.

O segmento que segue revela outro traço do contrato acadêmico-científico, o processo, isto é, a metodologia adotada pelos pesquisadores para que os resultados fossem alcançados.

MÉTODO –

(3) Para traçar o perfil epidemiológico dos dependentes, foram analisadas informações de prontuários de pacientes atendidos pelo Cead entre janeiro de 1999 e julho de 2004. Nesse período, o Conselho recebeu 13.352 pessoas de todo o estado, a grande maioria homens. A avaliação dos usuários foi feita com base em uma amostra de 3.672 prontuários, sendo 1.701 de mulheres (todas as atendidas no período) e 1.971 de homens (20% dos que procuraram o serviço).

Por meio da apresentação da metodologia empregada, é possível saber que a pesquisa se deu com base na observação e na análise de prontuários de pacientes exclusivamente atendidos pelo Cead, num determinado espaço de tempo, *entre janeiro de 1999 e julho de 2004*. O detalhamento da metodologia utilizada consta de forma clara, ainda que resumida. A escolha do conector grifado em *Para traçar o perfil epidemiológico [...]* se dá com o objetivo de explicitar o meio para se atingirem os resultados.

O enunciador mantém a continuidade e a progressão textual, renovando semanticamente o texto, quando substitui vocábulos, de modo a referenciá-los, como se observa nas seqüências *dependentes/pessoas/usuários* e *entre janeiro de 1999 e julho de 2004/Nesse período*.

Os parágrafos que seguem, de 4 a 11, compõem a seção *Resultados e Discussão*, própria da estrutura do texto acadêmico-científico. Quanto aos aspectos que correspondem ao contrato midiático, observa-se que o texto prossegue com os dados relevantes à pesquisa, como a dar continuidade à notícia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO –

(4) O estudo revelou um fato surpreendente: 83% das mulheres e 73% dos homens disseram já existir em sua família pelo menos um consumidor de algum tipo de droga. O pai é citado em 47% das entrevistas, seguido por irmãos (38%), tios (18%) e mãe (15%). O uso pelo cônjuge aparece em 9% dos casos e é mais freqüente quando o paciente é mulher – 17,4% das que apontaram histórico familiar de uso mencionaram o cônjuge, enquanto entre os homens esse número foi de apenas 1,5%. “Esse resultado foi uma surpresa, pois pensávamos que a maior influência vinha de amigos ou companheiros”, diz o presidente do Cead, Murilo Asfora.

(5) Segundo a coordenadora da pesquisa, a psiquiatra Ana Cristina Saad, do Programa de Estudo e Assistência ao Uso Indevido de Drogas do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, esses dados não indicam que os pais dêem a droga aos filhos, mas que o acesso é facilitado devido à maior circulação da droga em casa. “A presença da bebida e do cigarro já é suficiente para gerar um discurso contraditório, que pode ser interpretado como uma permissão ao consumo, caso não haja uma conversa franca entre pais e filhos”, acrescenta.

(6) A epidemiologista Márcia Carvalho, da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, que ajudou na análise das informações, ressalta que não se pode dizer que o uso de drogas pela família seja a causa da dependência. “As informações do prontuário mostram que há uma associação entre esses fatos, mas seria preciso entrevistar pessoalmente os pacientes para chegar a conclusões mais específicas.”

(7) Carvalho diz que a pesquisa indica que a dependência é uma doença familiar, que não atinge apenas quem procura ajuda. “Por isso, qualquer iniciativa de tratamento ou prevenção deve incluir toda a família”, enfatiza. Saad também destaca a necessidade de aumentar a preocupação com o ambiente familiar, lembrando que 80% dos pacientes atendidos ainda moravam com parentes. E completa: “A família não está envolvida apenas no surgimento do problema, mas também na procura pelo tratamento.”

Inimigo nº 1

(8) O perfil do dependente químico atendido no Cead mostrou ainda que o álcool é a droga preferida e a primeira a ser consumida, às vezes simultaneamente com outras drogas. Cerca de 62% dos usuários iniciaram o consumo de drogas através do álcool, 32% começaram com maconha, 27% com cocaína e 15% com tabaco. O álcool é mais citado por pessoas de faixa etária maior; enquanto entre os menores de 21 anos a principal droga inicial é a maconha. Essa diferença, segundo a coordenadora da pesquisa, pode ser explicada pelo fato de os jovens em geral não considerarem o álcool uma droga.

(9) O álcool também ganha na preferência dos dependentes: foi apontado em 52% dos casos. Em seguida, aparece a cocaína, com 46%. A maconha ficou em terceiro (24%) e o tabaco em quarto (9,5%). O ecstasy foi citado em menos de 1% dos casos e a heroína e o crack não foram mencionados. “O álcool hoje é muito incentivado pela mídia e pela cultura e é negligenciado nas estratégias de prevenção”, pondera Saad.

(10) Outro dado preocupante revelado pelo estudo refere-se à idade de início do consumo: apesar da maioria (63%) ter começado a usar drogas entre 10 e 17 anos – o que já era esperado, segundo Saad –, 9% tinham menos de 10 anos. “Foi um engano achar que a precocidade, atualmente generalizada, não fosse chegar ao universo das drogas”, comenta a psiquiatra. Ela ressalta que a iniciação precoce tem um forte impacto físico e biológico, o que facilita a dependência e o aparecimento dos efeitos negativos da droga no organismo.

(11) Segundo a pesquisa, as pessoas atendidas no Cead em geral são maiores de 24 anos, têm baixa renda e não completaram o ensino fundamental. Além disso, mais da metade já tinha procurado tratamento anteriormente e muitos passaram inclusive por internações. A epidemiologista Márcia Carvalho explica que o perfil socioeconômico do paciente pode estar relacionado ao fato de o Cead ser um órgão público. Com relação à escolaridade, ela chama a atenção para um fato preocupante: “70% dos usuários entre 11 e 21 anos, que deveriam estar freqüentando a escola, não estudam.”

Retomam-se aqui aspectos da estrutura do texto acadêmico-científico, postulados por Feltrim e colaboradores (2000). Para os autores, os resultados obtidos em uma pesquisa podem, cada um deles, vir seguidos de breves comentários, o que é muito comum em trabalhos que trazem resultados variados e de natureza específica. Esse processo é nomeado

por eles de *padrão alternado*, pois a discussão aparece de forma alternada com o resultado, e não apenas ao final. A escolha desse padrão pode ser observada, por exemplo, nas discussões atribuídas aos seguintes resultados:

RESULTADOS	DISCUSSÃO
existência de consumidor de drogas na família	<i>Esse resultado foi uma surpresa, pois pensávamos que a maior influência vinha de amigos ou companheiros</i>
apresentação do álcool como a primeira droga a ser consumida	<i>Essa diferença, segundo a coordenadora da pesquisa, pode ser explicada pelo fato de os jovens em geral não considerarem o álcool uma droga</i>
a preferência pelo álcool	<i>O álcool hoje é muito incentivado pela mídia e pela cultura e é negligenciado nas estratégias de prevenção</i>
a idade de início do consumo	<i>Foi um engano achar que a precocidade, atualmente generalizada, não fosse chegar ao universo das drogas</i>
a escolaridade	<i>70% dos usuários entre 11 e 21 anos, que deveriam estar freqüentando a escola, não estudam</i>

Trata-se de resultados específicos, requerendo, cada um deles, um breve comentário. Os comentários de especialista ou pesquisador são vozes que o enunciador traz ao texto com o objetivo de transferir a eles a responsabilidade pelo enunciado, o que garante aceitação ou credibilidade, além de produzir um efeito de saber, pois a declaração emana de locutores que têm posição de autoridade pelo saber.

Esses comentários são apresentados no texto em forma de citações diretas e indiretas. Há no trecho analisado citação direta e citação integrada, discurso direto e indireto, respectivamente. A citação integrada pode ser observada em *Segundo a coordenadora da pesquisa, a psiquiatra Ana Cristina Saad, do Programa de Estudo e Assistência ao Uso Indevido de Drogas do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, esses dados não indicam que os pais dêem a droga aos filhos, mas que o acesso é facilitado devido à maior circulação da droga em casa*. Na citação integrada, a palavra não é conferida de maneira autônoma à pesquisadora, mas assimilada à voz do enunciador. Já em *A presença da bebida e do cigarro já é suficiente para gerar um discurso contraditório, que pode ser interpretado como uma permissão ao*

consumo, caso não haja uma conversa franca entre pais e filhos, acrescenta [...], por meio da citação direta, há a busca pela objetividade da informação. Encontra-se neste texto também o emprego do discurso relatado para descrever as reações ao fato divulgado. É o caso da declaração do presidente do Cead, que se diz surpreso com o resultado. Conforme Charaudeau (2005, p. 155), “como declaração, a reação mostra o interesse que os atores atribuem ao fato”. A mídia registra a reação e a notícia.

Dando continuidade às considerações quanto ao uso de citação, observa-se que, para cada voz que o enunciador concedeu ao especialista, há um verbo *dicendi*, que indica não só quem está com a palavra, como também em que medida se dá o engajamento do enunciador ao dito do especialista. Sob essa perspectiva, os verbos atuam como modalidade de enunciação. No segmento em questão do texto analisado, o enunciador escolhe alguns desses verbos, como se observa nos parágrafos 4, 5 e 6, em *Esse resultado foi uma surpresa, pois pensávamos que a maior influência vinha de amigos ou companheiros*, **diz** o presidente do Cead, Murilo Asfora; em *A presença da bebida e do cigarro já é suficiente para gerar um discurso contraditório, que pode ser interpretado como uma permissão ao consumo, caso não haja uma conversa franca entre pais e filhos*, **acrescenta**; e em *A epidemiologista Márcia Carvalho, da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, que ajudou na análise das informações*, **ressalta** que não se pode dizer que o uso de drogas pela família seja a causa da dependência. Os verbos destacados descrevem o modo da declaração e denotam o nível de engajamento do enunciador às considerações dos especialistas. Por meio deles, o enunciador expressa a atitude de crença para com a veracidade dos propósitos do locutor de origem.

No nível discursivo, o enunciador manifesta certa posição em relação aos resultados alcançados, por exemplo, quando faz uso da expressão **surpreendente**. Observa-se aqui que, para marcar seu próprio posicionamento frente a resultados da pesquisa, o enunciador opta por aderir ao posicionamento do locutor de origem. Para isso, o enunciador procede a uma transformação lexical de parte do enunciado do locutor, antecipando, inclusive, o posicionamento daquele. O enunciador faz suas as palavras do locutor de origem ao afirmar, no início do parágrafo, *O estudo revelou um fato **surpreendente***. O posicionamento do presidente do Cead aparece apenas ao final do parágrafo: *Esse resultado foi uma surpresa, [...], diz o presidente do Cead, Murilo Asfora*. Ao trazer um discurso relatado citando as palavras do presidente, o enunciador produz um efeito de opinião que traz uma declaração balizada pela autoridade do declarante.

Os parágrafos de 5 a 7 apresentam ainda a análise dos dados da pesquisa, cuja fonte é atribuída a duas especialistas: a *coordenadora da pesquisa, a psiquiatra Ana Cristina Saad*,

do programa de Estudo e Assistência ao Uso Indevido de Drogas do Instituto de Psiquiatria da UFRJ e A epidemiologista Márcia Carvalho, da Escola Nacional de saúde pública da Fiocruz. Observa-se que o modo de denominar a fonte, segundo postula Charaudeau (2006), consiste em identificá-las por meio: dos nomes, Ana Cristina Saad e Márcia Carvalho; do nome da instituição a qual representam, Instituto de Psiquiatria da UFRJ e Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz; e do *status* profissional, psiquiatra e epidemiologista. Essas formas de denominação reforçam o efeito de que a interpretação do especialista é uma prova de verdade de uma informação, baseada nas representações de um grupo social quanto à garantia que tem sobre o que é dito. É o que se observa, sobretudo, no parágrafo 7, pois percebe-se que a análise de dados é exterior à análise do enunciador. Reconhece-se, pelas pessoas que analisaram – a coordenadora da pesquisa e a epidemiologista –, que é socialmente aceito e credível o que é dito. São citações acompanhadas de verbos que atuam como modalidade de enunciação, indicando em que medida o enunciador compartilha e se engaja à análise do especialista.

As sucessivas citações no parágrafo 7 simulam um diálogo entre os locutores de origem, as especialistas Ana Cristina Saad e Maria Carvalho, na medida em que o enunciador organiza as informações reproduzindo as tomadas de turno de cada locutor. Essa simulação pode ser observada quando o enunciador diz que Maria Carvalho **ênfatiza** a importância de um tratamento ou prevenção incluir toda a família, e a coordenadora da pesquisa e psiquiatra Ana Cristina Saad complementa e **destaca** a necessidade de aumentar a preocupação com o ambiente familiar, já que 80% dos pacientes moravam com a família, e, na intenção de justificar o destaque, **completa** que a família está envolvida, tanto no surgimento quanto no tratamento da doença.

Ainda quanto ao uso da citação, observa-se nesse parágrafo, em alguns momentos, a presença tanto da citação direta, quando o enunciador quer dar mais objetividade, quanto da integrada, muitas vezes justificando o dito, como se observa em: *Carvalho diz que a pesquisa indica que a dependência é uma doença familiar, que não atinge apenas quem procura ajuda. Por isso, qualquer iniciativa de tratamento ou prevenção deve incluir toda a família, ênfatiza.*

No contrato midiático, quanto mais o locutor identifica o responsável pela informação, mais produz garantia de autenticidade. Para dar conta dessa prática, o enunciador faz uso de conjunções conformativas num procedimento que indica uma distância com relação ao valor de verdade da informação, como em *Segundo a coordenadora da pesquisa...*, no parágrafo 5.

Também para relatar o dito da coordenadora, o enunciador ora cita de forma integrada ao dito de origem – *Segundo a coordenadora da pesquisa [...], esses dados não indicam que os pais dêem a droga aos filhos, mas que o acesso [...]*; A epidemiologista Márcia Carvalho, [...], *ressalta que não se pode dizer que [...]*; *Carvalho diz que a pesquisa indica que [...]* –, ora cita de forma direta, como uma reprodução fiel, fazendo, para isso, uso do discurso direto, o que se percebe a partir de marcas como as aspas, em *A presença da bebida e do cigarro já é suficiente para gerar um discurso [...] caso não haja uma conversa franca entre pais e filhos, acrescenta*. O emprego da citação direta representa a busca pelo efeito de objetividade, dando ênfase àquilo que o enunciador, de fato, considera importante permanecer na voz do especialista, o que reveste a informação de credibilidade.

O texto DC, em sua essência, caracteriza-se pelo modo de organização descritivo, uma vez que, de um modo geral, descreve ações já realizadas, com a finalidade de fazer-saber. Entretanto, descrever e argumentar são atividades ligadas, na medida em que, segundo Charaudeau (2008, p. 112), “a primeira toma emprestado da segunda um certo número de operações lógicas para classificar os seres”. Em vista dessa contribuição dos modos de organização para a construção de textos, observa-se em *esses dados não indicam que os pais dêem a droga aos filhos, mas que o acesso é facilitado devido à maior circulação da droga em casa* um modo de encadeamento da lógica argumentativa, em que *não* e *mas* ocorrem numa relação de sentido que vai além de uma simples negação. Essa relação lógica (não A1, mas A2) apresenta, no texto em questão, um rompimento com um raciocínio, obrigando o leitor a reorientar seu próprio julgamento, pois não se trata de os pais darem droga aos filhos, o que alguns poderiam supor; trata-se, isso sim, do acesso facilitado em casa, pelo uso do álcool, por exemplo, fato que, para alguns, não corresponde ao uso de droga.

Por descrever os resultados de uma pesquisa, o texto DC se inscreve no modo de organização descritivo. No texto em análise, pode-se perceber, a exemplo de outras ocorrências, o procedimento lingüístico de qualificar, através da acumulação de detalhes e de precisões, como, por exemplo, em: *[...] 83% das mulheres e 73% dos homens disseram já existir em sua família pelo menos um consumidor de algum tipo de droga. O pai é citado em 47% das entrevistas, seguido por irmãos (38%), tios (18%) e mãe (15%). O uso pelo cônjuge aparece em 9% dos casos e é mais freqüente quando o paciente é mulher – 17,4% das que apontaram histórico familiar de uso mencionaram o cônjuge, enquanto entre os homens esse número foi de apenas 1,5%*. Observa-se ainda, tanto no nome da epidemiologista quanto no da coordenadora da pesquisa, que ambas são apresentadas e acompanhadas pelo seu título, marcando autoridade e prestígio, e também por sua função, ação do enunciador em busca de

credibilidade, já que descreve a ocupação profissional e o órgão ao qual elas estão ligadas, como se observa em [...] a coordenadora da pesquisa, a psiquiatra Ana Cristina Saad, do Programa de Estudo e Assistência ao Uso Indevido de Drogas do Instituto de Psiquiatria da UFRJ [...].

Observando-se a composição do texto, verifica-se, na passagem para o parágrafo 8, a presença de um intertítulo, *Inimigo nº 1*, que faz referência ao álcool. Toda a seqüência do texto vem para o esclarecimento de que é o álcool a preferência dos usuários de drogas e a primeira droga a ser consumida, o que justifica, discursivamente, a escolha pelo intertítulo, recurso gráfico de uso facultativo no contrato midiático, que auxilia na divisão temática da notícia. Observa-se, no que diz respeito ao intertítulo, uma evidência da subjetividade, uma vez que ele funciona também como um procedimento que desloca o foco temático, com finalidades valorativas; isto é, o enunciador deseja chamar a atenção para o enfoque que o estudo dá aos resultados que apresentam o álcool, muitas vezes incentivado pela mídia, como um desencadeador de uso de outras drogas. A partir do intertítulo também é possível perceber a continuidade da notícia num evidente desdobramento dos aspectos abordados.

A partir da informação de que o álcool ganha na preferência, o enunciador prossegue, nos parágrafos 8, 9 e 10, descrevendo resultados e dando voz a especialistas no comentário referente a cada um desses resultados, de modo a sugerir, em cada um deles, justificativas, como se pode observar no quadro que segue:

RESULTADO	COMENTÁRIO (justificativa)
<i>O perfil do dependente químico atendido no Cead mostrou ainda que o álcool é a droga preferida a ser consumida, às vezes simultaneamente com outras drogas. Cerca de 62% dos usuários [...] o álcool é mais citado por pessoas de faixa etária maior [...]</i>	<i>“Essa diferença [...] pode ser explicada pelo fato de os jovens em geral não consideram o álcool uma droga” – Saad, Coordenadora da pesquisa e psiquiatra</i>
<i>O álcool também ganha na preferência dos dependentes: foi apontado em 52% dos casos [...]</i>	<i>“O álcool hoje é muito incentivado pela mídia e pela cultura e é negligenciado nas estratégias de prevenção”, pondera Saad</i>
<i>Outro dado preocupante revelado pelo estudo refere-se à idade de início de consumo</i>	<i>“Foi um engano achar que a precocidade, atualmente generalizada não fosse chegar no universo das drogas”, comenta a psiquiatra</i>

Algumas escolhas no nível lingüístico são justificadas pelas exigências do contrato estabelecido. Observa-se a presença de cadeias anafóricas que garantem a progressão textual ao longo do texto, sobretudo nesses parágrafos, com o uso das palavras *estudo/pesquisa*. Essas escolhas relacionam-se ao contrato do texto DC na medida em que representam um discurso do cotidiano, de compreensão facilitada, de entendimento dos leigos, ao contrário, por exemplo, do contrato puramente científico.

A partir do parágrafo 12, o texto se encaminha para aquilo que se convencionou chamar, no texto acadêmico-científico, de Conclusão. Para Feltrim e colaboradores (2000), a conclusão, no texto acadêmico-científico, deve ser conduzida de modo a distanciar a atenção do leitor dos resultados específicos, para focalizar na importância que o estudo pode ter. E isso se pode observar também neste artigo DC. Assim, o enunciador anuncia as aplicações práticas às quais o estudo pode levar.

CONCLUSÃO –

(12) O relatório final da análise foi apresentado oficialmente ao governo estadual durante um simpósio no início de julho. Segundo o presidente do Cead, os resultados permitirão identificar falhas no serviço e orientar o tratamento, além de ajudar outras instituições fluminenses que lidam com usuários de drogas. “Antes, trabalhávamos no escuro, sem uma base científica, pois não havia no Rio de Janeiro um estudo sobre o dependente químico”, conta. Asfora adianta que a ampliação do atendimento familiar será uma das iniciativas para melhorar o serviço no Cead. O Conselho agora pretende realizar uma pesquisa mais detalhada e verificar a situação atual dos usuários.

(13) O perfil traçado poderá direcionar não apenas o tratamento do dependente, como também as estratégias de prevenção adotadas pelo estado. “Esse pode ser o início de um estudo nacional para orientar as políticas públicas antidrogas”, sugere o presidente do Cead. Segundo as pesquisadoras, a principal iniciativa deve ser o investimento em propaganda preventiva contra o consumo de álcool. “É preciso fazer com que a sociedade enxergue o álcool como uma droga”, conclui Saad.

No caso do texto DC em análise, as aplicações práticas às quais o estudo pode levar ocorrem em [...] *os resultados **permitirão** identificar falhas no serviço e orientar o tratamento, além de ajudar outras instituições fluminenses que lidam com usuários de drogas*, em [...] *a ampliação do atendimento familiar **será** uma das iniciativas para melhorar o serviço no Cead*, e em *O perfil traçado **poderá direcionar** não apenas o tratamento do dependente, como também as estratégias de prevenção adotadas pelo estado*.

Para que o texto cumpra o seu fim discursivo como texto DC, ou seja, informar os resultados de uma pesquisa sobre a influência da família na dependência química, convém que o leitor compreenda a importância do estudo para aplicações futuras, efeito produzido

pelo uso de formas verbais no futuro, como em *O perfil traçado **poderá direcionar não apenas o tratamento do dependente, como também as estratégias de prevenção adotadas pelo estado.*** Outra característica convencionada para a conclusão é a perspectiva para novas pesquisas a partir dos resultados alcançados, como se observa em *O Conselho **agora** pretende realizar uma pesquisa mais detalhada e verificar a situação atual dos usuários.*

Tanto as aplicações práticas quanto a proposta para pesquisa futura cumprem com outro objetivo da conclusão, que é o de distanciar a atenção do leitor dos resultados específicos para, então, focalizar a importância que o estudo pode ter num âmbito mais geral, num contexto maior. O texto DC em análise apresenta em sua conclusão a referência aos resultados obtidos e a proposta de como poderão auxiliar outras instituições fluminenses que lidam com usuários de droga. Além disso, a conclusão indica que poderá haver também um redirecionamento no tratamento e na prevenção, esta última contando com maior investimento. Para dar conta desse objetivo de focalizar a importância que o estudo pode ter num âmbito mais geral, o enunciador novamente faz uso de citações, trazendo a voz dos especialistas, como Murilo Asfora, presidente do Cead.

Observa-se uma ordenação temporal no que diz respeito ao uso de *antes* e *agora*, cumprindo também com esse objetivo de realizar possíveis aplicações práticas, como se observa em: **Antes**, trabalhávamos no escuro, sem uma base científica, pois não havia no Rio de Janeiro um estudo sobre o dependente químico, *conta. Asfora adianta que a ampliação do atendimento familiar será uma das iniciativas para melhorar o serviço no Cead. O Conselho **agora** pretende realizar uma pesquisa mais detalhada e verificar a situação atual dos usuários.* Esse emprego do *antes* e do *agora* na conclusão agrega a ela uma tomada de posição do enunciador, no que diz respeito às implicações que o estudo trouxe, enfatizando a diferença no trabalho do Cead antes do estudo apresentado.

Outro procedimento discursivo ao qual o enunciador recorre na conclusão do texto é o que consiste em utilizar vários argumentos para servir a uma mesma prova, por meio de uma gradação, como em: *O perfil traçado **poderá direcionar não apenas o tratamento do dependente, como também as estratégias de prevenção adotadas pelo Estado.*** Observa-se, ainda, em *Esse pode ser o início de um estudo nacional para orientar as políticas públicas antidrogas, **sugere** o presidente do Cead,* que o verbo grifado revela uma atitude de engajamento do enunciador em relação à fonte original do que é relatado. As descobertas científicas não são estanques, e isso fica discursivamente marcado, nesse mesmo trecho, pelo uso do verbo modal em *Esse **pode ser** o início [...].*

Já no que diz respeito ao contrato midiático, ou seja, semelhantemente a ele, a conclusão apresenta possíveis repercussões do fato abordado, neste caso, a apresentação do relatório final ao governo do estado.

A composição paratextual do texto DC apresenta um relevante aspecto da notícia no contrato midiático: a fotografia. Esse aspecto paratextual pode ser observado no texto original, em anexo. A fotografia desse texto mostra um adulto ingerindo bebida alcoólica, o que produz no texto um efeito de representação do tema abordado. Qualquer legenda para essa fotografia seria redundante.

Ao término desta análise, reitera-se o objetivo para o qual ela serve: reconhecer que certas escolhas determinadas pelo nível situacional da análise contribuem em parte para a competência de leitura. O interdiscurso no qual se dá o texto DC apresenta características bem claras dos contratos que o compõem, o midiático e o acadêmico-científico. Assim, o reconhecimento desses contratos e de suas implicações no discurso do texto DC contribui em boa parte para a competência da leitura.

4.2 ANÁLISE DO TEXTO 2

A análise do texto 2 inicia-se pelo nível situacional, que apresenta, como se evidenciou na análise anterior, a identidade dos protagonistas, a finalidade do ato de comunicação, o tema e as circunstâncias materiais. O texto *Família influencia fumo na adolescência* (em anexo) foi veiculado na Ciência Hoje on-line (<<http://cienciahoje.uol.com.br/97395>>) e acessado em julho de 2007.

Também neste texto, as características que advêm dos contratos midiático e acadêmico-científico são evidentes. A exemplo do contrato de comunicação midiático, o texto DC em questão apresenta a finalidade de fazer-saber uma informação científica; neste caso, trata-se de fazer-saber das chances de filhos de mães que fumaram durante a gravidez se tornarem fumantes até a adolescência.

O título (*Família influencia fumo na adolescência*) e o subtítulo (*Alcoolismo e baixa escolaridade dos pais podem contribuir para o tabagismo dos filhos*) buscam captar a atenção do leitor, de modo a seduzi-lo para a leitura. A escolha pelo título capta a atenção pelo fato de que, geralmente, não é comum se pensar que os pais influenciem seus filhos para o tabagismo ou para o álcool, e essa afirmação pode gerar curiosidade no leitor. O subtítulo, por sua vez, tem função resumitiva, esclarecendo que o alcoolismo e a baixa escolaridade dos pais são fatores que contribuem para o tabagismo dos filhos.

No que diz respeito ao tema, percebe-se que ele está marcado por cientificidade e relevância social. Trata-se de um estudo que acompanhou crianças desde o seu nascimento até os 18 anos, com o intuito de verificar em que medida o fato de a mãe fumar durante a gravidez pode influenciar o filho a fumar também, sobretudo até a adolescência.

Os parceiros deste ato de linguagem não estão presentes fisicamente, fazendo com que a situação seja monolocutiva. De um lado, há a jornalista Fernanda Alves, que serve de intermediária da ciência em relação ao leitor, de forma objetiva e clara; de outro, há o leitor, isto é, o público que acessa a *Ciência Hoje on-line*.

Todos esses aspectos revelados pela análise no nível situacional sobredeterminam, em parte, as escolhas discursivas e lingüísticas realizadas pelo enunciador. Apresenta-se, então, com base nisso, a análise nos níveis discursivo e semiolinguístico, assim divididos para fins de análise, já que um nível acaba por determinar o outro.

Inicia-se a segmentação do texto *Família influencia fumo na adolescência* (ALVES, 2007), segundo a estrutura do texto acadêmico-científico.

TÍTULO – Família influencia fumo na adolescência

RESUMO – Alcoolismo e baixa escolaridade dos pais podem contribuir para o tabagismo dos filhos

INTRODUÇÃO –

(1) Filhos de mães que fumaram durante a gravidez têm mais chances de se tornarem fumantes até a adolescência. A conclusão é de estudo realizado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no Rio Grande do Sul, que acompanhou durante alguns anos 6 mil crianças nascidas em 1982 e reencontrou parte do grupo, já na fase adulta, em 2005. Fatores presentes no ambiente familiar, como o alcoolismo e a baixa escolaridade dos pais, também foram considerados de alto risco para o surgimento do hábito de fumar.

(2) Segundo um dos coordenadores do estudo, o epidemiologista Bernardo Horta, do Departamento de Medicina Social da UFPel, 15% das pessoas avaliadas começaram a fumar ainda na adolescência. Entre os rapazes, a incidência do vício foi maior em filhos de mães solteiras ou cujos pais apresentavam baixa escolaridade. Entre as moças, a baixa renda da família e o alcoolismo dos pais podem ter sido determinantes para o hábito de fumar. Em ambos os casos, o fato de as mães fumarem durante a gestação foi um fator de risco para o tabagismo dos filhos. Surpreendentemente, poucas crianças que cresceram ao lado de pais fumantes adquiriram o vício.

Inicia-se a análise do texto pelo título, *Família influencia fumo na adolescência*, cujo conteúdo contraria o senso comum de que pais não influenciam mal seus filhos, cumprindo sempre com o papel de protegê-los, em primeiro lugar. Em seguida, o subtítulo – *Alcoolismo*

e baixa escolaridade dos pais podem contribuir para o tabagismo dos filhos – cumpre com o papel do *Resumo* do tema. Justifica-se esta denominação por sua função resumitiva em relação ao texto. Título e subtítulo constituem a primeira unidade básica da notícia, ou seja, a apresentação do fato e da informação principal.

Os dois parágrafos seguintes cumprem com o papel da *Introdução*, seção presente no texto acadêmico-científico com a função de contextualizar o estudo realizado e, de forma resumida, apresentar as pessoas envolvidas no estudo, [...] *6 mil crianças nascidas em 1982, [...] epidemiologista Bernardo Horta [...]*. Além disso, a introdução também tem a função de apresentar a metodologia utilizada, de forma sucinta, [...] *estudo realizado pela Universidade Federal de Pelotas [...] acompanhou durante alguns anos 6 mil crianças nascidas em 1982 e reencontrou parte do grupo, já na fase adulta, em 2005*, e os principais resultados alcançados, como, por exemplo, em [...] *15% das pessoas avaliadas começaram a fumar ainda na adolescência [...]*. Nessa busca por contextualização, o efeito produzido é o de aproximação entre leitor e o objeto estudado.

Por outro lado, o que corresponde à *Introdução*, no contrato acadêmico-científico, também corresponde ao *lead*, parte do contrato midiático que, segundo Erbolato (2002, p. 67), “dá uma idéia do que houve, convidando o leitor a percorrer a notícia até o final”. O *lead* oferece um resumo, na tentativa de prender a atenção do leitor. Há no *lead* a concentração de idéias que respondem às perguntas mais comuns, diante da curiosidade do leitor: *o quê?, quem?, quando?, onde?*. Ao relatar os fatos, o enunciador descreve o processo da ação que responde a esses questionamentos: *(o quê?) Filhos de mães que fumaram durante a gravidez têm mais chances de se tornarem fumantes até a adolescência. [...] estudo realizado [...] Fatores presentes no ambiente familiar, como o alcoolismo e a baixa escolaridade dos pais, também foram considerados de alto risco para o surgimento do hábito de fumar; (quem?) Filhos de mães que fumaram durante a gravidez [...]; (onde, quando?) [...] Universidade federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul [...] durante alguns anos 6 mil crianças nascidas em 1982 e reencontrou parte do grupo, já na fase adulta, em 2005.*

No nível discursivo, observou-se nesse segmento, em função das características contratuais, a construção do papel enunciativo delocutivo, em que o enunciador busca, por meio da objetividade requerida pela ciência e pelo gênero da notícia, transmitir a informação científica com credibilidade, como se verifica, por exemplo, em *Segundo um dos coordenadores do estudo, o epidemiologista Bernardo Horta [...]*. O efeito produzido aqui é de neutralidade do enunciador em relação à validade dos fatos, já que ele os atribui aos pesquisadores. Entretanto, no que diz respeito ao texto DC em análise, a subjetividade

também se manifesta; é o que acontece, por exemplo, quando o enunciador escolhe o advérbio *surpreendentemente* em ***Surpreendentemente***, *poucas crianças que cresceram ao lado de pais fumantes adquiriram o vício*. Com essa escolha no nível lingüístico, observa-se a marca da presença do enunciador, por meio de sua própria avaliação. Ao usar o termo *surpreendentemente*, o enunciador, numa atitude de engajamento, lança mão de uma apreciação, mostrando sua emoção, numa atitude de surpresa diante de um resultado a que, normalmente, não se espera chegar. Isto é, ao fazer uso de *surpreendentemente* nesse momento do texto, o enunciador anuncia uma transição entre duas idéias: é natural pensar que filhos que crescem ao lado de pais fumantes podem adquirir o vício; porém, foi uma surpresa saber, por meio dos resultados do estudo, que isso aconteceu na minoria dos casos. Ao se posicionar assim, o enunciador se mostra engajado ao consenso geral de espanto e de surpresa, diante dos dados da pesquisa.

Na busca pela objetividade que o papel enunciativo requer, o enunciador faz uso de um procedimento do modo de organização descritivo, que corresponde à finalidade de informar, dando a conhecer seres cuja identidade é, segundo Charaudeau (2008, p. 120), “indispensável para a compreensão do relato, da argumentação ou das citações”. É o que se observa em *A conclusão é de estudo realizado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no Rio Grande do Sul* e em [...] *dos coordenadores do estudo, o epidemiologista Bernardo Horta, do Departamento de Medicina Social da UFPel [...]*. Evidencia-se aqui a incontestabilidade dos fatos, dado o fornecimento da origem da fonte e o modo de denominação, ou seja, os coordenadores, sua especialidade e o departamento no qual atuam.

Para a utilização e a colocação de estratégias em cena, já delimitadas, em parte, pela situação, é necessário que o enunciador seja capaz de manipulá-las, assim como também o leitor precisa reconhecê-las. Ao manipular tais estratégias, o enunciador mostra reconhecer as formas dos signos e suas regras combinatórias, o que permite, no nível lingüístico, certas escolhas que requerem um saber-fazer. É o caso, por exemplo, do uso do conector *segundo* no início do 2º parágrafo. Essa escolha lingüística procura tornar a informação credível, na medida em que funciona como testemunho de um saber, identificando a fonte com o nome do coordenador e sua função. O efeito produzido aqui é de verdade e seriedade profissional, como se observa em ***Segundo*** *um dos coordenadores do estudo, o epidemiologista Bernardo Horta, do Departamento de Medicina Social da UFPel, 15% das pessoas avaliadas começaram a fumar ainda na adolescência*. A credibilidade para a informação é produzida pelo enunciador ao trazer a voz de Bernardo Horta, atribuindo-lhe sua função e sua

especialização: coordenador do estudo, epidemiologista, pertencendo ao Departamento de Medicina Social da UFPel.

Observa-se também um compartilhamento de certos conhecimentos. Por exemplo, quando diz que *Filhos de mães que fumaram durante a gravidez têm **mais** chance de se tornarem fumantes [...]*, o enunciador entende que o leitor já sabe que outros filhos em situação diversa têm, também, a chance de se tornarem fumantes. O enunciador parte de um conhecimento generalizado, como *filhos de mães que são fumantes têm chance de se tornarem fumantes*, para anunciar a conclusão a que o estudo chegou, usando para isso o advérbio *mais* como intensificador da informação anterior. Esse compartilhamento reforça o efeito pretendido de contextualização.

Observa-se ainda no nível lingüístico uma modalização pelo possível. É o que se pode observar em [...] *a baixa renda da família e o alcoolismo dos pais **podem ter sido** determinantes [...]*. Ao optar pelo uso do verbo modal *poder*, o enunciador admite estar apenas supondo que a baixa renda e o alcoolismo determinem o hábito de fumar. Assim, além de não se comprometer com essa afirmação, o enunciador apresenta o caráter sempre provisório da ciência, na qual a inclusão de novos dados, de novas constatações, denota um estudo que não está esgotado.

Ressalta-se aqui, novamente, o modo de organização descritivo do texto DC, uma vez que ele descreve resultados de uma pesquisa. Isso também pode ser observado no seguinte segmento, correspondente à *Metodologia*.

METODOLOGIA –

(3) A pesquisa avaliou todos os bebês nascidos no ano de 1982 em Pelotas, no Rio Grande do Sul – e continua acompanhando essas pessoas até hoje. Após o parto, as mães foram entrevistadas para a coleta de dados demográficos e socioeconômicos, assim como informações sobre a gravidez e o comportamento da família. Em 1986, as crianças – já com 4 anos – foram procuradas para que fossem registrados dados sobre alimentação, hospitalização e doenças adquiridas. Uma parcela do grupo passou por nova entrevista aos 15 anos. Em 2004 e 2005, foram aplicados questionários aos 2.200 rapazes e 473 moças que puderam ser encontrados pelos pesquisadores. “Foi mais fácil localizar os rapazes devido ao alistamento militar”, explica Horta.

A *Metodologia* apresenta as pessoas envolvidas, o local e os tempos alternados em que a pesquisa se deu. Assim, tem-se a primeira avaliação em: *bebês nascidos no **ano de 1982** em Pelotas, no Rio Grande do Sul [...]; as mães foram entrevistadas para a coleta de dados [...];*

Em 1986, as crianças – já com 4 anos – foram procuradas [...]; Uma parcela do grupo passou por nova entrevista aos 15 anos; Em 2004 e 2005, foram aplicados questionários aos [...]. Percebe-se, no grifo, uma progressão cronológica, o que muito bem caracteriza o processo presente na *Metodologia*. Como se trata de um estudo em que as pessoas envolvidas foram observadas ao longo do tempo, é importante mostrar o distanciamento temporal em que a análise aconteceu. Durante o processo descrito para evidenciar o distanciamento temporal, observa-se a escolha do enunciador pelo operador *já* em *já com 4 anos*, cujo valor assumido neste contexto é o de *agora*, no momento da enunciação. O tempo verbal no pretérito foi escolhido para apresentar os passos que foram seguidos.

Há presença, na metodologia deste texto DC, de uma citação direta, expressa pelo discurso direto, acompanhada por verbo *dicendi*, como o leitor pode observar em *Foi mais fácil localizar os rapazes devido ao alistamento militar, explica Horta*. A escolha pelo verbo *explicar* revela que o enunciador convoca a voz de um dos coordenadores da pesquisa para esclarecer o fato de a maior parte dos questionários ser aplicada nos rapazes.

O próximo segmento apresenta os resultados a que foi possível chegar com o estudo, segmento intitulado *Resultados* no contrato acadêmico-científico.

RESULTADOS –

(4) As respostas revelaram que 48,6% dos garotos e 53,1% das meninas já haviam experimentado cigarro. O hábito de fumar foi adquirido antes dos 13 anos por 11,5% dos homens e 18% das mulheres fumantes. Segundo a epidemiologista Ana Maria Menezes, professora do Departamento de Clínica Médica da UFPel e autora de artigo recente sobre a pesquisa publicado na revista *Cadernos de Saúde Pública*, os homens com mais de 40 anos estão deixando de fumar, enquanto as mulheres estão fumando cada vez mais cedo. “Se nenhuma medida for tomada, a tendência, em um futuro próximo, é a prevalência de tabagismo se tornar maior entre as mulheres do que entre os homens”, ressalta ela.

No início desse segmento, evidencia-se a escolha do enunciador pelo verbo *revelaram*, o que confirma a correspondência com a seção *Resultados* do artigo científico, que apresenta as revelações e os resultados a que foi possível chegar, por meio da metodologia utilizada. O enunciador informa os resultados da pesquisa em dados percentuais: *As respostas revelaram que 48,6% dos garotos e 53,1% das meninas já haviam experimentado cigarro. O hábito de fumar foi adquirido antes dos 13 anos por 11,5% dos homens e 18% das mulheres fumantes.*

Esses resultados são comentados, em seguida, primeiro em citação indireta, depois em citação direta. Para comentar esses resultados, o enunciador convoca a voz dos especialistas,

atribuindo ao comentário o prestígio e a credibilidade que o *status* profissional atribui à fonte. É o que se observa na voz da epidemiologista Ana Maria Menezes em *Segundo a epidemiologista Ana Maria Menezes, professora do Departamento de Clínica Médica da UFPel e autora de artigo recente sobre a pesquisa publicado na revista Cadernos de Saúde Pública, os homens com mais de 40 anos estão deixando de fumar, enquanto as mulheres estão fumando cada vez mais cedo*. Ressalta-se que a opção por citação indireta pode subordinar o discurso da epidemiologista ao discurso do enunciador, ao seu posicionamento e, portanto, à sua própria subjetividade, pois o enunciador dá a sua versão sobre o resultado informado.

Em *Se nenhuma medida for tomada, a tendência, em um futuro próximo, é a prevalência de tabagismo se tornar maior entre as mulheres do que entre os homens, ressalta ela*, observa-se novamente o afastamento do enunciador ao trazer a voz da epidemiologista, por meio do discurso direto. Esses afastamentos do enunciador colaboram novamente para a construção do papel enunciativo delocutivo, evidenciando a busca pela objetividade.

O segmento que segue apresenta a conclusão a que foi possível chegar com o estudo.

Orientações para campanhas de prevenção (intertítulo)

CONCLUSÃO –

(5) Para Bernardo Horta, as conclusões podem auxiliar as campanhas de prevenção ao tabagismo. “Ao se mapear fatores de risco no início da vida, é possível prever seus impactos futuros. É mais fácil prevenir o vício do que tentar remediá-lo.” O pesquisador sugere que as campanhas usem estratégias diferentes para atrair públicos distintos: “Homens e mulheres têm razões diferentes para começar a fumar, e isso também depende da condição socioeconômica.”

(6) Ana Maria Menezes concorda e propõe algumas abordagens diferenciadas: “Falar sobre como o cigarro contribui para o envelhecimento precoce, a esterilidade e o escurecimento dos dentes pode ser uma forma mais eficiente de atrair as jovens”, diz. “Já o risco de impotência, um dos possíveis efeitos do tabagismo, poderia ser usado em campanhas educativas voltadas para os rapazes”, conclui.

Visando a facilitar a compreensão do texto, o enunciador faz uso do intertítulo, *Orientações para campanhas de prevenção*. Com isso, ele anuncia aquilo que aponta como mais relevante na notícia, após os resultados: as orientações que podem ser seguidas em campanhas de prevenção, que podem ser consideradas um aspecto muito importante decorrente do estudo. Esse intertítulo encaminha o texto para uma *Conclusão*, pois, conforme postulam Feltrim e colaboradores (2000), a conclusão serve para abrir novas possibilidades, apontar novos caminhos, contextualizar resultados específicos do estudo num âmbito geral.

Além disso, o intertítulo divide o tema do artigo: os resultados do estudo foram apresentados, e o enunciador faz uso desse intertítulo, levando a um desdobramento do texto ao propor orientações para uma possível campanha de prevenção.

Com o intuito de concluir o artigo, o enunciador traz a voz de Bernardo Horta para revelar a importância de prevenir o vício, antes de remediá-lo. Ao convocar a voz de Horta, o enunciador produz um efeito de saber por apresentar uma declaração que emana de alguém com posição de autoridade pelo saber.

Além disso, numa simulação de diálogo, semelhantemente ao que se observou no primeiro artigo analisado, o enunciador traz também a voz da epidemiologista Ana Maria Menezes, quando diz que ela **concorda** e **propõe** ainda algumas abordagens diferenciadas. A voz dessa outra especialista produz um efeito de confiabilidade, por causa da posição de autoridade que ela ocupa. É o que se observa em: *Falar sobre como o cigarro contribui para o envelhecimento precoce, a esterilidade e o escurecimento dos dentes pode ser uma forma mais eficiente de atrair as jovens, diz. Já o risco de impotência, um dos possíveis efeitos do tabagismo, poderia ser usado em campanhas educativas voltadas para os rapazes, conclui.*

Comuns em textos acadêmico-científicos, algumas escolhas como *podem auxiliar*, *possível prever*, *poderia ser usado* e *pode ser* revelam a modalização pelo possível, já que os resultados científicos admitem novos dados e resultados.

No que diz respeito à composição paratextual, observa-se, na versão original do texto em análise (em anexo), a ilustração referente ao artigo, formada por fotografia e legenda. Na fotografia há uma mulher fumando, com os olhos fechados. Essa foto busca justamente ilustrar a figura materna, já que a conclusão a que o estudo chega relaciona o tabagismo durante a gravidez à aquisição do vício pelos filhos. A fotografia é acompanhada por uma legenda que a detalha, estabelecendo a relação mencionada. Ambas, fotografia e legenda, são elementos não obrigatórios, mas o efeito produzido pela sua presença auxilia na descrição e no entendimento do texto, evidenciando uma visada de captação.

Ao término da segunda análise, é possível reconhecer que certas escolhas determinadas pelo nível situacional contribuem em parte para a competência de leitura. A intersecção dos contratos midiático e acadêmico-científico na qual se dá o texto DC é evidenciada pelas semelhanças do texto DC com os textos de cada um desses contratos, além das semelhanças de recursos utilizados pelo enunciador. O reconhecimento desses contratos e de suas implicações no discurso do texto DC contribui em boa parte para a competência de leitura.

4.3 ANÁLISE DO TEXTO 3

Dando seqüência à análise do *corpus*, apresenta-se a análise do texto 3, *Adiando o casamento*, nos níveis de competência de linguagem postulados por Charaudeau (2001): situacional, discursivo e semiolinguístico. O texto DC em questão foi veiculado na Ciência Hoje on-line (<<http://cienciahoje.uol.com.br/94622>>) e acessado em junho de 2007. Apresenta-se o texto, na íntegra, em anexo. Para fins de análise, o texto foi segmentado seguindo a estrutura do texto acadêmico-científico.

Inicia-se a análise, como com os textos anteriores, pelo nível situacional. De acordo com o contrato midiático, o artigo em análise apresenta a finalidade discursiva de fazer-saber uma informação científica sobre os jovens que vêm colocando os planos profissionais na frente dos conjugais, além de desejarem construir projetos de vida diferentes dos de seus pais.

O tema apresenta relevância social, pois trata de um novo comportamento do jovem em relação ao casamento, assunto para o qual enunciador e leitor atuam em compartilhamento.

Os parceiros deste ato de linguagem não estão presentes fisicamente, apontando uma situação monolocutiva. De um lado, está a jornalista Bárbara Skaba, que serve de intermediária entre o pesquisador e o leitor, e de outro, o público leitor que acessa a Ciência Hoje on-line.

Inicia-se a segmentação do texto *Adiando o casamento* (SKABA, 2007) segundo a estrutura do texto acadêmico-científico, para que ele seja analisado nos níveis discursivo e semiolinguístico.

TÍTULO – Adiando o casamento

RESUMO – Pesquisa explica por que os jovens brasileiros estão se casando cada vez menos e mais tarde

INTRODUÇÃO –

(1) No convívio com jovens, principalmente das classes média e alta, pode-se notar que a maioria deles vem colocando os planos profissionais na frente dos conjugais. Ou seja, não é novidade que os jovens estão se casando menos e mais tarde. Essa tendência foi comprovada por um estudo realizado pela psicóloga Terezinha Feres-Carneiro, do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que também constatou o desejo dos jovens de construir projetos de vida diferentes dos de seus pais.

O título *Adiando o casamento*, cumprindo a visada de captação, característica do contrato midiático, busca envolver o leitor, fazendo referência ao comportamento de alguns

jovens quando se confrontam com as responsabilidades advindas do casamento. O subtítulo *Pesquisa explica por que os jovens brasileiros estão se casando cada vez menos e mais tarde* cumpre com a função do *Resumo*, pois é possível, a partir dele, saber do que trata o texto, dando uma prévia do assunto de forma acessível, ainda que resumida.

Esse segmento apresenta, ainda, características que pertencem tanto ao contrato midiático quanto ao acadêmico-científico. Segundo Feltrim e colaboradores (2000), no contrato acadêmico-científico, a *Introdução* é a seção que apresenta o assunto, contextualizando-o inicialmente com afirmações amplamente aceitas. Isso se pode observar no texto em análise, em que se lê, no 1º parágrafo, *No convívio com jovens, principalmente das classes média e alta, pode-se notar que a maioria deles vem colocando os planos profissionais na frente dos conjugais*. Ou seja, o enunciador convida o leitor a lembrar que não é novidade o tratamento dispensado pelos jovens ao casamento, apresentando, dessa forma, o assunto num quadro de referência para, a partir do estudo, comprovar aquilo que parecia apenas uma tendência.

Semelhantemente ao artigo científico, este texto DC apresenta na *Introdução*, além do contexto no qual está inserido o estudo, o estudo em si (... *estudo realizado pela psicóloga Teresinha Feres-Carneiro, do departamento de psicologia da PUC-Rio...*) e o principal resultado alcançado (... *os jovens estão se casando menos e mais tarde. [...] também constatou o desejo dos jovens de construir projetos de vida diferentes dos de seus pais*).

Ao analisar este segmento sob a perspectiva do contrato midiático, observa-se que as informações contidas nele correspondem ao *lead*. Segundo Erbolato (2002, p. 66), o *lead* é um *parágrafo sintético, vivo, leve com o que se inicia a notícia, na tentativa de prender a atenção do leitor*, por conter respostas capazes de responder a possíveis questionamentos acerca do fato. Essas informações buscam situar o leitor no contexto no qual a pesquisa está inserida, além de informar a instituição envolvida com a pesquisa. Semelhantemente aos textos do contrato midiático, o texto DC em questão apresenta, na introdução, informações que buscam prender a atenção do leitor no primeiro período do texto. Para Charaudeau (2006), há um processo de narrativização dos fatos que descrevem o processo de ação. A descrição desse processo responde à pergunta *o quê?*, quando no texto se lê *Essa tendência [...] os jovens estão se casando menos e mais tarde [...] foi comprovada por um estudo [...]*. Esse processo descreve ainda os atores envolvidos, respondendo à pergunta *quem?*, quando no texto se lê *[...] jovens [...] e [...] realizado pela psicóloga Teresinha Feres-Carneiro [...]*, e

o contexto espacial, respondendo à pergunta *onde?*, quando no texto se lê [...] *departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*.

Observa-se, ainda, no segundo período do parágrafo, a presença do operador de explicação *ou seja*, exercendo a função de introduzir uma idéia que reforça a tese do enunciador. Isso se dá quando ele, inicialmente, convida o leitor a partilhar da idéia de que a convivência com jovens mostra a tendência de eles colocarem os planos profissionais na frente dos conjugais. Na frase introduzida por *ou seja*, o enunciador enfatiza a não novidade desse fato, explicitando a conclusão disso: os jovens estão se casando menos e mais tarde.

Na continuidade do texto, nota-se a expressão *essa tendência* em ***Essa tendência foi comprovada...***; a expressão grifada representa um encapsulamento¹⁶ referente aos termos mencionados anteriormente, garantindo assim o desenvolvimento contínuo do texto.

Na seqüência, são apresentados os procedimentos seguidos pela pesquisadora para atingir os resultados obtidos.

MÉTODO –

(2) O objetivo do estudo, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, foi verificar a influência do casamento dos pais na vontade (ou falta de vontade) de casar dos filhos. Primeiro, um questionário foi aplicado a 278 jovens entre 19 e 30 anos para entender como eles avaliavam o casamento dos pais. Em seguida, os 14 jovens (sete homens e sete mulheres) que classificaram o casamento dos pais como muito satisfatório ou muito insatisfatório foram submetidos a entrevistas sobre seus próprios planos.

O segmento apresenta o objetivo do estudo e a metodologia utilizada para a pesquisa à semelhança da seção *Método*, do artigo científico. Feltrim e colaboradores (2000, p. 23) orientam que a metodologia sugere uma seqüência de procedimentos e deve assegurar que a repetição da pesquisa possa chegar a dados similares. Isso se observa neste artigo, considerando-se as escolhas lingüísticas do enunciador: ***Primeiro, um questionário foi aplicado a 278 jovens [...] Em seguida, os 14 jovens [...]***. Essas marcas mostram a organização do desenvolvimento do método, pois são marcadores que têm função de assinalar a ordem, sem a qual o entendimento do procedimento poderia ficar prejudicado.

¹⁶ Conforme Koch (2007, p. 138), o encapsulamento é uma função própria particular das nominalizações: a apresentação de um termo que sumariza as informações contidas em segmentos precedentes no texto, encapsulando-as sob a forma de uma expressão nominal.

O uso da voz passiva no discurso científico denota a atividade do pesquisador no relato de experiências, como se observa nos termos grifados em *um questionário foi aplicado* e [...] *os 14 jovens [...] foram submetidos [...]*, o que agrega ao texto a idéia de descrição.

Observa-se, quando se lê no texto *Primeiro, um questionário foi aplicado a 278 jovens entre 19 e 30 anos para entender como eles avaliavam o casamento dos pais. Em seguida, os 14 jovens (sete homens e sete mulheres) que classificaram o casamento dos pais como muito satisfatório ou muito insatisfatório foram submetidos a entrevistas sobre seus próprios planos*, que os termos grifados remetem à seção de *Metodologia* do artigo científico, pois a aplicação de questionários e entrevistas são algumas das práticas de pesquisadores em busca de resultados satisfatórios.

Após a exposição da *Metodologia*, apresenta-se a segmentação do texto no que corresponde, no artigo científico, à seção *Resultados e Discussão*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO –

(3) A maioria dos jovens de ambos os sexos – mesmo os que classificaram o casamento dos pais como muito satisfatório – não citou espontaneamente o casamento em seus planos para o futuro. Algumas mulheres chegaram a apontar a vontade de ter filhos, mas não vinculada, necessariamente, ao casamento. “Os dados mostram o quanto o fato de os pais não enfrentarem seus conflitos conjugais e manterem uma relação insatisfatória interfere no processo de identificação e diferenciação dos filhos e, conseqüentemente, na possibilidade de elaborarem projetos de vida mais autônomos”, conclui Feres-Carneiro.

(4) Por outro lado, o ponto de vista dos jovens que consideram o casamento dos pais muito satisfatório e, mesmo assim, excluem esse tipo de união de seus planos pode ser explicado por um comportamento típico da chamada ‘geração canguru’, formada por pessoas que já concluíram os estudos universitários, já trabalham e permanecem na casa dos pais. “Em investigação realizada anteriormente com Célia Henriques e Bernardo Jablonski, verificamos que, sobretudo nas camadas média e média-alta da população brasileira, os filhos muitas vezes adiam o casamento por não quererem baixar o padrão de vida e por não sentirem necessidade de ter seu espaço próprio, já que, na casa dos pais, usufruem da privacidade desejada”, esclarece a psicóloga.

(5) Os resultados do estudo mostram que, além de os brasileiros se casarem formalmente cada vez menos, isso está acontecendo mais tarde. Esse fato já havia sido apontado em uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2004, quando se verificou que a idade média dos homens ao se casarem aumentou de 26,9 anos em 1990 para 31,6 em 2002. No caso das mulheres, o salto, no mesmo período, foi de 23,5 para 26,3 anos.

O texto DC em questão, entre os parágrafos 3 e 5, apresenta os resultados a que chegou o estudo, além dos comentários e das explicações da psicóloga responsável.

Observa-se a escolha do papel enunciativo delocutivo, isto é, o enunciador se apaga do seu ato de enunciação e, além disso, também não implica o leitor. Essa modalização do discurso é empregada tanto no contrato acadêmico-científico quanto no midiático, e justifica-se pela busca da objetividade.

Esse apagamento do ponto de vista do enunciador se manifesta por meio de algumas escolhas lingüísticas, como é possível observar na utilização do discurso relatado. O discurso relatado possibilita ao enunciador referir-se o mais fielmente possível às emissões orais ou escritas do locutor de origem, pois, além de as citações representarem uma fonte de verdade, mantêm o enunciador distante, caracterizando ainda mais a modalidade delocutiva. Para Charaudeau (2006 p. 172)) o modo de citação, seja direto ou integrado, é suscetível de produzir determinados efeitos. Enquanto a “citação direta tende a um efeito de objetivação da informação, o modo de citação integrada tende a um efeito de desidentificação do locutor de origem, na medida em que a palavra não lhe é conferida de maneira autônoma.”

É possível observar esse apagamento nas citações das quais o enunciador se vale ora para comentar, ora para explicar dados ou resultados da pesquisa apresentada pelo texto DC. É o que pode ser observado no seguinte trecho:

Os dados mostram o quanto o fato de os pais não enfrentarem seus conflitos conjugais interfere no processo de identificação e diferenciação dos filhos e, conseqüentemente, na possibilidade de laborarem projetos de vida mais autônomos, (*conclui Feres-Carneiro*).

O uso do verbo *conclui* no segmento agrega ao dito relatado um efeito de saber por ser atribuído ao locutor de origem, que está em posição de autoridade pelo saber.

O mesmo pode ser observado no seguinte trecho:

Em investigação realizada anteriormente com Célia Henriques e Bernardo Jablonski, verificamos que, sobretudo nas camadas média e média-alta da população brasileira, os filhos muitas vezes adiam o casamento por não quererem baixar o padrão de vida e por não sentirem necessidade de ter seu espaço próprio, já que, na casa dos pais, usufruem da privacidade desejada (*esclarece a psicóloga*).

O enunciador traz a voz da psicóloga, numa situação direta, para justificar o comportamento dos jovens que permanecem na casa dos pais mesmo depois de terminarem os estudos e trabalharem. Por meio do uso do verbo *esclarece*, o enunciador confere ao dito relatado um efeito de saber, atribuindo-o a uma especialista, que está em posição de autoridade pelo saber.

Na seqüência desse segmento, tem-se o 5º parágrafo, informando que a decisão dos jovens de se casarem menos e mais tarde já havia sido constatada em pesquisa anterior, em 2004, pelo IBGE. Ao trazer os resultados de pesquisa anterior, o enunciador produz uma

prova de posicionamento e engajamento, uma vez que os resultados anteriores contribuem para o entendimento dos atuais.

Cabe retomar aqui a presença do papel enunciativo delocutivo, pois a comprovação com base em pesquisas anteriores demonstra a busca pela objetividade. O modo de organização descritivo fica evidente na descrição dos resultados da pesquisa anterior: “[...] quando se verificou que a idade média dos homens ao se casarem aumentou de 26,9 anos em 1990 para 31,6 em 2002. No caso das mulheres, o salto, no mesmo período, foi de 23,5 para 26,3 anos”.

No segmento como um todo, observam-se algumas escolhas significativas no nível lingüístico, que contribuem para fazer cumprir o objetivo da seção *Resultados*. Essa seção inicia-se por *A maioria dos jovens de ambos os sexos – mesmo os que classificaram o casamento dos pais como muito satisfatório – não citou espontaneamente o casamento em seus planos para o futuro*. Nesse trecho, o termo destacado é um operador argumentativo que equivale a “até mesmo”, marcando o enunciado como forte argumento para o fato de que o casamento não está nos planos dos jovens. Esse marcador é argumentativo porque poderíamos pensar que jovens de pais com casamento muito satisfatório poderiam querer a mesma situação para si; por isso a ênfase no fato inesperado.

Ainda se observa a recorrência do operador *já* em [...] *formada por pessoas que já concluíram os estudos universitários, já trabalham e permanecem na casa dos pais*, numa busca por ressaltar um fato acontecido no passado. Não se espera que, após a conclusão dos estudos e a colocação no mercado de trabalho, o jovem ainda permaneça na casa dos pais.

Há, por fim, no 5º parágrafo, a presença de pronomes que, a certa distância, permitem repetir a frase anterior, como se pode observar em *Os resultados do estudo mostram que, além de os brasileiros se casarem formalmente cada vez menos, isso está acontecendo mais tarde*. O relativo *isso*, nesse caso, refere-se ao fato de os brasileiros se casarem formalmente cada vez menos. Isso também pode ser observado em *Esse fato já havia sido apontado em uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [...]*. A substituição lexical *esse fato* refere-se a um antecedente, garantindo a continuidade temática.

A partir dos resultados do estudo e de suas discussões, o enunciador encaminha suas considerações para a *Conclusão*, como se apresenta a seguir.

CONCLUSÃO –

(6) Segundo Feres-Carneiro, os jovens se recusam a seguir o padrão de vida dos pais – no caso, o do casamento –, mesmo considerando a união deles muito satisfatória. Há uma busca por modos de vida autônomos, por traçar caminhos próprios. “Mesmo quando os jovens

incluiram o casamento em seus planos, afirmaram desejar construir projetos bem distintos das percepções que tiveram da união de seus pais, inclusive quando esta foi avaliada como muito satisfatória”, acrescenta.

(7) Mas a pesquisadora ressalta que nem sempre os jovens conseguem manter os planos de seguir caminhos opostos aos dos pais, pois estes ainda desempenham um papel muito importante como modelos de identificação. “Muitas vezes, os filhos afirmam querer fazer o contrário do que os pais fizeram, mas acabam repetindo as histórias familiares”, conclui.

Conforme orientações para redação de artigo científico, a conclusão busca ir do específico para o geral, assim como se observa nos dois parágrafos que compõem este segmento. Nesse trecho, o enunciador traz a fala da pesquisadora, que contempla sua própria visão sobre o assunto, como se verifica no discurso relatado que finda o 7º parágrafo: *Muitas vezes, os filhos afirmam querer fazer o contrário do que os pais fizeram, mas acabam repetindo as histórias familiares, **conclui**.*

Mais uma vez o afastamento do enunciador, numa busca pela objetividade pretendida pelo discurso científico, pode ser observado por meio do uso de citação direta, conferindo credibilidade ao dito. É o que pode ser visto na citação: *Mesmo quando os jovens incluíram o casamento em seus planos, afirmaram desejar construir projetos bem distintos das percepções que tiveram da união de seus pais, inclusive quando esta foi avaliada como muito satisfatório, **acrescenta**.* O uso dos verbos *dicendi* grifados, *conclui* e *acrescenta*, expressa a atitude de crença do enunciador em relação ao dito da psicóloga, o que produz, mais uma vez, um efeito de engajamento.

No nível lingüístico, observa-se que o enunciador, no caso a jornalista, ao servir de intermediário entre o cientista e o leitor, faz escolhas lexicais próximas do vocabulário coloquial, comum no cotidiano do leitor. Observam-se essas escolhas, por exemplo, em *casamento, conflitos conjugais, projetos de vida mais autônomos e união*. Contribui para isso o fato de o texto veicular uma informação científica de um tema pertinente às ciências sociais.

A substituição vocabular está presente no texto para assegurar a continuidade textual e a renovação semântica, como se observa nas escolhas dos termos *jovens/filhos/pessoas/brasileiros/homens/mulheres*, ou ainda em *planos conjugais/casamento/união*. Outro fator que também assegura a relação de sentido, no 1º parágrafo do texto, é a elipse, observada no texto onde se lê *No convívio com jovens, principalmente das classes média e alta, pode-se notar que a maioria deles vem colocando os planos profissionais na frente dos * conjugais*, pois o asterisco representa a falta do termo

planos. Nesse caso, o uso da elipse evitou a repetição, sem, contudo, comprometer o entendimento do parágrafo, já que ele pôde ser resgatado no decorrer da leitura.

Ao analisar o texto sob a perspectiva de sua composição, observa-se, na versão original (em anexo), a ilustração referente ao artigo, formada por foto e legenda. A foto apresenta duas alianças, o que a relaciona com o tema do texto, já que ele trata do casamento entre jovens. A legenda – *A vontade de seguir caminhos opostos aos dos pais faz com que os jovens excluam o casamento de seus planos para o futuro* – auxilia na relação da foto com o tema abordado, além de também antecipar resultados. A ilustração (foto e legenda), o título, o subtítulo e os próprios resultados obtidos, semelhantemente ao que se observa na notícia, são elementos comuns em alguns textos do contrato midiático.

Ao término da terceira análise, reconhece-se a importância efetiva do nível situacional para a realização de certas escolhas lingüístico-discursivas. Esse entendimento contribui, em parte, para a competência de linguagem, assim como o reconhecimento da intersecção dos contratos midiático e acadêmico-científico no texto DC.

4.4 ANÁLISE DO TEXTO 4

A seguir inicia-se a análise do último texto do *corpus*, intitulado *É dos barbudos que elas gostam menos*, nos níveis de competência de linguagem propostos por Charaudeau: situacional, discursivo e semiolingüístico. Esse texto foi veiculado na Ciência Hoje on-line (<<http://cienciahoje.uol.com.br/4240>>) e acessado em julho de 2007. O texto original, assim como os demais, encontra-se em anexo.

Iniciando-se a análise pelo nível situacional, apresentam-se a identidade dos protagonistas, a finalidade do ato de comunicação, o tema e as circunstâncias materiais. São parceiros da comunicação o jornalista Mário Cesar Filho e o leitor da revista Ciência Hoje on-line. O jornalista escreve para a revista Ciência Hoje on-line como um intermediário entre o cientista e o leitor da revista, com a tarefa de tornar a linguagem científica facilitada, de acesso ao público em geral. O leitor, por sua vez, é alguém que acessa a página por já ter algum conhecimento prévio do conteúdo da revista.

Os parceiros, jornalista e leitor, não estão presentes fisicamente, portanto a situação é monolocutiva¹⁷, o que possibilitou ao jornalista Mário César Filho organizar seu texto de forma progressiva e constante.

¹⁷ Para Charaudeau (2006), na situação monolocutiva, os leitores, por não estarem presentes fisicamente, não podem interagir de imediato.

Publicado pela revista *Ciência Hoje* on-line em 1º de março de 2006, este artigo DC cumpre com a *finalidade* do fazer-saber, divulgando os resultados de uma pesquisa sobre o impacto negativo causado pelo uso da barba. O caráter de novidade do estudo e, conseqüentemente, da própria notícia divulgativa, está no fato de que é atual a rejeição do uso da barba, pois entre as décadas de 60 e 80, segundo o estudo, esse uso era considerado pelas mulheres um atrativo, símbolo de virilidade.

Por se tratar de um texto que traz resultados de um estudo sobre a impressão negativa que a barba pode causar tanto entre mulheres quanto em ambientes de trabalho, pode-se dizer que o tema se caracteriza por ser pertinente e de relevância social. Essa relevância se reveste de maior importância no âmbito das relações de trabalho, tanto que, a partir do intertítulo, o enunciador encaminha o texto para um resultado específico que aborda a avaliação por que passam homens com ou sem barba, nos setores de recursos humanos, como será demonstrado ao longo da análise.

A partir das características do nível situacional, o enunciador faz escolhas estratégicas que compreendem os níveis discursivo e semiolingüístico.

Seguem a segmentação do texto de acordo com a organização do texto acadêmico-científico e a análise.

TÍTULO – *É dos barbudos que elas gostam menos*

RESUMO – Estudo revela impressão negativa que homens com barba podem causar em entrevista de emprego

INTRODUÇÃO –

(1) Se entre as décadas de 1960 e 1980 a barba era considerada um atrativo pelas mulheres, um símbolo de virilidade, hoje ela passou ser rejeitada não só entre o público feminino, mas também nas relações entre homens, principalmente em ambientes de trabalho. Esta é a conclusão de uma dissertação de mestrado defendida recentemente no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP).

(2) O objetivo do trabalho era avaliar se o uso de barba é capaz de gerar impacto à primeira vista. Para isso, o psicólogo Altay Alves de Souza realizou testes com públicos diferentes: jovens universitários e profissionais de recursos humanos, responsáveis por contratação de empregados para empresas de grande porte.

O título *É dos barbudos que elas gostam menos* remete ao refrão da música carnavalesca que diz *É dos carecas que elas gostam mais*; portanto, ele cumpre com a visada de captação, ou seja, de fazer-sentir, mobilizando a afetividade e desencadeando, assim, o

interesse do leitor pela notícia. Já o subtítulo *Estudo revela impressão negativa que homens com barba podem causar em entrevista de emprego* corresponde ao *resumo*, dada a sua função resumitiva, pois revela o principal resultado encontrado na pesquisa divulgada, estabelecendo o contexto ao leitor, embora de forma resumida. Título e subtítulo compreendem a primeira unidade básica da notícia, pois apresentam o fato e a informação principal. É o que no contrato acadêmico-científico corresponde ao *Resumo*.

A *Introdução*, seção própria do artigo científico, tem como principal característica servir de orientação para os leitores. É na introdução que encontramos elementos fundamentais ao entendimento do texto, a saber, **a contextualização do assunto a ser tratado** – *Se entre as décadas de 1960 e 1980, a barba era considerada um atrativo pelas mulheres, um símbolo de virilidade, [...]; a conclusão a que foi possível chegar com o estudo* – *[...] hoje ela passou a ser rejeitada não só entre o público feminino, mas também nas relações entre homens, principalmente em ambientes de trabalho [...]; o objetivo do estudo* – *O objetivo do trabalho era avaliar se o uso da barba é capaz de gerar impacto à primeira vista [...]; o nome do cientista responsável* – *[...] o psicólogo Altay Alves do Souza; breves considerações sobre a metodologia utilizada* – *[...] realizou testes com públicos diferentes [...]*. Dada a característica descritiva do texto DC, observa-se, neste segmento, o modo de organização descritivo.

Também é possível observar, sob a perspectiva midiática, que esses elementos apresentados anteriormente correspondem ao *lead*, estratégia que atende à expectativa da mídia de que o leitor deseja ser informado rapidamente, sem precisar ler o texto na íntegra, das circunstâncias em que o fato ocorreu. Assim, os elementos grifados no parágrafo anterior correspondem às possíveis perguntas do leitor *o quê?*, *onde?*, *como?* e *quando?*, presentes na unidade denominada *lead*.

Para dar conta das características dos contratos estabelecidos nesta situação de comunicação, o enunciador constrói, no nível discursivo, um papel enunciativo delocutivo, dada a busca pela objetividade dos contratos envolvidos. Isso se observa ao bngo do texto, como em *Esta é a conclusão de uma dissertação de mestrado defendida recentemente no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)*.

O uso do léxico é uma escolha no nível semiolingüístico. O enunciador faz suas escolhas observando a familiaridade que o destinatário possa ter com elas, já que se trata de um texto DC cujo tema é comum ao cotidiano das pessoas, como se pode observar quando se lê *barba*, *virilidade*, *bigode* etc.

No nível lingüístico, observam-se certas escolhas do enunciador, como em [...] *não só entre o público feminino, mas também nas relações entre homens [...]*, em que *não só* e *mas também* funcionam como operadores, estabelecendo a soma de pontos comuns a favor de uma mesma conclusão, ou seja, a rejeição à barba se dá tanto pelo público feminino quanto pelo masculino.

O modo de organização descritivo se faz presente, num procedimento discursivo para localizar/situar ou qualificar, o que se observa quando se lê *Esta é a conclusão de uma dissertação de mestrado defendida recentemente no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). [...] Para isso, o psicólogo Altay Alves de Souza realizou testes [...]*. Esse fragmento traz fatores que influenciam na credibilidade ao produzirem efeito de verdade, como o nome da instituição na qual se desenvolveu a pesquisa.

Após apresentar os elementos da introdução, o enunciador parte para a apresentação da *Metodologia* aplicada:

MÉTODO –

(3) Um dos experimentos **envolveu** a participação individual de 116 estudantes (68 homens e 38 mulheres), entre 17 e 31 anos. Eles **tinham que avaliar** uma das fotos tiradas com homens de características similares, na faixa dos 30 anos, que podiam ter ou não barba, bigode e cavanhaque. Os participantes – que não conheciam o objetivo do estudo – **julgaram** 12 qualidades pessoais, entre as quais inteligência, competência, responsabilidade, posição política, atratividade, agressividade, simpatia e status social.

Esse segmento, à semelhança da seção *Metodologia* presente no artigo científico, expõe os procedimentos realizados para a execução do estudo.

Para cumprir com essa exposição, o enunciador faz uso de verbos no tempo pretérito, conforme formas grifadas no segmento. Essa escolha por verbos no passado se dá pela necessidade de relatar os procedimentos aos quais se recorreu em busca dos resultados.

Além disso, foi necessário que houvesse um detalhamento que delimitasse as pessoas envolvidas, o que é possível observar em *Os participantes – que não conheciam o objetivo do estudo – julgaram 12 qualidades pessoais [...]*. Na forma apositiva em destaque, tem-se a informação de que os participantes não conheciam o objetivo do estudo, o que pode garantir em que medida esse sigilo pode ter influenciado os resultados.

Há ainda evidências, nesta seção, da preocupação do enunciador em manter a unidade e a progressão temática do texto, ao fazer uso de termos referenciais como *estudantes/participantes*, por exemplo.

Os parágrafos que seguem compõem a seção *Resultados e Discussão*, semelhantemente ao que se observa no artigo acadêmico-científico. Essa seção, ao mesmo tempo, assemelha-se ao que ocorre nos textos do contrato midiático, já que dá continuidade à notícia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO –

(4) Para os participantes de ambos os sexos, os modelos de barba e bigode pareceram mais velhos que os homens sem barba. Porém, essa impressão pode não estar ligada à quantidade de pêlo facial, pois os homens com cavanhaque foram considerados mais jovens do que aqueles de bigode, por exemplo. Os barbudos foram ainda considerados os mais responsáveis, ao lado dos de bigode, em comparação com os de cavanhaque, e mais cultos em relação a ambos.

(5) No entanto, a avaliação dos barbudos foi menos satisfatória no quesito atratividade. “De fato, 83% das estudantes universitárias demonstraram sua preferência por homens sem barba ou só com bigode”, afirma Souza em seu estudo. “Esperávamos que homens de barba – um atributo físico associado com masculinidade, maturidade, dominância e status – fossem avaliados como mais atraentes pelas mulheres, o que não ocorreu”. Para elas, as faces mais atraentes eram as intermediárias, nem excessivamente maduras, nem excessivamente infantis.

(6) Segundo o psicólogo, os resultados indicam que a barba pode ter evoluído como um sinal de dominância através de seleção intra-sexual – competição entre machos por dominância e recursos – e não seleção intersexual – a escolha preferencial exercida pelas fêmeas.

Símbolo de rebeldia

(7) Em outro experimento, Souza também apresentou fotos de homens com e sem barba, cavanhaque e bigode para dezenove profissionais da área de recursos humanos, entre 30 e 62 anos, responsáveis pela contratação em grandes empresas de São Paulo. Os participantes tiveram que apontar, entre os modelos, qual seria o melhor empregado, colega de trabalho e chefe, além do mais organizado e criativo.

(8) O psicólogo verificou que, em 60% dos casos, os homens sem barba, bigode ou cavanhaque tiveram a avaliação mais positiva. “Os empregadores associam a barba a atitudes não conformistas”, **ressalta** Souza em seu estudo. “Numa seleção como essa, homens que apresentam sinais claros de disposição para se adequar às regras podem ser preferidos pelos empregadores. Estudos como este podem ajudar profissionais de recursos humanos a se desvincularem das primeiras impressões e darem atenção aos aspectos mais relevantes do futuro empregado.”

Nesse segmento, percebe-se que os resultados do estudo são apresentados pelo enunciador, que traz a voz de especialistas para comentá-los, como acontece na exposição dos resultados no artigo científico. Observa-se, no 4º parágrafo, recorrência de articuladores que estabelecem uma relação de comparação: [...] *os modelos de barba e bigode pareceram **mais velhos que os homens sem barba**; [...] os homens com cavanhaque foram considerados **mais jovens do que aqueles de bigode, por exemplo [...]**; Os barbudos foram ainda considerados **os mais responsáveis, ao lado dos de bigode, em comparação com os de cavanhaque, e mais cultos em relação a ambos***. A escolha desses articuladores se dá no nível lingüístico e orienta a apresentação dos resultados, uma vez que o objetivo era realizar um julgamento de qualidades pessoais variadas. O efeito causado pelo uso desses articuladores está em qualificar pela comparação.

Para comentar os resultados, atribuindo ao comentário credibilidade, o enunciador traz a voz do psicólogo Altay Alves de Souza, responsável pelo estudo, como em: ***De fato**, 83% das estudantes universitárias demonstraram sua preferência por homens sem barba ou só com bigode, afirma Souza em seu estudo. Esperávamos que homens de barba – um atributo físico associado com masculinidade, maturidade, dominância e status – fossem avaliados como mais atraentes pelas mulheres, o que não ocorre*. O discurso relatado aqui funciona como um discurso de prova de autenticidade, além de garantir ao enunciador um distanciamento do dito. Atente-se ainda para o termo grifado nesse fragmento, *de fato*. A escolha pelo uso dessa marca se justifica por uma expressão de concordância do dito de origem com as evidências que o estudo trouxe: a preferência da maioria das mulheres entrevistadas por homens sem barba. O dito de origem analisado vem precedido de *No entanto, a avaliação dos barbudos foi menos satisfatória no quesito atratividade*, cujo termo grifado anuncia que, no quesito atratividade, a avaliação trouxe resultados diferentes daqueles trazidos para jovialidade e responsabilidade.

O enunciador, no parágrafo seguinte, o 6º, continua com o comentário, desta vez trazendo a voz do especialista numa citação indireta, integrando o dito do especialista com o seu próprio, num engajamento: ***Segundo** o psicólogo, os resultados indicam que a barba pode ter evoluído como um sinal de dominância [...]*. Ao relatar, o enunciador produz estrategicamente um discurso de prova, atribuindo a responsabilidade ao especialista. Ainda nesse trecho, observa-se a escolha do enunciador por usar a expressão *pode ter*, numa modalização pelo possível, característica do fazer científico, para o qual os resultados são sempre provisórios.

Na seqüência do segmento, antes do parágrafo seguinte, o enunciador utiliza um intertítulo, procedimento que desloca o foco do tema, com finalidades valorativas atribuídas pelo enunciador. O intertítulo *Símbolo de rebeldia* delimita os três últimos parágrafos e marca os resultados de um experimento sobre o impacto que o uso da barba causa em profissionais da área de recursos humanos. Por meio dele, o enunciador dá mais destaque aos resultados apresentados nos últimos parágrafos. Isso indica que essa parte do texto trata de resultados a serem adicionados aos outros, algo que fica claro no início do parágrafo 7: *Em outro experimento, Souza também apresentou fotos de homens com ou sem barba [...]*. O parágrafo 8, embora traga resultados e discussões desse novo experimento, apresenta uma função que, normalmente, pertence à conclusão, pois anuncia a importância do estudo para o futuro. É o que pode ser visto dentro da opinião do psicólogo: *Estudos como este podem ajudar profissionais de recursos humanos a se desvincularem das primeiras impressões e darem atenção aos aspectos mais relevantes do futuro empregado.*

Após todas as considerações tecidas sobre os resultados encontrados, o texto é encerrado com a apresentação da *Conclusão*, como a seguir.

CONCLUSÃO –

(9) Símbolo de rejeição às normas vigentes, principalmente nos períodos de repressão, a barba foi usada por muitos jovens da época, inclusive ícones de esquerda como Fidel Castro, Che Guevara e Lula. “A barba pode representar uma estratégia escolhida por esses líderes políticos para reforçar suas mensagens.” Essa orientação política se verificou também nos experimentos de Souza: “a posição política dos modelos com barba foi considerada mais de esquerda em comparação com os de face limpa”.

Considerando-se as orientações de Feltrim e seus colaboradores (2000), é possível observar que este segmento corresponde à *Conclusão* do texto acadêmico-científico, pois há retomada de aspectos da introdução. Assim como na introdução, em que o enunciador contextualiza o uso da barba traçando uma comparação entre o uso nas décadas de 1960-1980 e o uso atual, na conclusão, o enunciador retoma a comparação apresentando mais uma simbologia do uso naquele período: rejeição às normas vigentes e opção de alguns ícones de esquerda.

Nessa retomada, o enunciador apresenta mais uma discussão referente a um resultado alcançado no estudo divulgado, no que diz respeito à posição política: embora muito tempo já tenha se passado dos períodos de repressão, a posição política de quem usa barba ainda

representa um posicionamento de esquerda. Observa-se o uso do articulador *também*, produzindo um efeito de adição, já que essa comparação final se soma àquelas já apresentadas nos *Resultados*.

No que diz respeito ao relato do dito do especialista, nesse segmento o enunciador, apesar de usar o discurso direto, não faz o uso do verbo *dicendi*, o que pode revelar que ele não vê necessidade em guiar o leitor, em relação tanto a sua autoria quanto a seu grau de engajamento.

Além dos elementos próprios do contrato midiático já abordados, como o título, o subtítulo e o intertítulo, o texto em análise apresenta uma ilustração. Essa ilustração é composta de quatro fotos de rostos masculinos e da seguinte legenda: *Os participantes do estudo tiveram que avaliar fotos de homens com e sem barba, bigode e cavanhaque*. Essa legenda relaciona a foto ao tema, sobretudo ao desdobramento que o tema apresenta a partir do intertítulo.

Todas as marcas analisadas reiteram que certas escolhas determinadas pelo nível situacional contribuem, em parte, para a competência de linguagem, assim como o reconhecimento dos contratos acadêmico-científico e midiático.

4.5 BREVE CONCLUSÃO DAS ANÁLISES

Concluídas as análises dos artigos DC do *corpus*, fazem-se necessárias algumas considerações acerca das escolhas determinadas pelo nível situacional, no espaço do fazer. Observou-se que a identificação, não só dos parceiros, mas também de todo o contrato de comunicação, influencia o espaço do dizer, o que implica escolhas lingüístico-discursivas, a saber, nos níveis discursivo e semiolingüístico.

Cada um dos textos analisados se encontra na intersecção dos contratos acadêmico-científico e midiático, como se viu ao longo das análises. Em conformidade com o contrato acadêmico-científico, os artigos DC midiáticos analisados apresentam a estrutura do artigo científico, sendo possível, em cada um deles, constatar as unidades dessa estrutura:

- a. **Resumo:** os subtítulos corresponderam ao resumo. Nessa parte do texto, há uma breve contextualização do tema e, ao mesmo tempo, a apresentação do principal resultado alcançado;
- b. **Introdução:** observou-se essa unidade nos parágrafos iniciais, antes da exposição do método utilizado. Nesse segmento dos textos, foi possível constatar que os enunciadores buscam situar o leitor no contexto do estudo, ativando conhecimentos

- preexistentes sobre o tema em questão. Também dão informações sobre as instituições de pesquisa e os sujeitos envolvidos, o que contribui para o efeito da credibilidade;
- c. Materiais e métodos: nessa unidade, os textos apresentam uma seqüência de procedimentos metodológicos, além da retomada dos objetivos principais. Alguns artigos analisados realizam a descrição dos materiais utilizados, como também informam sobre questionários aplicados;
 - d. Resultados e discussão: todos os textos analisados apresentam resultados aos quais chegaram as pesquisas divulgadas. Os enunciadores, evidenciando sua objetividade, convocam os especialistas envolvidos em cada estudo para discutirem esses resultados apresentados;
 - e. Conclusão: nessa etapa, os enunciadores apresentam uma articulação entre os resultados da pesquisa e os elementos presentes na introdução, e, em alguns dos textos analisados, há recomendações para pesquisas futuras, o que evidencia o caráter sempre provisório da ciência.

Ao mesmo tempo em que os textos analisados apresentam a estrutura relacionada ao texto acadêmico-científico, também mantêm correspondência com o contrato midiático. Em todos eles, os enunciadores apresentam a informação seguindo as unidades básicas da notícia:

- a. unidade 1: os enunciadores apresentam a informação principal por meio do título, completando-a com o subtítulo;
- b. unidade 2: os enunciadores apresentam os detalhes relevantes ao entendimento do texto por meio do *lead*, que possibilita ao leitor respostas para possíveis questionamentos como *o quê?*, *quem?*, *quando* e *onde?*. Dos quatro textos analisados, dois deles apresentam intertítulo, buscando direcionar o texto ao aspecto considerado mais relevante pelo enunciador;
- c. unidade 3: os textos analisados apresentam foto e legenda, e é possível observar a importância dessa unidade para a complementação do entendimento do texto.

Nos textos DC analisados, foi possível evidenciar a objetividade do enunciador, requerida tanto pela ciência quanto pela mídia. Há preocupação, por parte do enunciador, em organizar o texto de forma sistematizada e verificável. Os enunciadores citam os discursos dos especialistas numa busca pelo efeito de prova de autenticidade, responsabilidade e verdade.

Os enunciadores constroem seus discursos em função de suas identidades e da dos possíveis leitores, conforme o contrato em questão: jornalistas em posição de informar uma notícia científica e leitores que acessam a Ciência Hoje on-line com prévio interesse. O fim

discursivo em todos os textos analisados é o de informar resultados de estudos científicos. No que diz respeito ao tema, os textos trazem assuntos que circulam no meio social, porém os abordam sob o viés científico, já que se trata de artigos DC midiáticos cujo objetivo é fazer-saber os resultados de pesquisa acadêmica. Verificou-se que os enunciadores organizam os textos de acordo com o modo de organização descritivo para informar quem são os responsáveis pela pesquisa, qual é a sua qualificação e quais foram os procedimentos empregados. A presença de alguns operadores argumentativos na construção dos textos aponta também a presença do modo de organização argumentativo.

As marcas de discurso direto e indireto, próprias tanto do contrato midiático quanto do acadêmico, fazem-se presentes nos textos analisados. Elas apresentam relatos de origem e, por meio dos verbos de elocução, evidenciam o grau de engajamento do enunciador em relação ao dito do pesquisador.

Cabe ressaltar que as escolhas realizadas pelo enunciador e observadas durante as análises, sobretudo as destacadas anteriormente, levam a se reiterar a complexidade do que está em jogo na produção e na leitura de textos DC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão geral a que se chega com este estudo é a de que há muitos fatores a serem considerados quando o assunto é leitura de artigos DC. Esses fatores correspondem a competências lingüístico-discursivas que são necessárias ao produtor e ao leitor dos textos.

No caso específico dos artigos DC que compõem o *corpus* desta dissertação, sua leitura implica posicionamento estratégico por parte do leitor, que precisa reconhecer várias operações languageiras, muito além de simplesmente dominar um vocabulário de termos científicos.

Observou-se que os textos de estudo estão inseridos num contrato específico de comunicação em que a identidade dos protagonistas – jornalista e leitores –, o fim discursivo – fazer saber uma pesquisa científica –, o tema – pesquisas acadêmicas de interesse social – e a situação monolocutiva são elementos determinantes das estratégias discursivas escolhidas pelo enunciador. Com base nisso, entende-se que, ao se enunciarem, os jornalistas atribuem aos possíveis leitores aptidão para compreenderem a informação. O leitor, por sua vez, ao acessar a Ciência Hoje on-line, sente-se em condições de reconhecer certas marcas que acabam por caracterizar o artigo DC. Isso significa dizer que o reconhecimento recíproco da situação é necessário para que o ato de comunicação seja possível.

Sendo assim, não é possível pensar que alguém que não tem prévio conhecimento das marcas constitutivas de determinados gêneros textuais possa ser um leitor competente desses mesmos gêneros, ainda que domine certo número de palavras do vocabulário básico científico. A partir dessas considerações é possível pensar num redimensionamento do conceito de alfabetização científica proposto por Miller (*apud* SABBATINI, 2007).

Para que ocorra intercompreensão, é necessário que também haja, entre enunciadores e leitores, alguns saberes compartilhados somados ao sentido lingüístico do enunciado. No caso dos textos DC midiáticos, tanto na manipulação quanto no reconhecimento das estratégias discursivas, os interlocutores precisam compartilhar alguns conhecimentos sobre o fazer científico; um desses conhecimentos é o método, que, de um modo geral, está presente em todos os âmbitos da experiência humana, mas, no caso específico da ciência, apresenta etapas bem definidas que auxiliam o pesquisador a explicar a realidade pelo uso da razão e da experimentação.

Para produzir um texto DC midiático, seguindo as orientações do artigo científico, é necessário ao enunciador um conhecimento prévio acerca do fazer científico. Esse conhecimento prévio compreende o reconhecimento do conjunto de procedimentos já aceitos

e validados pelos cientistas. Os estudos apresentados nos textos analisados neste trabalho tratavam de uma investigação da realidade e traziam, inicialmente, problemas que pediam uma explicação a partir de pesquisas anteriores ou do senso comum estabelecido. Da mesma forma, o entendimento do caráter sempre provisório da ciência possibilitou ao enunciador dos textos DC analisados a sugestão de novas investigações. O leitor, por sua vez, para ler o texto DC midiático com competência, vai, da mesma forma que o enunciador, acionar conhecimentos prévios que possam dar sustentação ao entendimento do fazer científico. Com essa prática, é possível compreender minimamente como a ciência funciona e influencia o cotidiano.

O texto é resultado de uma encenação, e a leitura, reitera-se, é um processo estratégico. Para que o aluno, ao ler um texto DC, reconheça as escolhas estratégicas do enunciador, é preciso que o professor de Língua Portuguesa perceba o importante papel que desempenha na alfabetização científica. Cabe a ele trabalhar com o desenvolvimento da competência de linguagem dos alunos para a produção e a leitura de textos. Muitos professores, porém, na dúvida de como a orientação dos PCNs pode ser colocada em prática, evitam apresentar uma diversidade de textos aos alunos, o que em nada contribui para a leitura e a produção de textos diversos. Isso sem falar no próprio despreparo desses professores com relação à complexidade que a produção e a leitura de diferentes gêneros textuais envolvem. É o que ressalta Nigro (2007, p.63), quando diz que

O conceito de leitura como processo estratégico implica que o significado de um texto não está apenas na palavra escrita. Ler estrategicamente quer dizer que o leitor, no ato da leitura, procura inferir o significado a partir do texto, integrando informação textual com conhecimento preexistente. Surge daí, a interpretação de texto. Isso está de acordo com a idéia de que textos de ciência devem ser ativamente interpretados por **quem os lê** [grifo do autor].

No caso específico deste estudo, alguém que já estivesse em contato com gêneros textuais próprios dos contratos acadêmico-científico e midiático, durante sua trajetória escolar, poderia mais facilmente reconhecer um artigo de divulgação científica como um discurso que está na intersecção dos dois contratos. Esse fato também ajudaria a alterar os resultados de pesquisas que tratam do interesse por ciência.

Com base nas análises trazidas neste estudo, é possível tecer ainda algumas observações para os professores, com vistas ao aperfeiçoamento das aulas de Língua Portuguesa. Essas observações vêm ao encontro das orientações dos PCNs para o ensino da língua materna. Sugere-se aos professores que, no trabalho com os textos DC:

a) partam de uma situação concreta de comunicação em que a leitura de textos considere os domínios que os cercam, a identidade dos parceiros e a finalidade da comunicação. A produção desses textos deve ser adequada ao contrato de comunicação. Segundo orientam os PCNs de Língua Portuguesa, no que diz respeito às habilidades para investigação e compreensão, o aluno deverá ser capaz de “analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/ contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção, recepção” (BRASIL, 1999, p. 47).

b) proponham um ensino de Língua Portuguesa que leve em consideração a situação de comunicação, partindo do princípio de que

Toda e qualquer análise gramatical, estilística, textual deve considerar a dimensão dialógica da linguagem como ponto de partida. O contexto, os interlocutores, gêneros discursivos, recursos utilizados pelos interlocutores para firmar o dito/escrito, os significados sociais, a função social, os valores e o ponto de vista determinam formas de dizer/escrever. [...], as relações de autoridade, o dialogismo entre textos e o diálogo fazem o cenário no qual a língua assume o papel principal (BRASIL, 1999, p. 44).

c) proponham atividades que relacionem língua e discurso para expressar uma intenção de comunicação, pois, segundo postula Charaudeau (2001),

A construção de sentido mediante qualquer ato de linguagem, procede de um *sujeito* que se dirige a outro sujeito, dentro de uma *situação de intercâmbio* específica, que sobredetermina parcialmente a escolha de *recursos de linguagem* que pode usar (CHARAUDEAU, 2001, p.13).

Ao desempenhar papel relevante na alfabetização científica, o professor de Língua Portuguesa participa de um domínio interdisciplinar de ensino, no qual se evidencia a necessidade de expressão numa situação específica de comunicação. Nesse processo, cabe ao professor a responsabilidade de ensinar conhecimentos específicos da disciplina de Língua Portuguesa, ou seja, de desenvolver no aluno a competência para reconhecer e manipular estratégias discursivas decorrentes dos diferentes contextos.

O presente estudo tem a pretensão de contribuir para futuras pesquisas e discussões acerca do reconhecimento de estratégias discursivas para a produção e a leitura de artigos DC e de propor possibilidades que contribuam para o cumprimento das orientações dos PCNs tanto para o ensino da Língua Portuguesa, quanto para o que diz respeito a uma perspectiva inter e transdisciplinar.

Investigações futuras podem complementar as conclusões aqui apresentadas. Por exemplo, é possível uma investigação das estratégias para a leitura de artigos DC para crianças. Essa investigação seria relevante dada a observação de Jorge Werthein, ex-representante da UNESCO no Brasil, no jornal O Estado de São Paulo, em 11 de junho de 2007: “O país tem uma péssima tradição em só começar a tratar de ciência nos últimos anos do ensino fundamental. Mas já é com os pequenos que esses preconceitos têm de ser trabalhados”.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. *Eléments de linguistique textuelle: théorie et pratique de l'analyse textuelle*. Liège: Mardaga, 1990
- ALVES, Fernanda. *Família influencia fumo na adolescência*. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/4240>> Acesso em: 30 de jul. 2007.
- AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas: Unicamp, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC, 1999.
- BURKETT, Warren. *Jornalismo científico: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- CÉSAR FILHO, Mário. *É dos barbudos que elas gostam menos*. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/4240>> Acesso em: 1º mar. 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. De La competencia social de comunicacion a las competencias discursivas. *Revista latinoamericana de estudios del discurso*, Caracas, p. 7-22, 2001.
- _____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- _____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/ FALE/ UFMG, 2001.
- _____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I.L.; MELLO, R. de.(orgs.) *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CORACINI, Maria José. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da Ciência*. Campinas: Pontes, 2007.
- ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário*. São Paulo: Ática, 2002.

FELTRIM, V.D., ALUÍSIO, S.M.; NUNES, M.G.V. Uma revisão bibliográfica sobre a estruturação de textos científicos em Português. *Série de Relatórios do NILC*. NILC-TR-00-11, [S.l.], out. 2000.

FERNANDES, Thaís. *Um olho na rua e outro em casa*. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/3471>> Acesso em: 20 de mar. 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Falha na alfabetização científica prejudica interesse pelo assunto*. Disponível em: < <http://cbl.org.br/news.php?recid=5189>>. Acesso em: 20 jun. 2007.

GIERING, Maria Eduarda et al. *Análise e produção de textos*. 3. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1993.

GUIMARÃES, Elisa. Expressão modalizadora no discurso de divulgação científica. *Revista Educação e Linguagem*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 67-80, 2001.

KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1989.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2007.

LAGE, Nilson. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NIGRO, Rogério G. Leitura e escrita em ciências. *Ciência Hoje*. São Paulo, v. 41, n. 241, p. 61-63, set. 2007.

PERDOMO, I. C. Alfabetismo científico y educación. *Contexto educativo: Revista digital de educación y nuevas tecnologías*, ano II, n. 18. Disponível em: <<http://contexto-educativo.com.ar/2001/4/nota-01.htm>> Acesso em: 02 ago. 2007.

SABBATINI, M. *Alfabetização e cultura científica: conceitos convergentes?* Disponível em: <<http://www.jornalismocientifico.com.br/revista1artigomarcelosabbatini.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2007.

SILVA, Mirna Gurgel Carlos da. Notícia e reportagem: uma proposta de distinção. *Boletim da Abralin*, [S.l.], v. 26, n. esp., p. 619-621, 2001.

SKABA, Bárbara. *Adiando o casamento*. Disponível em <<http://cienciahoje.uol.com.br/94622>> Acesso em: 20 de jun. 2007.

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de Leitura*. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TOCHON, François Victor. *A língua como projecto didáctico*. Porto Alegre: Porto, 1995.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.

VOGT, Carlos. *A espiral da cultura científica*. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/cultura/cultura01.shtml> Acesso em: 06 out . 2007.
_____. *Cultura científica: desafios*. São Paulo: EDUSP, 2006.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica*. Campinas: Autores Associados, 2001.

ANEXOS

ANEXO A – Textos



Texto nº 1

Um olho na rua e outro em casa

Perfil do dependente químico indica envolvimento da família no consumo de drogas

Quando o assunto é dependência química, a grande preocupação geralmente está nas ruas. Mas o perfil de usuários que procuraram atendimento no Conselho Estadual Antidrogas do Rio de Janeiro (Cead), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão que oferece tratamento gratuito completo ao dependente, revela que o problema pode estar mais perto do que se imagina: na maioria dos casos, existe uma história familiar de uso de drogas.

O estudo, realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a pedido do Cead, mostra também que o álcool é a primeira droga a ser usada e a preferida dos dependentes, o que alerta para o perigo de seu consumo. A avaliação das características dos usuários, pioneira no estado do Rio de Janeiro, pode reorientar o tratamento e as

estratégias de prevenção, garantindo sua maior eficácia.

Para traçar o perfil epidemiológico dos dependentes, foram analisadas informações de prontuários de pacientes atendidos pelo Cead entre janeiro de 1999 e julho de 2004. Nesse período, o Conselho recebeu 13.352 pessoas de todo o estado, a grande maioria homens. A avaliação dos usuários foi feita com base em uma amostra de 3.672 prontuários, sendo 1.701 de mulheres (todas as atendidas no período) e 1.971 de homens (20% dos que procuraram o serviço).

O estudo revelou um fato surpreendente: 83% das mulheres e 73% dos homens disseram já existir em sua família pelo menos um consumidor de algum tipo de droga. O pai é citado em 47% das entrevistas, seguido por irmãos (38%), tios (18%) e mãe (15%). O uso pelo cônjuge aparece em 9% dos casos e é mais freqüente quando o paciente é mulher – 17,4% das que apontaram histórico familiar de uso mencionaram o cônjuge, enquanto entre os homens esse número foi de apenas 1,5%. “Esse resultado foi uma surpresa, pois pensávamos que a maior influência vinha de amigos ou companheiros”, diz o presidente do Cead, Murilo Asfora.

Segundo a coordenadora da pesquisa, a psiquiatra Ana Cristina Saad, do Programa de Estudo e Assistência ao Uso Indevido de Drogas do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, esses dados não indicam que os pais dêem a droga aos filhos, mas que o acesso é facilitado devido à maior circulação da droga em casa. “A presença da bebida e do cigarro já é suficiente para gerar um discurso contraditório, que pode ser interpretado como uma permissão ao consumo, caso não haja uma conversa franca entre pais e filhos”, acrescenta.

A epidemiologista Márcia Carvalho, da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, que ajudou na análise das informações, ressalta que não se pode dizer que o uso de drogas pela família seja a causa da dependência. “As informações do prontuário mostram que há uma associação entre esses fatos, mas seria preciso entrevistar pessoalmente os pacientes para chegar a conclusões mais específicas.”

Carvalho diz que a pesquisa indica que a dependência é uma doença familiar, que não atinge apenas quem procura ajuda. “Por isso, qualquer iniciativa de tratamento ou prevenção deve incluir toda a família”, enfatiza. Saad também destaca a necessidade de aumentar a preocupação com o ambiente familiar, lembrando que 80% dos pacientes atendidos ainda moravam com parentes. E completa: “A família não está envolvida apenas no surgimento do problema, mas também na procura pelo tratamento.”

Inimigo nº 1

O perfil do dependente químico atendido no Cead mostrou ainda que o álcool é a droga preferida e a primeira a ser consumida, às vezes simultaneamente com outras drogas. Cerca de 62% dos usuários iniciaram o consumo de drogas através do álcool, 32% começaram com maconha, 27% com cocaína e 15% com tabaco. O álcool é mais citado por pessoas de faixa etária maior; enquanto entre os menores de 21 anos a principal droga inicial é a maconha. Essa diferença, segundo a coordenadora da pesquisa, pode ser explicada pelo fato de os jovens em geral não considerarem o álcool uma droga.

O álcool também ganha na preferência dos dependentes: foi apontado em 52% dos casos. Em seguida, aparece a cocaína, com 46%. A maconha ficou em terceiro (24%) e o tabaco em quarto (9,5%). O ecstasy

foi citado em menos de 1% dos casos e a heroína e o crack não foram mencionados. “O álcool hoje é muito incentivado pela mídia e pela cultura e é negligenciado nas estratégias de prevenção”, pondera Saad.

Outro dado preocupante revelado pelo estudo refere-se à idade de início do consumo: apesar da maioria (63%) ter começado a usar drogas entre 10 e 17 anos – o que já era esperado, segundo Saad –, 9% tinham menos de 10 anos. “Foi um engano achar que a precocidade, atualmente generalizada, não fosse chegar ao universo das drogas”, comenta a psiquiatra. Ela ressalta que a iniciação precoce tem um forte impacto físico e biológico, o que facilita a dependência e o aparecimento dos efeitos negativos da droga no organismo.

Segundo a pesquisa, as pessoas atendidas no Cead em geral são maiores de 24 anos, têm baixa renda e não completaram o ensino fundamental. Além disso, mais da metade já tinha procurado tratamento anteriormente e muitos passaram inclusive por internações. A epidemiologista Márcia Carvalho explica que o perfil socioeconômico do paciente pode estar relacionado ao fato de o Cead ser um órgão público. Com relação à escolaridade, ela chama a atenção para um fato preocupante: “70% dos usuários entre 11 e 21 anos, que deveriam estar freqüentando a escola, não estudam.”

O relatório final da análise foi apresentado oficialmente ao governo estadual durante um simpósio no início de julho. Segundo o presidente do Cead, os resultados permitirão identificar falhas no serviço e orientar o tratamento, além de ajudar outras instituições fluminenses que lidam com usuários de drogas. “Antes, trabalhávamos no escuro, sem uma base científica, pois não havia no Rio de Janeiro um estudo sobre o dependente químico”, conta. Asfora adianta que a ampliação do atendimento familiar será uma das iniciativas para melhorar o serviço no Cead. O Conselho agora pretende realizar uma pesquisa mais detalhada e verificar a situação atual dos usuários.

O perfil traçado poderá direcionar não apenas o tratamento do dependente, como também as estratégias de prevenção adotadas pelo estado. “Esse pode ser o início de um estudo nacional para orientar as políticas públicas antidrogas”, sugere o presidente do Cead. Segundo as pesquisadoras, a principal iniciativa deve ser o investimento em propaganda preventiva contra o consumo de álcool. “É preciso fazer com que a sociedade enxergue o álcool como uma droga”, conclui Saad.

Thaís
Ciência Hoje/RJ

Fernandes

Texto nº 2

Família influencia fumo na adolescência

Alcoolismo e baixa escolaridade dos pais podem contribuir para o tabagismo dos filhos

Filhos de mães que fumaram durante a gravidez têm mais chances de se tornarem fumantes até a adolescência. A conclusão é de estudo realizado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no Rio Grande do Sul, que acompanhou durante alguns anos 6 mil crianças nascidas em 1982 e reencontrou parte do grupo, já na fase adulta, em 2005. Fatores presentes no ambiente familiar, como o alcoolismo e a baixa escolaridade dos pais, também foram considerados de alto risco para o surgimento do hábito de fumar. Segundo um dos coordenadores do estudo, o epidemiologista Bernardo Horta, do Departamento de Medicina Social da UFPel, 15% das pessoas avaliadas começaram a fumar ainda na adolescência. Entre os rapazes, a incidência do vício foi maior em filhos de mães solteiras ou cujos pais apresentavam baixa escolaridade. Entre as moças, a baixa renda da família e o alcoolismo dos pais podem ter sido determinantes para o hábito de fumar. Em ambos os casos, o fato de as mães fumarem durante a gestação foi um fator de risco para o tabagismo dos filhos. Surpreendentemente, poucas crianças que cresceram ao lado de pais fumantes adquiriram o vício.

A pesquisa avaliou todos os bebês nascidos no ano de 1982 em Pelotas, no Rio Grande do Sul – e continua acompanhando essas pessoas até hoje. Após o parto, as mães foram entrevistadas para a coleta de dados demográficos e socioeconômicos, assim como informações sobre a gravidez e o comportamento da família. Em 1986, as crianças – já com 4 anos – foram procuradas para que fossem registrados dados sobre alimentação, hospitalização e doenças adquiridas. Uma parcela do grupo passou por nova entrevista aos 15 anos. Em 2004 e 2005, foram aplicados questionários aos 2.200 rapazes e 473 moças que puderam ser encontrados pelos pesquisadores. “Foi mais fácil localizar os rapazes devido ao alistamento militar”, explica Horta.

As respostas revelaram que 48,6% dos garotos e 53,1% das meninas já haviam experimentado cigarro. O hábito de fumar foi adquirido antes dos 13 anos por 11,5% dos homens e 18% das mulheres fumantes. Segundo a epidemiologista Ana Maria Menezes, professora do Departamento de Clínica Médica da UFPel e autora de artigo recente sobre a pesquisa publicado na revista *Cadernos de Saúde Pública*, os homens com mais de 40 anos estão deixando de fumar, enquanto as mulheres estão fumando cada vez mais cedo. “Se nenhuma medida for tomada, a tendência, em um futuro próximo, é a prevalência de tabagismo se tornar maior entre as mulheres do que entre os homens”, ressalta ela.

Orientações para campanhas de prevenção

Para Bernardo Horta, as conclusões podem auxiliar as campanhas de prevenção ao tabagismo. “Ao se mapear fatores de risco no início da vida, é possível prever seus impactos futuros. É mais fácil prevenir o vício do que tentar remediá-lo.” O pesquisador sugere que as campanhas usem estratégias diferentes para atrair públicos distintos: “Homens e mulheres têm razões diferentes para começar a fumar, e isso também depende da condição socioeconômica.”

Ana Maria Menezes concorda e propõe algumas abordagens diferenciadas: “Falar sobre como o cigarro contribui para o envelhecimento precoce, a esterilidade e o escurecimento dos dentes pode ser uma forma mais eficiente de atrair as jovens”, diz. “Já o risco de impotência, um dos possíveis efeitos do tabagismo, poderia ser usado em campanhas educativas voltadas para os rapazes”, conclui.



Estudo feito no Rio Grande do Sul aponta relação entre o fato de a mulher fumar durante a gravidez e o surgimento do vício nos filhos até a adolescência.

Fernanda Alves

Ciência Hoje On-line 30/07/2007.

Texto nº 3

Adiando o casamento

Pesquisa explica por que os jovens brasileiros estão se casando cada vez menos e mais tarde

No convívio com jovens, principalmente das classes média e alta, pode-se notar que a maioria deles vem colocando os planos profissionais na frente dos conjugais. Ou seja, não é novidade que os jovens estão se casando menos e mais tarde. Essa tendência foi comprovada por um estudo realizado pela psicóloga Terezinha Feres-Carneiro, do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que também constatou o desejo dos jovens de construir projetos de vida diferentes dos de seus pais. O objetivo do estudo, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, foi verificar a influência do casamento dos pais na vontade (ou falta de vontade) de casar dos filhos. Primeiro, um questionário foi aplicado a 278 jovens entre 19 e 30 anos para entender como eles avaliavam o casamento dos pais. Em seguida, os 14 jovens (sete homens e sete mulheres) que classificaram o casamento dos pais como muito satisfatório ou muito insatisfatório foram submetidos a entrevistas sobre seus próprios planos.



A vontade de seguir caminhos opostos aos dos pais faz com que os jovens excluam o casamento de seus planos para o futuro.

A maioria dos jovens de ambos os sexos – mesmo os que classificaram o casamento dos pais como muito satisfatório – não citou espontaneamente o casamento em seus planos para o futuro. Algumas mulheres chegaram a apontar a vontade de ter filhos, mas não vinculada, necessariamente, ao casamento. “Os dados mostram o quanto o fato de os pais não enfrentarem seus conflitos conjugais e manterem uma relação insatisfatória interfere no processo de identificação e diferenciação dos filhos e, conseqüentemente, na possibilidade de elaborarem projetos de vida mais autônomos”, conclui Feres-Carneiro. Por outro lado, o ponto de vista dos jovens que consideram o casamento dos pais muito satisfatório e, mesmo assim, excluem esse tipo de união de seus planos pode ser explicado por um comportamento típico da chamada ‘geração canguru’, formada por pessoas que já concluíram os estudos universitários, já trabalham e permanecem na casa dos pais. “Em investigação realizada anteriormente com Célia Henriques e Bernardo Jablonski, verificamos que, sobretudo nas camadas média e média-alta da população brasileira, os filhos muitas vezes adiam o casamento por não quererem baixar o padrão de vida e por não sentirem necessidade de ter seu espaço próprio, o que, na casa dos pais, usufruem da privacidade desejada”, esclarece a psicóloga. Os resultados do estudo mostram que, além de os brasileiros se casarem formalmente cada vez menos, isso está acontecendo mais tarde. Esse fato já havia sido apontado em uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2004, quando se verificou que a idade média dos homens ao se casarem aumentou de 26,9 anos em 1990 para 31,6 em 2002. No caso das mulheres, o salto, no mesmo período, foi de 23,5 para 26,3 anos. Segundo Feres-Carneiro, os jovens se recusam a seguir o padrão de vida dos pais – no caso, o do casamento –, mesmo considerando a união deles muito satisfatória. Há uma busca por modos de vida autônomos, por traçar caminhos próprios. “Mesmo quando os jovens incluíram o casamento em seus planos, afirmaram desejar construir projetos bem distintos das percepções que tiveram da união de seus pais, inclusive quando esta foi avaliada como muito satisfatória”, acrescenta. Mas a pesquisadora ressalta que nem sempre os jovens conseguem manter os planos de seguir caminhos opostos aos dos pais, pois estes ainda desempenham um papel muito importante como modelos de identificação. “Muitas vezes, os filhos afirmam querer fazer o contrário do que os pais fizeram, mas acabam repetindo as histórias familiares”, conclui.

Bárbara

Especial
20/06/2007

para

Ciência

Hoje

Skaba
On-line

Texto nº4

É dos barbudos que elas gostam menos

Estudo revela impressão negativa que homens com barba podem causar em entrevista de emprego

Se entre as décadas de 1960 e 1980 a barba era considerada um atrativo pelas mulheres, um símbolo de virilidade, hoje ela passou ser rejeitada não só entre o público feminino, mas também nas relações entre homens, principalmente em ambientes de trabalho. Esta é a conclusão de uma dissertação de mestrado defendida recentemente no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP).

O objetivo do trabalho era avaliar se o uso de barba é capaz de gerar impacto à primeira vista. Para isso, o psicólogo Altay Alves de Souza realizou testes com públicos diferentes: jovens universitários e profissionais de recursos humanos, responsáveis por contratação de empregados para empresas de grande porte.

Um dos experimentos envolveu a participação individual de 116 estudantes (68 homens e 38 mulheres), entre 17 e 31 anos. Eles tinham que avaliar uma das fotos tiradas com homens de características similares, na faixa dos 30 anos, que podiam ter ou não barba, bigode e cavanhaque. Os participantes – que não conheciam o objetivo do estudo – julgaram 12 qualidades pessoais, entre as quais inteligência, competência, responsabilidade, posição política, atratividade, agressividade, simpatia e status social.

Para os participantes de ambos os sexos, os modelos de barba e bigode pareceram mais velhos que os homens sem barba. Porém, essa impressão pode não estar ligada à quantidade de pêlo facial, pois os homens com cavanhaque foram considerados mais jovens do que aqueles de bigode, por exemplo. Os barbudos foram ainda considerados os mais responsáveis, ao lado dos de bigode, em comparação com os de cavanhaque, e mais cultos em relação a ambos.

No entanto, a avaliação dos barbudos foi menos satisfatória no quesito atratividade. “De fato, 83% das estudantes universitárias demonstraram sua preferência por homens sem barba ou só com bigode”, afirma Souza em seu estudo.

“Esperávamos que homens de barba – um atributo físico associado com masculinidade, maturidade, dominância e status – fossem avaliados como mais atraentes pelas mulheres, o que não ocorreu”. Para elas, as faces mais atraentes eram as intermediárias, nem excessivamente maduras, nem excessivamente infantis.

Segundo o psicólogo, os resultados indicam que a barba pode ter evoluído como um sinal de dominância através de seleção intra-sexual – competição entre machos por dominância e recursos – e não seleção intersexual – a escolha preferencial exercida pelas fêmeas.

Símbolo de rebeldia

Em outro experimento, Souza também apresentou fotos de homens com e sem barba, cavanhaque e bigode para dezenove profissionais da área de recursos humanos, entre 30 e 62 anos, responsáveis pela contratação em grandes empresas de São Paulo. Os participantes tiveram que apontar, entre os modelos, qual seria o melhor empregado, colega de trabalho e chefe, além do mais organizado e criativo.

O psicólogo verificou que, em 60% dos casos, os homens sem barba, bigode ou cavanhaque tiveram a avaliação mais positiva. “Os empregadores associam a barba a atitudes não conformistas”, ressalta Souza em seu estudo. “Numa seleção como essa, homens que apresentam sinais claros de disposição para se adequar às regras podem ser preferidos pelos empregadores. Estudos como este podem ajudar profissionais de recursos humanos a se desvincularem das primeiras impressões e darem atenção aos aspectos mais



Os participantes do estudo tiveram que avaliar fotos de homens com e sem barba, bigode e cavanhaque.

relevantes do futuro empregado.”

Símbolo de rejeição às normas vigentes, principalmente nos períodos de repressão, a barba foi usada por muitos jovens da época, inclusive ícones de esquerda como Fidel Castro, Che Guevara e Lula. “A barba pode representar uma estratégia escolhida por esses líderes políticos para reforçar suas mensagens.” Essa orientação política se verificou também nos experimentos de Souza: “a posição política dos modelos com barba foi considerada mais de esquerda em comparação com os de face limpa”.

Mário Cesar Filho

Ciência Hoje On-line

01/03/2006